Abrir portas onde se erguem muros

Director: David Pontes **Terça-feira, 24 de Setembro de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.563 • Diário • Ed. Porto • Assinaturas 808 200 095 • **1,50€**

AZIZ TAHER/REUTERS

Público

Médio Oriente

Israel lança maior ataque contra Líbano em 18 anos

500 mortos e 1600 feridos num só dia

Destaque, 2 a 4

Depois de ano recorde, gastos com armamento caem 21% em Portugal

A Lei de Programação Militar foi executada em 64% no ano passado, o que corresponde a uma verba de 372,5 milhões de euros. São 97 milhões abaixo da verba executada em 2022, representando um decréscimo de 21%. Os dados constam do Relatório de Execução da Lei de Programação Militar, que será debatido hoje na Comissão Parlamentar de Defesa, na Assembleia da República. Em termos absolutos, o valor executado em 2023 é o segundo mais alto de sempre, a seguir ao ano em que começou a guerra da Ucrânia Política, 10/11

Médicos e enfermeiros

Saúde já soma 68 mil dias de ausência por greves

Sociedade, 14/15

Impostos

Carga fiscal sobe no primeiro semestre do ano

Economia, 24/25 e Editorial

Pressão

Marcelo alerta para "crise", se OE chumbar

Presidente dramatiza situação do país e apela a entendimentos Política, 12/13

Fotografia

Encontros da Imagem confrontam trauma colonial

Cultura, 30/31

ISNN-0872-1556

AZIZ TAHER/REUTERS



O Líbano está em guerra: ataques de Israel matam cerca de 500

O Ministério da Saúde libanês contabilizou 1600 feridos e o Governo anunciou que as escolas abririam como abrigos de emergência

Sofia Lorena

Para dezenas de milhares de pessoas no Norte de Israel e no Sul do Líbano, a guerra começou há quase um ano. De acordo com o Governo israelita, 60 mil saíram das suas casas em cidades e aldeias junto à fronteira libanesa – é para que possam regressar a casa, diz, que lançou o que chama "nova fase do conflito". Do outro lado da fronteira, dezenas de milhares fugiram (90 mil até ontem, diz a ONU), muitos não tiveram para onde fugir e centenas foram mortos até à semana passada. O que agora se passa é diferente: com os maiores bombardeamentos de que os libaneses têm memória, Israel levou a guerra a todo o país.

Primeiro, os ataques centraram-se no Sul, depois no Leste e, ao final do dia, em Beirute.

As autoridades falam do dia "mais mortífero" no Líbano desde o fim da guerra civil, em 1990, e no maior êxodo de pessoas desde a guerra de 2006 entre Israel e o Hezbollah. Em poucas horas, as Forças de Defesa de Israel (IDF) realizaram centenas de ataques e mataram pelo menos 492 pessoas, incluindo 35 crianças, assim como "mulheres e paramédicos", e deixaram 1600 feridos (segundo um balanço feito ao final do dia pelo Ministério da Saúde libanês).

As vítimas incluem dezenas de membros do Hezbollah, mas também muitos civis, tal como aconteceu com as duas vagas de explosões de bipes e *walkie-talkies* usados pela milícia xiita, na terça e quarta-feira da semana passada, e com todos os bombardeamentos que se seguiram.

As creches foram fechadas, e as escolas, encerradas devido à violência, reabriram para funcionar como abrigos de emergência.

Uma imensidão de carros entupiu as estradas do pequeno Líbano, com os habitantes que tentavam escapar do Sul em direcção ao Norte e a Beirute, e os que tentavam abandonar a capital e maior cidade do país, na costa do Mediterrâneo, não é certo com que destino.

"Ainda não se chama oficialmente uma guerra, mas tem todas as características de uma. Os decisores e os analistas podem referir-se a ela como uma escalada, mas para aqueles que vivem as suas consequências – para a família que chora os seus entes que-



Fonte: Agência Nacional de Notícias e BBC PÚBLICO

ridos perdidos, o casal cuja casa hipotecada está agora em ruínas, a mãe cujo filho nunca mais voltará – isto é uma guerra”, escreveu na rede X (antigo Twitter), já no sábado, o jornalista Ali Hashem, correspondente da Al-Jazeera e colaborador de vários *media* árabes. “Não há outra palavra no dicionário que a capte com mais exactidão.”

Os bombardeamentos de ontem deixaram ainda mais libaneses com a certeza de que vivem agora num país em guerra, mas o pânico começou a espalhar-se logo depois de milhares de *pagers* usados pela milícia xiita libanesa terem explodido em simultâneo em casas, ruas ou lojas.

No dia seguinte, explosões de *walkie-talkies* sucederam-se um pouco por todo o lado, incluindo num funeral de dois membros do Hezbollah, de uma criança e de uma enfermeira, em Beirute. Num relato publicado pelo jornal israelita *The Times of Israel*, Um (mãe) Ibrahim, “apanhada no caos” implorou a um jornalista que a deixasse usar o seu telemóvel para ligar aos filhos. “Desliguem os vossos telefones agora!”, gritou-lhes, quando o principal medo era que qualquer dispositivo de comunicação pudesse explodir a qualquer momento, e não ainda que uma bomba pudesse atingir qualquer casa.

Os ataques aos bipes e os mais de 2800 feridos que provocaram chegaram para deixar os hospitais sem capacidade de resposta, com os médicos a tentarem reagir à imensidão de feridos, muitos que perderam um olho ou tiveram mãos amputadas. Ontem, o Ministério da Saúde pediu a todos os hospitais do Sul e do Leste a “suspensão das cirurgias não essenciais” para permitir “o tratamento dos feridos devido à expansão da agressão israelita”.

Os avisos para a dimensão dos bombardeamentos começaram a chegar aos telefones dos libaneses ainda durante a madrugada, com dezenas de milhares de chamadas automáticas alertando que as IDF planeavam aumentar as suas operações – primeiro no Sul; ao início da tarde, os alertas dirigiram-se aos habitantes do Vale de Bekaa, no Leste do país, junto à fronteira com a Síria.

Os telefonemas, seguidos de declarações dos porta-vozes das IDF, repetiram a mesma mensagem, dizendo às pessoas que se afastassem “pelo menos mil metros” de qualquer posição do Hezbollah, incluindo “edifícios ou casas onde estão armazenados mísseis e armas”, como se os civis libaneses soubessem todos onde é que a milícia apoiada pelo Irão esconde as suas armas. “Afastem-se imediatamente!”, disse o porta-voz, Daniel Hagari, num “aviso específico para os residentes do Vale do Bekaa”. Façam-no “no prazo de duas horas” e dirijam-se “à escola mais próxima”, ordenou na mesma altura o porta-voz das IDF para os *media* árabes, Avichay Adraee.

Mais tarde, foi o próprio primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, a avisar os libaneses para “saírem do caminho do perigo”. “Por favor, saiam do caminho do perigo agora. Quando a nossa operação terminar, podem regressar em segurança às vossas casas”, disse Netanyahu numa declaração em vídeo, segundo o jornal *The Guardian*.

Segundo os próprios militares israelitas, foram atacados cerca de 1300 alvos, incluindo “edifícios onde o Hezbollah escondia *rockets*, mísseis, lançadores, *drones* e outras infra-estruturas terroristas”. Mas a verdade é que, tal como as explosões dos *pagers* não podem ser descritas como ataques “de precisão”, tendo em conta o facto de ser impossível prever onde explodiriam e quem atingiriam, raides desta dimensão e natureza não são possíveis sem muitas vítimas civis.

“O Sul do Líbano é o Líbano. Bekaa é o Líbano. Dahye [bairro nos subúrbios da capital conhecido por ser um bastião do Hezbollah que tem sido alvo de muitos bombardeamentos] é Beirute. Não são entidades separadas só porque Israel o diz”, escreveu na X a jornalista libanesa Farah-Silvana Kanaan. “O Líbano é pequeno. Tudo está perto. Eles estão a bombardear o Líbano. Estão a matar libaneses”, sublinhou. “Querem reocupar um pedaço da nossa terra. Não vão conseguir”, acrescenta.



Por favor, saiam do caminho do perigo agora. Quando a nossa operação terminar, podem regressar em segurança às vossas casas

Benjamin Netanyahu
Primeiro-ministro de Israel, dirigindo-se aos libaneses num vídeo emitido ontem

Rockets chegam mais longe

Numa análise publicada no *Haaretz*, o colunista Alon Pinkas, ex-cônsul-geral de Israel em Nova Iorque, sublinhou que a ideia de “uma ‘guerra limitada’” não existe no Líbano. “Quem usa esse termo ou esqueceu convenientemente a história, ou não compreende o ambiente actual”, defende.

Em resposta, o Hezbollah lançou perto de 200 *rockets*, os primeiros contra alvos militares no Norte de Israel; mais tarde, o grupo libanês disparou pelo menos dez *rockets* de longo alcance (os primeiros nesta guerra, segundo o jornal *The Times of Israel*) contra colonatos na Cisjordânia ocupada, “a mais de 100 quilómetros da fronteira”.

Ali Hashem escreve que as sirenes soaram pela primeira vez “a leste de Telavive” e que os colonatos visados se encontram a 120 quilómetros, descrevendo esta como “a maior distância” atingida pela milícia “na história do conflito entre o Hezbollah e Israel”.

“À medida que o número de mortos no Líbano aumenta, aumenta também o número de *rockets* e a sua profundidade no Norte de Israel, arrastando milhões de pessoas de ambos os lados para o ciclo da violência”, escreveu na rede X Mairav Zonszein, jornalista e analista do conflito israelo-palestiniano no *think tank* International Crisis Group. “O que é que isto vai conseguir? Onde está o fim?”

Conflito alargado

Tanto o Hezbollah como Telavive não têm boas saídas para o conflito

Maria João Guimarães

O capítulo iniciado na semana passada com os ataques em *pagers* no Líbano continua a ter desenvolvimentos com acções que marcam avanços no conflito entre Israel e o Hezbollah, o movimento libanês apoiado pelo Irão.

Como irá o Hezbollah responder ao mais recente ataque no Líbano, que causou ontem mais de 300 mortos? Quais serão os cálculos no Irão? E em Israel? As perguntas são de difícil resposta, já que, como diz o correspondente da revista *The Economist* no Médio Oriente, Gregg Carlstrom, “não há estratégia em lado nenhum, nem em Israel, nem no Líbano”.

Do lado de Israel, o objectivo é não só degradar a capacidade de ataque do Hezbollah como pressionar o movimento libanês para negociar e permitir o regresso de 60 mil israelitas que foram retirados por causa dos ataques da milícia no Norte.

O Hezbollah, que entrou relutante no conflito depois do ataque do Hamas de 7 de Outubro, com ataques regulares contra Israel mas apenas no Norte, esperando que estes não levassem a uma resposta maior que seria desastrosa para o Líbano, não tem uma boa saída para a situação em que ficou na semana passada.



A decisão de resposta de Hassan Nasrallah, líder do Hezbollah, terá efeitos no “eixo de resistência”

O movimento ganhou prestígio durante a guerra com Israel em 2006, quando ganhou a aura de ser a única força capaz de enfrentar o Estado hebraico, mas é agora visto como passível de ser enganado e já chegou a ser alvo de troça, por exemplo por uma retaliação contra Israel em que atingiu uma capoeira.

Ainda assim, o alto preço que Israel fez o Líbano pagar na guerra de 2006 levou o líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, a dizer que, se soubesse que as consequências seriam aquelas, não teria ordenado o rapto de dois soldados israelitas, que foi o tiro de partida para a guerra (por outro lado, a experiência de Israel na incursão terrestre da altura é um dos motivos para uma invasão israelita do Sul do Líbano ser vista como muito pouco provável).

Mas, diz a organização Crisis Group, o Hezbollah pode chegar a um ponto em que ache que “a diferença entre o que suspeita que Israel está prestes a fazer e uma guerra [descontrolada] já não é muito significativa”, escolhendo a escalada.

Acordar um cessar-fogo com Israel não faria apenas o Hezbollah perder a face. Iria abrir outra questão fundamental para o movimento, e para o Irão: seria o fim oficial da doutrina de entreajuda do “eixo da resistência”, que junta vários grupos apoiados pelo Irão (e cujo grau de independência em relação ao seu financiador é alvo de discussão). O Hezbollah, o mais forte, tem dito que só parará os ataques se houver um cessar-fogo em Gaza.

O que serão os cálculos do lado de Teerão é outra questão difícil.

Zvi Barel, no *Haaretz*, especula que o Irão pode preferir manter o poder político do Hezbollah no Líbano, e apostar na sua renovação militar, e aparecer mesmo como mediador para acabar o conflito.

O Irão mantém que irá ainda responder ao ataque israelita que matou Ismail Haniyeh, então líder do Hamas, em Teerão – mas o facto de ainda não o ter feito mostra relutância para entrar num conflito directo com Israel.

E Israel? O objectivo de levar o Hezbollah a negociar não está a ser visto como muito realista. E mesmo sofrendo ataques aéreos muito destrutivos, o Hezbollah poderá manter a capacidade de atacar. Para mudar isso, diz o jornalista Frank Gardner na BBC, seria talvez necessária uma incursão terrestre.

Ou seja, apesar de estar numa dinâmica vitoriosa, parece que Israel dificilmente conseguirá fazer regressar os seus cidadãos ao Norte sem alargar mais as operações. E é aqui que alguns analistas como Amal Saad, da Universidade de Cardiff, dizem que o objectivo de Israel está: levar a uma reposta do Hezbollah que justifique um ataque ainda maior. (Saad, especialista em Hezbollah, acrescenta que por essa razão é que o movimento não levará a cabo essa resposta).

Tudo isto acontece com os EUA prestes a ter eleições. E são precisamente os EUA, diz o Crisis Group, que poderiam fazer a diferença numa situação de “grande perigo”, devendo fazer mais pressão para um acordo em Gaza, que seria a melhor solução para pôr fim ao conflito entre Israel e o Hezbollah.

Carga de explosivos encomendada por Israel

“Não há suporte legal” para tirar a bandeira portuguesa a navio, defendem especialistas

Joana Mesquita

Governo continua a analisar a situação do navio alemão sem tomar qualquer decisão por ser questão “complexa”

“Não há suporte legal” para a retirada da bandeira portuguesa do navio MV Kathrin que transporta explosivos para três fábricas de armamento, uma delas israelita, defende o comandante João Fonseca Ribeiro, oficial da marinha e antigo director da Direcção-geral de Política do Mar.

O Governo já deu conta de que está a analisar juridicamente a possibilidade de retirar o pavilhão português da embarcação – que se dirige a dois portos no Adriático, um na Eslovénia e outro no Montenegro. Depois, o material aí desembarcado seguirá para Israel, Polónia e Eslováquia.

Para o comandante João Fonseca Ribeiro, “não há uma razão de direito internacional que se sobreponha ao direito do armador de transportar a carga”, afirma ao PÚBLICO, lembrando que o transporte marítimo internacional está estabelecido no direito comercial da União Europeia.

De acordo com João Fonseca Ribeiro, “não há suporte legal” para o Governo retirar o pavilhão português da embarcação, uma vez que “não há nenhuma deliberação europeia que impeça o transporte, em navios de bandeira europeia, de armamento para Israel”. Se o fizer, sem que haja uma alteração da regulamentação, Portugal está a agir “unilateralmente” e “ao arrepio da legislação europeia”.

DANIEL ROCHA



Ministro dos Negócios Estrangeiros disse na semana passada estar a estudar retirada de bandeira a navio

Também Vasco Becker-Weinberg, especialista em Direito Internacional e antigo eurodeputado do CDS, defende que não há “fundamentação” para retirar a bandeira, já que o armador não está a “violar a lei internacional”.

Para além disso, aponta, “mudar a bandeira é extremamente complexo do ponto de vista técnico”, porque a “bandeira do navio é o que o associa ao espaço em que está registado”.

Vasco Becker-Weinberg recorda ainda que o armador, por ser alemão, faz parte de um Estado-membro da UE, o que tornaria a retirada do pavilhão mais difícil.

Nesse sentido, sustenta o antigo eurodeputado centrista, a retirada seria “por razões políticas”, já que o armador não está em incumprimento com a lei nacional e internacional.

Efeito dominó

Para Portugal retirar o pavilhão ao cargueiro, “teria de haver uma deliberação que obrigasse o Registo Internacional de Navios da Madeira a tirar a bandeira a um navio registado em Portugal”, refere João Fonseca Ribeiro. Contudo, para o comandante, a “argumentação [para o fazer] seria frágil”.

Por outro lado, o armador poderia sentir-se “lesado” pela retirada do pavilhão, diz o antigo director da Direcção-geral de Política do Mar, acrescentando ainda que a polémica pode levar a que vários armadores se sintam pressionados e retirem o registo da Madeira. Este efeito “dominó” seria “muito penalizador para a actividade comercial”, sendo que há mais de mil navios registados na Madeira.

Relativamente à proibição, feita pelo executivo de Luís Montenegro, da exportação de armamento para Israel, o comandante João Fonseca Ribeiro considera que “a deliberação não é clara quanto ao transporte internacional”.

Numa entrevista ao PÚBLICO e à Renascença na semana passada, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, afirmara que, à data, “não havia nenhuma razão jurídica efectiva” para tirar o pavilhão da embarcação, apontando ao facto de o navio não ir directamente para Israel e de parte do armamento ir para países da NATO como justificações.

Ontem, em Nova Iorque, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), Paulo Rangel voltou a frisar que a questão é “complexa”, ainda que a posição de Portugal seja “muito clara”: “Israel tem o direito à legítima defesa”, mas há um “excesso” e “tem violado normas internacionais”, disse em declarações aos jornalistas.

Pelo seu lado, o Bloco de Esquerda e o PCP já acusaram o Governo de “passividade e hipocrisia”, por considerarem que, para além de uma questão moral e política, esta é uma questão legal.

Bloco de Esquerda entrega petição

O Bloco de Esquerda entregou ontem uma petição com três mil assinaturas na sede do Governo a exigir a retirada da bandeira portuguesa do navio MV Kathrin que transporta explosivos que serão enviados para Israel. “Paulo Rangel ficará conhecido como o barqueiro das bombas que estão a fazer o genocídio em Gaza”, acusou Mariana Mortágua, rodeada de militantes bloquistas.

A líder do BE alertou que, “em nome da sua ajuda e da sua cumplicidade com o regime de Netanyahu”, “Portugal poderá vir a ser acusado futuramente na justiça internacional por cumplicidade com o genocídio, por ter incumprido as regras com as quais concordámos de não enviar armas para Israel” e explicou que a petição serve para “garantir que isso não aconteça”. **A.B.B.**

ENCONTROS COM FUTURO

CONVERSA

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: O FUTURO É CIRCULAR?

De forma a promover o debate e a reflexão sobre a Sustentabilidade, o PÚBLICO e a REN organizam um ciclo de conversas sobre o estado da arte do ESG - Environmental, Social and Governance (Ambiente, Social e Administração) e o futuro destes critérios na gestão das empresas. A 2.ª edição dos **Encontros com Futuro**, dá continuidade ao debate iniciado em 2023 e leva a discussão até outro nível. As duas primeiras datas decorreram em Lisboa, sendo a última conferência dia 25 de Setembro em Serralves, no Porto.

INSCRIÇÕES OBRIGATÓRIAS ATRAVÉS DO QRCODE

OU ATRAVÉS DO EMAIL: EVENTOS@PUBLICO.PT





25 de Setembro

Fundação de Serralves, Porto

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: O FUTURO É CIRCULAR?

Dia Nacional da Sustentabilidade
Numa perspectiva mais ampla do ESG, olhamos para a sustentabilidade corporativa e avaliamos o papel essencial e transversal da economia circular no ESG.



FIONN FERREIRA
EMPREENDEDOR, FORBES 30 UNDER 30
ORADOR PRINCIPAL



MAFALDA SARMENTO
INVESTIGADORA DA ÁREA DA SUSTENTABILIDADE, UCP
COMENTÁRIO

9H00 RECEPÇÃO
9H30 ORADOR PRINCIPAL
Fionn Ferreira, Empreendedor, Forbes 30 under 30
10H00 COMENTÁRIO
Mafalda Sarmento, Investigadora da área da Sustentabilidade, UCP
10H15 COFFEE BREAK
10H30 DEBATE
Pedro Norton de Matos, Founder Greenfest , Bluefest Portugal and Academia G
Alice Khouri, Head of Legal Helexia Portugal. Fundadora Women in ESG Portugal
Bruno Esgalhado, Partner at McKinsey & Company
12H00 ENCERRAMENTO

Moderação: **David Pontes,** director do PÚBLICO

Espaço público

Esbarrar com a realidade nas contas públicas

Editorial



Marta Moitinho Oliveira



Em plena negociação do OE2025, quando os vários partidos farão propostas, volta a ser difícil argumentar com base nas contas públicas

Em Maio, o Governo tinha tomado posse há poucos dias, e enfrentava um problema. O executivo anterior tinha criado a ideia de que os cofres públicos tinham uma margem significativa. O Governo de Montenegro confrontava-se com uma dificuldade – várias corporações do sector público reclamam aumentos salariais e valorizações de carreira – que se traduzia numa questão: com os cofres cheios, com que argumentos podia o Governo dizer não?

Foi nessa altura que o ministro das Finanças anunciou que, além das dificuldades que os serviços públicos enfrentavam, havia outro problema – o Governo anterior tinha deixado um défice maior do que o previsto, mais despesas e resoluções com impacto orçamental, algumas delas tomadas já depois das eleições, entre elas, algumas sem cabimento orçamental. Joaquim Miranda Sarmento falou ainda em reservas já gastas. Resumindo: as contas públicas estavam "bastante piores".

Entretanto, já depois disso – e apesar disso –, o Governo aprovou medidas que se traduziram ou vão traduzir em aumentos de despesa, como a reposição do tempo de serviço para os professores, o subsídio de risco para as forças de segurança e uma subida dos gastos com os pensionistas, por via do pagamento de uma verba extraordinária em Outubro.

Entre a semana passada e esta, houve indicadores e previsões que vieram mostrar que o problema que o Governo partilhou com os portugueses não teria aquela carga dramática. Na semana passada, o Conselho das Finanças Públicas revelou ter uma previsão melhor do que a do Governo para o excedente orçamental deste ano e ontem o Instituto Nacional de Estatística publicou os dados para o segundo trimestre que mostram um excedente do conjunto do primeiro semestre melhor do que um ano antes.

Esta é a realidade com que o Governo tem de trabalhar neste momento – ou seja, voltamos ao início. Em plena negociação do Orçamento do Estado para 2025 (OE2025), quando os vários partidos farão propostas para dar o seu aval, volta a ser mais difícil argumentar com uma rejeição que se baseie no estado actual das contas públicas. O ministro pode, ainda assim, querer ser prudente, para ganhar margem para imprevistos. Mas também isso é difícil de sustentar, quando o Governo tem em cima da mesa uma medida como o IRS Jovem que soma críticas em várias frentes e que custa mil milhões de euros. O Governo só tem a ganhar se a sua comunicação for clara e não der a ideia de que esbarra com a realidade.

CARTAS AO DIRECTOR

Von Leyen imperatriz?

Em artigo publicado no passado domingo, 22, a colunista deste jornal Teresa de Sousa opina que "pouca gente tem dúvidas de que Von der Leyen é a mais poderosa presidente do executivo de Bruxelas desde Jaques Delors, e, ainda que em circunstâncias muito diferentes e muito mais exigentes", atribui-lhe até o epíteto de "imperatriz" da União. Que as circunstâncias em que ela e Delors exerceram e exercem as suas funções são muito diferentes, sim, não temos qualquer dúvida sobre isso. Já quanto ao poder da sra. Von Leyen e à exigência das suas funções na actualidade e as de Delors outrora, impõe-se ter em conta a evolução da UE. No tempo de Delors, a UE em construção era-nos apregoada como a germinação de um bloco político-económico independente capaz de se confrontar com a União Soviética, a China, os EUA, e isso implicava um esforço titânico, por contender com os interesses de todas estas superpotências. Mas este projecto foi-se, entretanto, adulterando, transfigurando, até que se transformou na sua antítese com a progressiva submissão da União Europeia à NATO, em posição de absoluta dependência da potência que a lidera: os Estados Unidos da América. Perante isto, Ursula é imperatriz de quê? Talvez só na arte de dissimular a sua subserviência ao império e o opróbrio da nossa, e sua, actual condição.

António Reis, Vila do Conde

Aprovação do OE

É ridícula e desgastante toda esta barulheira a propósito da aprovação do Orçamento de Estado por parte dos dois partidos, PSD e PS. É evidente que vai ser aprovado e que as negociações são feitas por assessores, na retaguarda, pois tanto o primeiro-ministro como o secretário-geral do Partido Socialista sabem bem que a não aprovação penalizaria igualmente o PSD e o PS. Estas discussões estéreis servem apenas para afastarem mais o normal cidadão da política, como foi revelado por um recente estudo independente (...).

António Barbosa, Porto

Aprovação do OE II

Esperemos que tanto o maior partido do Governo minoritário como o maior partido da oposição não brinquem com os portugueses, com o país, com a democracia. E deixem de atacar o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, pelo que Montenegro e Nuno Santos não querem fazer e já deviam ter feito. Se o país voltar a eleições legislativas antecipadas por não haver OE2025 a culpa toda, toda é do PSD e do PS. Desta vez não de um último parágrafo num comunicado do Ministério Público. É exclusivamente de Nuno Santos e Montenegro (...). O PS não tem de ter medo das bocas da Mariana Mortágua, que rompeu a "geringonça", nem o PSD tem de ter medo dos comentários constantes do Chega, da Iniciativa Liberal e até do CDS-PP. Só há que negociar e até meados de Outubro próximo o país saber por Nuno Santos e Montenegro a que acordos chegaram e qual será o OE2025. Só, mais nada. E não brinquem com o fogo. Incêndios já chegaram em Setembro 2024.

Augusto Küttner de Magalhães

Democracias liberais e iliberais

É muito curioso que a crítica que a húngara Zsuzsanna Szelényi faz à democracia iliberal na Hungria, no seu artigo de opinião de ontem, é aplicável em farta medida à democracia liberal em Portugal. Excelente artigo!

Mário J. B. Simões Teles

Incêndios

Comovo-mo muito com a destruição dos incêndios e, ainda mais, com a morte de pessoas, de muitos animais e património reduzido a cinza (...). O vasto número de incêndios, com vários focos e várias frentes (!), no centro e Norte de Portugal, atingiu de forma dramática muitos concidadãos, que reclamam, com ampla justificação, uma resposta rápida e robusta por parte das entidades nacionais e europeias. Aqui, a solidariedade activa tem de ser concretizada, com urgência! A perda de vidas humanas, nomeadamente soldados da paz, faz-me curvar em sua homenagem, apresentando condolências. Se não fossem eles, a tragédia teria sido inimaginável... Pergunto: os militares têm equipamento para apagar fogos, mas não actuaram, porquê? Porque não ardem (e ainda bem) as vastas áreas de eucaliptal, propriedade das indústrias de papel? Com a continuada desvalorização do interior, o seu abandono pela falta de povoamento, o nosso país continua a pôr-se a jeito para estas repetições... Urge vontade política para mudar de visão e práticas, no interesse de Portugal, já!

Vítor Colaço Santos, São João das Lampas

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles **cartasdirector@publico.pt**

A opinião publicada no jornal respeita
a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

O maior pecado para com os nossos semelhantes não é odiá-los, mas sim tratá-los com indiferença
Bernard Shaw, escritor

O NÚMERO

1,289

"Divertida-mente 2" foi visto em Portugal, por 1.289.053 espectadores

Viva, Paula Pinto Pereira!

Ainda ontem



Miguel Esteves Cardoso

Vale mesmo a pena pensar no caso de Paula Pinto Pereira, a professora de Matemática da reportagem de Ana Henriques aqui no PÚBLICO: "Leccionou Matemática sem ter curso durante décadas. Estado exige-lhe 350 mil euros."

O caso faz-nos o favor de nos obrigar a pensar na relação entre a habilitação e a habilidade, entre o canudo e o jeito, entre a documentação e a prática.

As habilitações tentam definir um mínimo de competência. Servem para poupar tempo aos empregadores.

O caso de Paula Pinto Pereira não é apenas excepcional. É um extremo. A pergunta a fazer é simples: como é que uma professora de Matemática tão competente e empenhada, com tanta capacidade para interessar e instruir os alunos – enfim, com tanto jeito para ser professora – não foi capaz de passar todos os exames que eram necessários para receber a habilitação que lhe permitia dar aulas?

É esse o mistério. Mas é um mistério bonito.

Para cada milhão de pessoas com talento para passar exames, mas sem jeito nenhum para dar aulas, há uma ou duas a quem falta a calma para passar exames, mas a quem sobra o talento para a disciplina, e a capacidade de usar esse talento para interessar e educar outros. Paula Pinto Pereira não falsificou os documentos para enganar os outros. Exigiram-lhe esses documentos para ela poder dar aulas e ela, como queria dar aulas (e claramente nasceu para dar aulas), foi – por assim dizer – obrigada a falsificá-los.

A falsificação foi um gesto, um erro, um acesso de nervos, um pânico, um dia. Mas dar aulas foi uma carreira, uma vida a partilhar o que sabia, a mostrar a milhares e milhares de alunos que a Matemática não é nenhum papão. E a lei também não: os tribunais existem para as excepções. E o Ministério da Educação também.

No caso de Paula Pinto Pereira, as habilitações dela são as habilidades que demonstrou ao longo das décadas. É uma verdadeira professora e é como professora que deve ser tratada.

E ainda tem muito para nos ensinar.

ZOOM EL HIERRO, CANÁRIAS

GELMERT FINOL/EPA



Um pequeno barco de madeira transportando alguns dos 127 migrantes subsarianos que foram resgatados pelo navio *Guardamar Caliope*, à chegada ao porto de La Restinga, na ilha de El Hierro, nas Canárias

P

publico.pt




Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Agosto **19.838 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

Não, o Líbano não pode ser outra Gaza

Coluna vertebral



Amílcar Correia

As presidenciais dos EUA são uma contagem decrescente para a Ucrânia. O Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, está nos EUA para apresentar um "plano de vitória" a Joe Biden e a Kamala Harris, tenciona encontrar-se com Donald Trump, enquanto visita fábricas de armamento, espera que Washington reforce o apoio militar e levante as restrições ao uso de mísseis de longo alcance.

Ao mesmo tempo, Zelensky assegura que o seu plano é uma forma de forçar a Rússia a terminar a guerra, que se aproxima dos mil dias, e admite iniciar negociações directas com Moscovo. "Não pode haver um fim para a guerra sem uma das partes envolvida", diz Zelensky. Não pode ser de outro modo. A Ucrânia prefere tentar acabar com a guerra o mais rapidamente possível, antes que um novo inquilino da Casa Branca a force a fazê-lo numa posição negocial ainda mais desfavorável.

O que acontece com Israel é o oposto. Benjamin Netanyahu teve e vai continuar a ter carta-branca dos aliados, até às eleições de Novembro, sem as restrições de que se queixa Zelensky, para atacar quem quiser e como quiser.

Com as acções dos últimos dias, dos ataques indiscriminados da semana passada, com a explosão de *pagers* e *walkie-talkies*, até aos bombardeamentos desta segunda-feira, que causaram mais de duas centenas de mortos, Israel pretende fazer alastrar a guerra e atrair o Irão para um conflito regional, uma semana depois de o novo Presidente iraniano ter admitido negociar com os EUA. Nada nem ninguém trava o desejo de Netanyahu de fazer alastrar as frentes de guerra.

A sua estratégia é destruidora, desproporcional e ignora ostensivamente o direito internacional. Gaza está arrasada, os colonos agem selvaticamente sobre a população árabe da Cisjordânia, militares israelitas atiram cadáveres de um telhado, numa banalização quotidiana do mal, e o Líbano corre o risco de ser uma nova Gaza, como alertou o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres.

A complacência ocidental mantém-se inquebrável e não vai além de declarações vagas de preocupação, como foi o caso do Presidente dos EUA, que se limitou a dizer: "Vamos fazer tudo o que pudermos para evitar o início de uma guerra mais vasta." A União Europeia faz o mesmo. O seu alto-representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança diz que a UE está "extremamente preocupada" com o desenvolvimento desta frente de guerra e que "os civis de ambos os lados estão a pagar um preço elevado".

Bem pode a Administração norte-americana dizer, como fez John Kirby, porta-voz de Biden, que uma escalada do conflito com o Hezbollah não é do interesse de Israel, o mesmo que disse David Lammy, secretário britânico dos Negócios Estrangeiros, que não serão declarações com essas a impor uma trégua em Gaza ou a travar os desejos de expansão de Netanyahu.

E nem os reféns israelitas e os seus familiares são motivo suficiente para demover o Governo de Netanyahu de fazer alargar esta guerra sem limites. Uma maior e acelerada desestabilização do Médio Oriente terá repercussões globais. Apesar disso, as potências ocidentais vão continuar a armar Israel sem problemas de consciência e a enterrar a sua credibilidade.

Neste momento, há 110 conflitos armados em todo o mundo. As atenções ocidentais estão focadas numa guerra na Europa e noutra no Médio Oriente, mas estas estão longe de serem as únicas com consequências devastadoras para os civis.



Há 110 conflitos armados em todo o mundo. As atenções ocidentais só estão focadas numa guerra na Europa e noutra no Médio Oriente

Uma criança morre a cada duas horas, no campo de refugiados de Zamzam, nos arredores da cidade sudanesa de El-Fasher, de fome ou de doença. A guerra civil no Sudão, iniciada em 2023, é, na certa, o conflito com consequências mais devastadoras em todo o mundo: cerca de 150 mil pessoas terão morrido, 245 cidades terão sido queimadas e 10 milhões pessoas deslocadas.

Ucrânia, Gaza e Sudão são assuntos a discutir no debate anual da Assembleia Geral da ONU, que começa esta terça-feira em Nova Iorque, com o lema "Não deixar ninguém para trás: agindo juntos para o avanço da paz, do desenvolvimento sustentável e da dignidade humana para as gerações presentes e futuras".

As Nações Unidas não foram aceites como intermediários nos processos de paz destas três guerras. O seu papel é ainda importante? Esta assembleia geral pode ajudar a responder à questão. A aprovação do Pacto para o Futuro para reformar a governação internacional, nomeadamente o Conselho de Segurança, é uma medida necessária para um mundo mais equilibrado.

A ONU pode não ter poder nem dinheiro, mas sem ela não haveria assistência humanitária, e os "custos elevados" dos civis seriam ainda maiores. A sua reforma é uma exigência humanitária.

Jornalista

Onde mora o direito à habitação na UE?



João Oliveira

A partir da União Europeia as promessas sobre a habitação vão-se multiplicando. No entanto, as decisões e orientações – já tomadas ou à vista – são poucas e vão no sentido errado.

Dos 800 mil milhões de euros de investimento anual reivindicados por Draghi no seu relatório sobre a competitividade não se vislumbra se, como e quanto desse montante pode ser dirigido para investimentos na habitação.

Da proposta de composição da Comissão Europeia resultam mais motivos de preocupação do que boas notícias. A habitação é a parte menor de uma pasta que tem na energia a sua principal componente e ficará sob a tutela de um comissário que reporta ao vice-presidente da Comissão com a pasta da Transição Energética.

O mais preocupante de tudo é o caderno de encargos atribuído ao novo comissário.

Nem uma palavra sobre a especulação imobiliária ou a fragilização dos direitos dos inquilinos. Nem uma referência à política de altas taxas de juro do Banco Central Europeu. Nem um arremedo de arrependimento pelas políticas neoliberais que substituíram o direito à habitação pelo negócio imobiliário.

As referências difusas à necessidade de "enfrentar os problemas sistémicos relativos aos alugueres de curta duração e fazer propostas para enfrentar o uso ineficiente de habitações existentes" ou a proposta de "duplicar os investimentos previstos na política de coesão para habitação acessível" não têm sequer alcance suficiente para contrabalançar o conjunto de opções feitas em sentido contrário ao que é necessário.

O caderno de encargos do novo comissário (designado carta de missão) está marcado pela consideração da habitação não como problema social, mas sim como actividade económica e oportunidade de negócio para o sistema financeiro, incluindo a partir de recursos dos Estados.

Propõe-se a criação de um Plano Europeu de Habitação Acessível mas sem garantia de que vá além da assistência técnica às cidades e aos Estados para captação de investimentos e competências. Fala-se, nesse âmbito, de uma Estratégia Europeia para a Construção de Habitação, limitada a medidas destinadas a maximizar os lucros nesse sector de actividade.



O caderno de encargos do novo comissário considera a habitação, não um problema social, mas uma oportunidade de negócio para o sistema financeiro

Quanto a meios financeiros, aponta-se a intenção de trabalhar de perto com instituições financeiras internacionais, bancos de investimento nacionais e outras instituições para a criação de uma Plataforma para o investimento, a estabelecer com o Banco Europeu de Investimento. Na verdade, não se vislumbra a afectação de fundos comunitários para o necessário investimento público em habitação de que países como Portugal tanto precisam.

O papel reservado para o Estado é o de "desbloquear o investimento público e privado", apoiar a eficiência energética, encarregar-se da habitação social e injectar liquidez no mercado da habitação.

Olhando para a realidade de Portugal percebe-se como tudo isto está distante de uma política que garanta a habitação a quem hoje não lhe consegue aceder.

Quem fizer fé nas promessas da União Europeia continuará de malas à porta...

Eurodeputado do PCP

Sinais de fogo



Pedro Norton

Por mais desesperante que seja – e é – ver a repetição, em larga escala, do flagelo dos incêndios, parece-me ser injusto alegar que nada se aprendeu desde 2017. O choque foi então profundo, generalizado, sincero. Por muitos defeitos que possa ter tido – e teve – a governação socialista, seria gratuito e ofensivo afirmar que não existiu, neste particular, um esforço comprometido e genuíno para impedir que a tragédia se repetisse. Ouviram-se especialistas, auscultou-se a sociedade, fizeram-se diagnósticos, criaram-se agências, lançaram-se programas, mobilizaram-se autarcas e sensibilizou-se a população. De então para cá o Estado investiu também consideravelmente mais. Investiu mais nos meios de combate e, porventura mais relevante, investiu mais em prevenção.

Dito tudo isto, também é verdade que, no rescaldo desalentado de mais uma tragédia, parece existir um consenso entre os especialistas de que, apesar de todos os progressos, não se terá feito o suficiente. Mais relevante para o que aqui me traz, as falhas e os atrasos parecem estar sobretudo relacionados com os problemas que requerem respostas estruturais e ações planificadas, continuadas, demoradas no tempo e cujos resultados são mais difíceis de observar, comunicar e fazer tangíveis. A desertificação do interior não se trava por decreto, a economia da floresta não se muda com pensos rápidos, a estrutura da propriedade não se altera num ápice e sem decisões arrojadas e impopulares no curto prazo.

Ora, se pensarmos bem, o padrão destas dificuldades não é exatamente original. Na saúde como na educação, na segurança social, no clima ou na habitação são também os problemas mais estruturais e que requerem ações mais continuadas para produzir resultados menos visíveis no curto prazo que se arrastam sem solução à vista. Que ilações podemos tirar daqui? Uma explicação rápida e pronta a servir seria, obviamente, a de proclamar que os portugueses são geneticamente avessos a grandes mudanças e reformas e que preferem medrar numa permanente cultura de "desenrascanço" e improviso. Outra seria a de defender que temos o triste fado de ter governantes especialmente egoístas, perversos ou particularmente incapazes de qualquer tipo de empatia com as gerações futuras. Convenhamos que as teses são superficiais e ridiculamente simplistas.

Ensaio, pois, outra: temos um quadro institucional que gera incentivos errados para a governação a longo prazo. Em bom rigor, o mal não é exclusivamente português. Todas as democracias padecem do mesmo pecado original. Os ciclos políticos são necessariamente curtos (e são-no também por boas razões) e, como tal, não premeiam políticos que trabalhem a pensar no longo ou no muito longo prazo. Ninguém ganha eleições com uma reforma da segurança social, mas não é implausível que uma reforma da segurança social possa fazer cair um governo. Sendo que nem o facto de todos sabermos que, nesse particular, caminhamos em direção a uma parede é condição suficiente para desatar o imobilismo governativo. O mesmo se diga da maior parte das ações há muito identificadas como imprescindíveis para minimizar o risco estrutural de incêndios no país. Ninguém ganha eleições a cadastrar o país, mas é bem provável que tocar na estrutura da propriedade rural deixada ao abandono ou no regime sucessório seja uma maneira expedita de as perder.

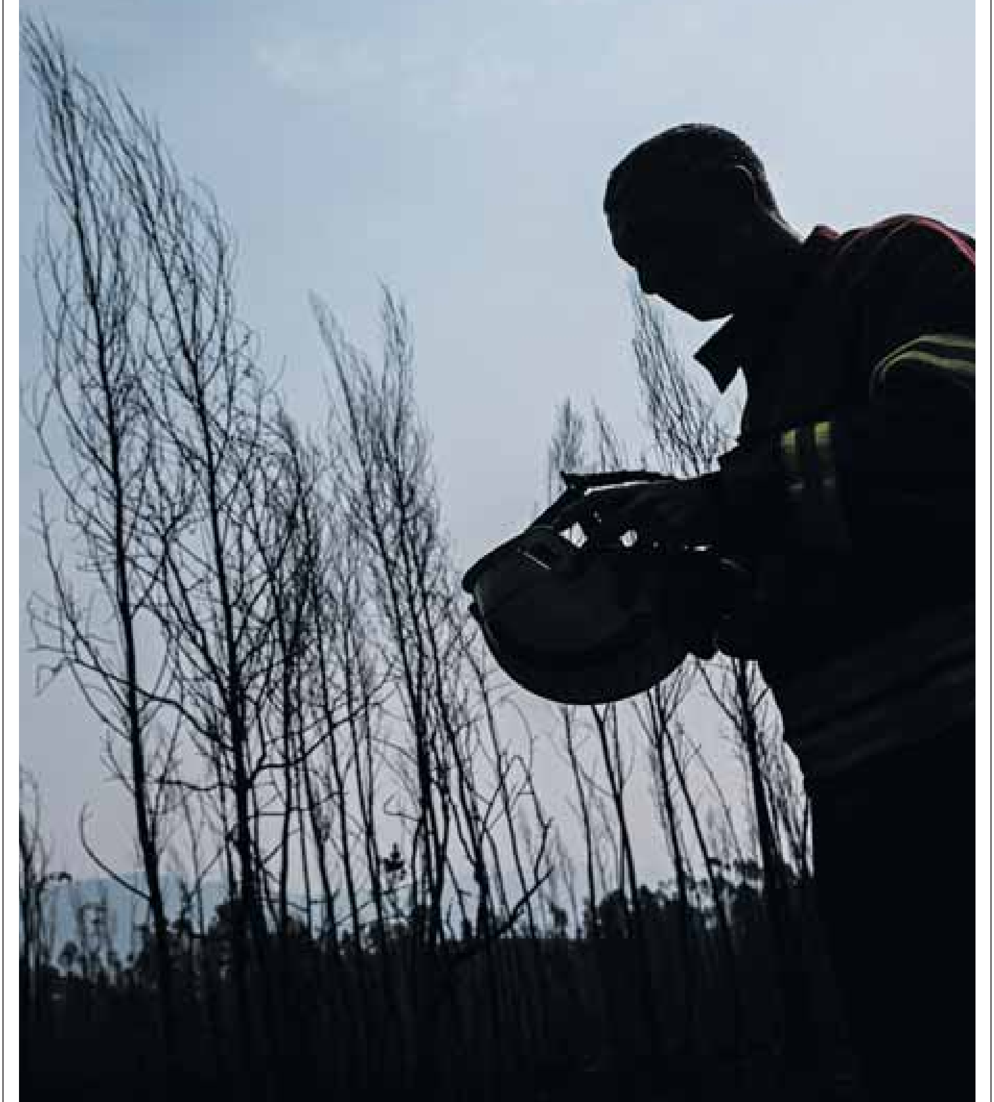
No caso específico português, a este problema de "design" democrático juntam-se vários outros. Num país com um interior desertificado são cada vez menos os incentivos políticos para pensar e servir as populações e os territórios de menor densidade. Basta dizer que quase 40% dos deputados na Assembleia da República foram eleitos em Lisboa e no Porto. Gastar recursos em Portalegre ou em Castelo Branco não ajuda a decidir eleições. O êxodo gera abandono político e o abandono político gera êxodo. A desertificação é uma profecia autorrealizada e os incêndios são a sua consequência natural.

Mas há mais: numa democracia que é, para todos os efeitos, muito jovem, faltam instituições, mecanismos, e cultura política para fazer a previsão, garantir a monitorização e comunicar com clareza aos eleitores os efeitos da ação (e da inação)



A desertificação do interior não se trava por decreto, a economia da floresta não se muda com pensos rápidos, a estrutura da propriedade não se altera sem decisões arrojadas e impopulares

PAULO PIMENTA



política a longo prazo. A Finlândia tem, desde 1993, um "Comité Parlamentar para o Futuro" com a missão de reconhecer, nos seus estágios preliminares, desafios e oportunidades de longo prazo e desafiar a ação governativa relacionada com estes. Singapura estabeleceu em 2009, no gabinete do seu primeiro-ministro, um "Centro para os Futuros Estratégicos" para suportar a ação do governo e dos servidores públicos. Em Portugal, há meros dez anos, seria assim tão difícil, com a arquitetura institucional adequada e recorrendo a uma mera análise de tendências, prever a atual crise de falta de médicos ou de professores? E a crise da habitação? Parece óbvio que sem este tipo de quadro institucional faltará sempre conhecimento e faltará sempre a consequente responsabilização dos atores políticos. A discussão política continuará a fazer-se em torno do presente ou do passado, nunca em função de cenários de futuro.

Dir-me-ão que estamos fartos de diagnósticos e que o conhecimento, por si só, não basta para resolver o problema dos incentivos para uma governação centrada no logo prazo. A crítica é mais do que razoável. E radica aí, de resto, mais um problema português (se bem que não exclusivamente português) que é a dificuldade em transformar o conhecimento disponível em pressão política para resolver problemas estruturais. Num país com um sistema mediático em crise de identidade e viciado em notícias de "última hora" com pouco valor acrescentado, seria útil que se percebesse que umas das possíveis tábuas de salvação para o jornalismo é a sua capacidade única para usar o conhecimento para fazer pensar para além da espuma dos dias, contribuindo, em particular, para um permanente questionamento dos eleitores sobre o futuro e sobre as consequências da ação e da inação políticas a longo prazo. Num país com uma sociedade civil genericamente pouco vibrante, faltam associações e organizações não governamentais que ajudem a transformar esse pensamento e esse questionamento em pressão eleitoral e em exigência de ação política concreta.

Não há, sejamos justos, respostas óbvias nem únicas para este problema genético das democracias que parece condená-las ao aqui e ao agora. Ao contrário do que podemos ponderar para o cargo de Presidente da República, não parece avisado nem plausível imaginar governos com mandatos únicos e longos que pudessem atuar fora dos constrangimentos eleitorais que sempre conduzirão a uma ação mais imediatista. Teremos, provavelmente, de pensar em respostas múltiplas e complementares. Mas se queremos escapar a este fado, seja nos incêndios, seja na justiça, na saúde ou no clima, seria bom que soubéssemos interpretar estes concretos sinais de fogo. Dizem-nos muito mais do que poderíamos imaginar à primeira vista.

Gestor

Despesa com armamento cai 21% em 2023 face a recorde de 2022

No ano passado foram investidos menos 97 milhões de euros em programas e equipamentos militares, uma quebra face ao valor recorde registado em 2022



RUI GAUDÊNCIO

Susete Francisco

A Lei de Programação Militar (LPM) foi executada em 64% no ano passado, o que corresponde a uma verba de 372,5 milhões de euros. São 97 milhões abaixo da verba executada em 2022, representando um decréscimo de 21%. Os dados constam do Relatório de Execução da Lei de Programação Militar, que será hoje debatido na Comissão Parlamentar de Defesa, no Parlamento. Em termos absolutos, o valor executado em 2023 é o segundo mais alto de sempre, mas representa uma descida, quando comparado com 2022, período em que se bateu o recorde em termos de verba executada – foram então perto de 470 milhões de euros – depois de no final de Fevereiro desse ano ter eclodido a guerra na Ucrânia.

De acordo com o documento, a que o PÚBLICO teve acesso, no ano passado foram investidos no Exército 59,5 milhões de euros (uma execução financeira de 81%), na Força Aérea 113,6 milhões (59%) e na Marinha 38 milhões (36%). Uma contabilidade em que entram também os serviços centrais e o Estado-Maior-General das Forças Armadas e que resulta numa média de execução global de 64%, também abaixo dos 73% executados no ano anterior. No caso da Marinha, em particular, o relatório admite uma taxa de execução "especialmente baixa", que atribui ao processo de transição da LPM de 2019 para a versão revista que entrou em vigor em 2023.

No que respeita à aplicação de verbas oriundas do Orçamento do Estado, a despesa com armamento teve uma execução de 73%, com destaque para a Força Aérea, que chegou aos 99% do valor previsto. Números que também denotam perda comparando com o ano anterior: a execução das receitas de impostos teve um decréscimo de 49,9 milhões de euros e das receitas próprias de 47 milhões de euros, correspondentes, respectivamente, a menos 15% e 33% face a 2022.

As contas reportam-se ainda ao executivo de António Costa, com Helena Carreiras à frente do Ministério da Defesa Nacional, naquele que foi o segundo ano do conflito militar na Ucrânia. Este é, aliás, um dos factores apontados como tendo um impacto negativo na execução da LPM, por condicionar a aquisição de matérias-primas e linhas de produção. Outra dificuldade na aplicação da Lei de Programação Militar é a "particular morosidade" dos processos de contratação, dada a "natureza e custo" dos projectos plurianuais previstos nesta área, refere o documento, acrescentando que a execução de 2023 foi também "condicionada pelo complexo processo de transição" para a nova LPM.

Na cimeira da NATO de 2023, os países aliados comprometeram-se com o investimento de pelo menos 2% do PIB em Defesa, para responder à crescente militarização da Rússia e de outros países cuja influência geopolítica preocupa a Aliança Atlântica. E o Presidente da República apelou, depois do início da guerra na Ucrânia, a que o país investisse mais nas capacidades de Defesa.

Projectos com atraso crítico

A Lei de Programação Militar foi revista em 2023, passando a prever o investimento público em meios e equipamentos para as Forças Armadas até ao ano de 2034, num montante total de investimento de 5570 milhões de euros, com particular incidência no primeiro quadriénio deste período. O novo diploma elegeu como áreas prioritárias de investimento cinco domínios operacionais (terrestre, marítimo, aéreo, cibernético e espacial) e definiu um conjunto de projectos estruturantes, acrescentando mais um (as aeronaves de apoio próximo) aos que já estavam definidos anteriormente: as aeronaves KC-390, a Ciberdefesa, os Helicópteros de Apoio, Protecção e Evacuação, os Navios Patrulha Oceânicos, o Navio Polivalente Logístico, o Navio Reabastecedor de Esquadra, e o Sistema de Combate do Soldado.



Helena Carreiras tutelou o Ministério da Defesa Nacional entre Março de 2022 e Abril de 2024

No que se refere à execução de projectos de todas as entidades envolvidas na LPM, de acordo com os dados do relatório, do total de 86 projectos executados, um foi dado como concluído, 43 decorrem de acordo com o calendário previsto, 36 apresentam atrasos face ao planeado e seis estão com atrasos críticos. Ainda segundo o relatório apresentado à Assembleia da República, entre os projectos em situação de atraso "crítico" contam-se alguns dos apontados como estruturantes, caso das aeronaves de apoio próximo ou da Cyber Academia and Inovation Hub (CAIH).

Só 6,6% nas Infra-Estruturas

A par do Relatório de Execução da Lei de Programação Militar, foi também entregue na Assembleia da República o Relatório de Execução da Lei de Infra-Estruturas Militares relativo a 2023, de acordo com o qual os militares arrecadaram, em 2023, uma receita de 28 milhões de euros, um valor acima do previsto.

Para tal contribuiu a rentabilização

DANIEL ROCHA



470

Em 2022, foram executados perto de 470 milhões de euros no âmbito da Lei de Programação Militar

28

milhões de euros é a receita obtida em 2023 pelo sector, segundo mostra o relatório referente à execução da Lei de Infra-Estruturas Militares

de três imóveis que pertenciam aos militares e passaram para o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), com objectivo de virem a integrar o Programa de Arrendamento Acessível. Deste total, um montante de 18 milhões foi afectado ao Estado-Maior General das Forças Armadas, bem como aos três ramos militares, uma verba que tem como destino a conservação, manutenção, segurança, a modernização ou edificação de infra-estruturas, bem como a sustentabilidade ambiental das infra-estruturas militares.

Mas se o valor arrecadado superou as expectativas, já a execução das verbas disponíveis foi "baixa", como refere o próprio relatório, na ordem dos 6,6% da dotação disponível, correspondente a 2,9 milhões de euros. Um resultado atribuído à "morosidade dos processos de libertação da receita arrecadada" e à "fraca capacidade de resposta do mercado aos procedimentos contratuais de empreitadas em obras públicas, particularmente sentida nos dois últimos anos", referindo que se prevêem para os próximos "melhores níveis de exe-

Forças Armadas

Sedes quer criar um serviço nacional de cidadania de seis a 12 meses para os jovens

Ana Bacelar Begonha

O Observatório de Segurança e Defesa da Sedes (Associação para o Desenvolvimento Económico e Social) defende a criação de um serviço nacional de cidadania para os jovens em Portugal com uma duração de seis meses a um ano. Num relatório anual publicado ontem, e a que o PÚBLICO teve acesso, esta entidade alerta para a dificuldade de atrair militares e defende que este mecanismo aumentaria "a base de recrutamento para as Forças Armadas e forças de segurança".

O observatório, coordenado pelo major-general João Vieira Borges, não exclui a ideia de se voltar a instaurar o serviço militar obrigatório, considerando que este tema deve ser alvo de "um debate alargado", tendo em conta que uma sondagem da Sedes, realizada pela Pitagórica entre 16 de Janeiro e 12 de Fevereiro deste ano, mostrou que 47% dos portugueses são a favor de reinstituir esta prática.

Mas é sobretudo na criação de um serviço nacional de cidadania, a que 63% dos inquiridos foram favoráveis, que o relatório aposta.

No fundo, trata-se de um "modelo de prestação de serviço ao Estado, centrado no cidadão, em que os jovens podem servir numa instituição ligada essencialmente às funções soberanas do Estado", como a justiça, a política externa, a segurança interna, a defesa, a educação, a saúde ou a solidariedade social. Este serviço, que seria lançado de "modo gradual e voluntário numa primeira fase", "seria tendencialmente geral e universal, estaria integrado no sistema de ensino nacional" e "teria uma duração entre seis e 12 meses".

A esperança da Sedes é que este instrumento pudesse "contribuir para o reforço da coesão e identidade nacionais" e a entidade presidida por Álvaro Beleza também acredita que "aumentaria seguramente a base de recrutamento para as Forças Armadas e forças de segurança". Esta é uma das principais questões tratadas pelo relatório, que alerta que a situação dos recursos humanos na Defesa é "o factor mais crítico para as Forças Armadas" e que continuará a sê-lo devido à "concorrência do sector privado".

Competir com o privado

Segundo o relatório, "não existem fórmulas mágicas para melhorar a atractividade das Forças Armadas". Mas o grupo de trabalho da Sedes encarregue de estudar estes assuntos considera que "o processo de melhoria terá necessariamente de passar por medidas remuneratórias competitivas com o sector privado" e "por melhores condições de trabalho", a par de "uma gestão de talentos de acordo com as suas competências" e "uma liderança orientada para a promoção de uma mudança de mentalidades".

O observatório realça que as medidas aprovadas em Julho pelo Governo para os militares, de que é exemplo o aumento da componente fixa do suplemento de condição militar, "foram ao encontro de algumas" das suas propostas, mas que é necessário o seu "acompanhamento", nomeadamente, no que toca às "consequências" dos aumentos salariais dos escalões mais baixos.

Relatório do Observatório de Segurança e Defesa da Sedes defende que continua a faltar no país a "edificação de uma verdadeira indústria de defesa nacional"

Já sobre as forças de segurança, o relatório propõe "medidas que contrariem o geral sentimento de impunidade existente" e dignificar as carreiras através da revisão do sistema remuneratório "muito para além dos suplementos".

Mas também refere que é preciso dar "apoio mais directo e efectivo" e garantir a "efectiva execução da lei de programação militar ou das leis de programação e infra-estruturas e equipamentos das forças e serviços de segurança".

Outra das propostas do observatório é rever a Constituição, já que considera que "não tem acompanhado a drástica evolução registada no contexto de segurança internacional", o que "gera constrangimentos, ineficiências e obstruções operacionais".

Entre as várias medidas que a Sedes quer incluir na lei fundamental, conta-se a criação de um "Conselho de Segurança Nacional como órgão de consulta do Presidente da República" e "um novo estado de excepção constitucional, que permita conferir cobertura constitucional à tomada de decisão em situações de catástrofes", como a pandemia de covid-19.

Traçando um quadro negativo para as Forças Armadas, o estudo sustenta também que Portugal tem "uma *performance* bastante deficiente" ao nível da Defesa, essencialmente devido à "ausência de estratégias" para o sector e o seu investimento, financiamento, recrutamento e retenção, e conclui que faz falta a "edificação de uma verdadeira indústria de defesa nacional".

RUI GAUDÊNCIO



João Vieira Borges é coordenador do observatório da Sedes

Governo insiste no PS apesar de falar com Chega e IL. Belém acena com eleições

PS tem responsabilidades especiais, diz-se no Governo que "fala com todos". "Fisgado" em ter Orçamento, Marcelo avisa para "crise política e económica"

Maria Lopes

O calendário vai-se aproximando de Outubro e a pressão agudiza-se de todos os lados: Governo e PS empurram responsabilidades entre si por negociarem (ou não) o Orçamento, Luís Montenegro quer prender o PS mas continua a manter o Chega (e a IL) debaixo de olho, e o Presidente da República ameaça com uma crise política se o país não tiver Orçamento do Estado para 2025 (OE2025) aprovado.

Depois de uma tarde de domingo tensa com a ríspida troca de comunicados, a manhã política de ontem trouxe coincidências de declarações e reuniões que ficaram muito a dever à diplomacia. De visita às zonas afectadas pelos incêndios da passada semana, Pedro Nuno Santos garantiu continuar "disponível para viabilizar um orçamento do PSD", desde que isso implique "cedências por parte do Governo" nas áreas que vai indicar ao primeiro-ministro na reunião que terão na sexta-feira.

"Quero deixar claro: não é por causa do PS que não haverá orçamento. Só não haverá orçamento se o Governo não quiser. E só haverá eleições antecipadas se o Governo ou o Presidente da República quiserem." O líder socialista tentava, assim, empurrar para o executivo a pressão da responsabilidade pelo sucesso do orçamento.

Pouco depois, era o Presidente da República que voltava a colocar o dedo na ferida, deixando no ar a ideia de eleições se não houver OE2025. Marcelo Rebelo de Sousa assumiu que estabeleceu o "objectivo político" de que "haja orçamento" e afirmou-se "confiante" e "fisgado" em que será aprovado, mas fugiu a responder se usará da mesma bitola com que fez cair o segundo executivo de António Costa perante o chumbo do primeiro Orçamento para 2022, ou seja, se dissolve o Parlamento e convoca eleições antecipadas. "Se não houver orçamento, há crise política e económica", limitou-se a dizer, rejeitando a solução de um rectificativo com que o PS já acenou a Montenegro.

À tarde, já em Baião, o líder socialista usaria a questão da dissolução em jeito de bumerangue : "Toda a acção do Governo parece indiciar a vontade de provocar umas eleições antecipadas", disse, avisando que não podem estar sempre todos a olhar só para o PS como se fosse este partido a desejar ir para eleições "quando todos os actos deste Governo vão nesse sentido". E como tinha sido Marcelo a colocar pressão, de manhã, ao afirmar que se o orçamento não for aprovado o país terá que enfrentar uma nova crise política, Pedro Nuno aproveitou para dizer que essa responsabilidade é do executivo, "que tem que fazer muito mais".

Porém, defendeu que "não há, nem pode haver, reuniões secretas" entre o PS e o Governo, para justificar que os socialistas se tenham oposto a um encontro nesses moldes na passada semana. "Todo o trabalho que é feito entre o PS e o Governo é de conhecimento público", insistiu, justificando que dessa forma não se alimentam "intrigas" nem se dão "argumentos e armas a partidos como o Chega".

"Discretas" e não "secretas"

E dizia isto sem que se soubesse que Montenegro acabara de receber o líder liberal Rui Rocha e que pouco depois se reuniria com André Ventura, presidente do Chega, ainda que a realização destes encontros não tivesse sido oficialmente revelada. Na verdade, o gabinete do primeiro-ministro emitiu uma nota de imprensa garantindo que "não há reuniões secretas na residência oficial do primeiro-ministro" e nunca admitiu as reuniões. O Chega seguiu o mesmo padrão, mas a IL fez questão até de dizer que Rui Rocha foi recebido pelas 10h pelo primeiro-ministro "no âmbito da situação política e das negociações do Orçamento".

"Há encontros com entidades e personalidades de várias áreas, incluindo líderes políticos, sobre temas de interesse nacional, que ocorrem muitas vezes com discrição e sem a presença da comunicação social", acrescentava a nota de Montenegro, sem qualquer outra referência ou explicação.

Uma confusão que deu para Pedro Nuno Santos vir insistir à tarde na ideia de que o Governo "não está interessado em negociar" nem em ter um "bom ambiente negocial", e sobretudo empurrar a pressão de volta para o executivo. O secretário-geral socialista defendeu que o Governo pode falar com quem quiser, mas "não pode continuar a fazer de conta que [o PS] é um parceiro preferencial".

Para completar o xadrez da dramatização, faltava Montenegro de viva voz. Após justificar que as reuniões "discretas" que tem em São Bento são "um traço de normalidade e de maturidade democrática", prometeu que vai "esgotar, de forma paciente, empenhada, aberta e dialogante, todas as possibilidades" para que o OE2025 "não seja inviabilizado". "Tudo aquilo que nós pudermos fazer para dialogar com os partidos políticos, fá-lo-emos." Já na intervenção inicial no Conselho Nacional do PSD (que decorria à hora de fecho desta edição), Montenegro disse partilhar com Marcelo a convicção de que "duocécimos não são solução".

Até em Nova Iorque o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, haveria de dizer que o Governo sempre teve a posição de princípio de "falar com todos", fazendo, no entanto, questão de salientar, em jeito de desafio, que "o PS tem especiais responsabilidades".

FERNANDO VELUDO/LUSA



Luís Montenegro prometeu ontem "esgotar todas as possibilidades" de diálogo

Orçamento do Estado para 2025

Uma cronologia das acusações, avanços e recuos entre Governo e PS

Fernando Costa

Reunião entre Montenegro e Pedro Nuno está marcada para a próxima sexta-feira, mas troca de argumentos prosseguiu ontem

Há meses que Governo e PS trocam recados sobre a viabilização do Orçamento do Estado para 2025 (OE2025). No entanto, a troca de acusações sob forma de comunicados deste domingo acerca da não-marcação de uma reunião entre o primeiro-ministro e o secretário-geral do PS assumiu-se como um dos episódios mais inusitados, com as acusações a continuarem (e os comunicados) durante o dia de ontem.

19 de Março

À saída de uma reunião com Marcelo Rebelo de Sousa, Pedro Nuno Santos considerou que viabilizar um Orçamento deste Governo seria "praticamente impossível": "Não podemos pedir ao PS que seja o garante de um Governo do qual discorda."

3 de Julho

Meses depois, a posição do líder socialista dava sinais de se atenuar. "O PS, como maior partido da oposição, não vai prescindir, se for para o viabilizar, de ter uma palavra significativa a dizer nas políticas que o Orçamento consagra", disse. Medidas como a redução do IRC e o IRS Jovem tornariam a viabilização "mais difícil", alertou.

19 de Julho

Acontece a primeira ronda de reuniões do Governo com os partidos para debater o Orçamento do Estado. Nem Luís Montenegro nem Pedro Nuno Santos estiveram presentes. À saída, a líder parlamentar do PS, Alexandra Leitão, admitia haver margem para diálogo: "Estamos todos com abertura negocial e esse é o primeiro passo para que as negociações cheguem a bom porto."

1 de Agosto

Em entrevista ao PÚBLICO e à Rádio Renascença, o ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, admitiu que o executivo estaria disponível para "calibrar" as medidas do IRC e IRS Jovem, "sem deixar cair o princípio e a base fundamental" das propostas, acenando com eleições antecipadas se o Programa do Governo fosse desvirtuado.

27 de Agosto

À margem de uma visita a uma feira agrícola em Penafiel, Pedro Nuno Santos acusou o Governo de adoptar medidas conjunturais com o objectivo "de ter benefícios eleitorais a curto prazo".

30 de Agosto

O *Expresso* noticiou que Pedro Nuno Santos e Luís Montenegro estavam desde Julho a trocar cartas sobre o Orçamento. Na primeira carta, segundo o semanário, o socialista tinha pedido a Montenegro informação sobre as contas públicas para 2025.

1 de Setembro

No encerramento da Universidade de Verão do PSD, Montenegro rejeitou as acusações do PS de que o Governo estava "em campanha eleitoral" e devolveu as acusações, dizendo que quem fala em medidas eleitoralistas "é quem quer eleições".

5 de Setembro

O ministro da Presidência, Leitão Amaro, assegurou que o Governo teria abertura, na negociação, para discutir várias medidas, incluindo a descida do IRC e o IRS Jovem. Reiterou, porém, que esta abertura não poderia comprometer a "coerência do Programa de Governo".

6 de Setembro

No dia em que foi divulgado o Quadro Plurianual das Despesas Públicas, o PS voltou a acusar o executivo de não incluir os dados sobre saldo estrutural e margem orçamental. Pedro Nuno Santos reiterou a disponibilidade do partido para viabilizar o OE2025.

10 de Setembro

Na segunda ronda de reuniões para discutir o OE2025, o executivo forneceu os dados que o PS tinha pedido. No final, Alexandra Leitão disse que o partido ia analisar as informações e que "muito em breve" estariam "disponíveis para continuar as negociações com o Governo".

12 de Setembro

Sobre as medidas do IRC e IRS Jovem, Pedro Duarte defendeu, em entrevista ao PÚBLICO e à Renascença, que era possível chegar a uma solução de meio caminho entre PS e Governo.

No mesmo dia, Pedro Nuno Santos afirmou que "o meio caminho nunca existirá" porque será sempre um Orçamento da AD.

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA



Líder do PS critica "atitude difícil de entender" por parte do Governo

19 de Setembro

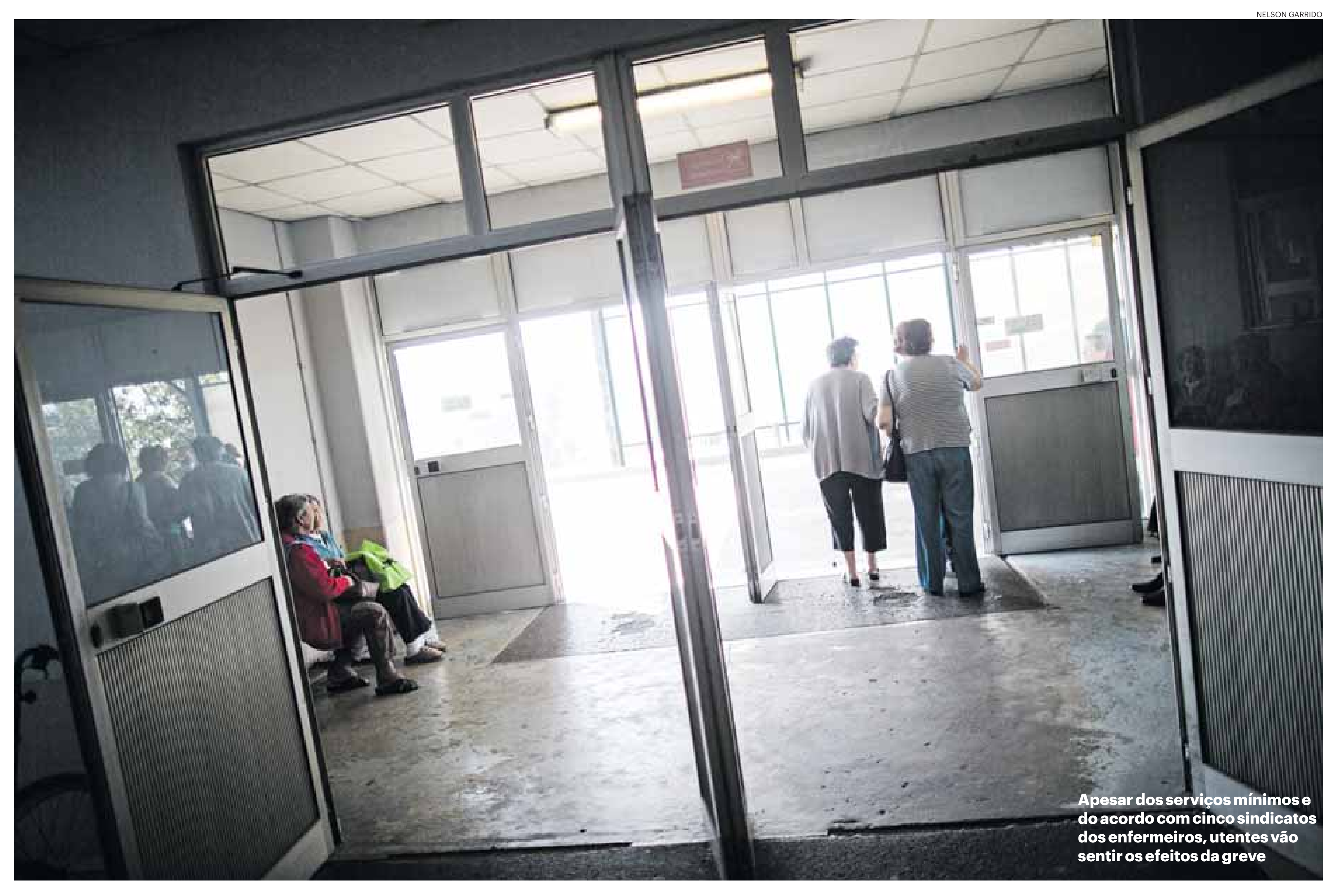
O ministro Leitão Amaro disse que o Governo continuava à espera de propostas do PS para continuar as negociações. "Ninguém sabe o que o PS quer" para o Orçamento, criticou.

22 de Setembro

O gabinete de imprensa do primeiro-ministro disse que Montenegro estava "desde 4 de Setembro a tentar marcar uma reunião" com Pedro Nuno Santos, notando que tal reunião não aconteceu "devido à indisponibilidade recorrente" do líder do PS.

Os socialistas, noutro comunicado, rejeitam as acusações que consideram "uma provocação" e "uma atitude de difícil de entender no quadro de boa-fé negocial". Da troca de comunicados resultou a marcação para sexta-feira (dia 27) de uma reunião entre Pedro Nuno e Montenegro.

NELSON GARRIDO



Apesar dos serviços mínimos e do acordo com cinco sindicatos dos enfermeiros, utentes vão sentir os efeitos da greve

Saúde soma 68 mil dias de ausência. Médicos e enfermeiros de novo em greve

Até Agosto, dias de ausência por greve atingem o quinto valor mais alto desde 2014. Hoje começa nova paralisação

Ana Maia

Nos primeiros oito meses deste ano, o número de dias de ausência por causa de greves na área da saúde já ascendia ao equivalente a 68.258 dias. E esta semana deverá aumentar. Hoje e amanhã estão marcados dois dias de greve nacional, de médicos e enfermeiros, que ameaçam afectar o funcionamento de hospitais e centros de saúde, em especial cirurgias programadas e consultas.

A paralisação dos médicos inicia-se às 0h00 e a dos enfermeiros às 8h, sendo que, ontem ao início da noite, cinco sindicatos de enfermeiros chegaram a acordo com o Ministério da Saúde, incluindo quanto à revisão salarial. "O valor mínimo do aumento será, até 2027, de 300 euros", adiantou a ministra da Saúde, Ana Paula Martins, sobre o acordo que começará a ser implementado no dia 1 de Novembro, de forma faseada.

O acordo, que contempla negociações em torno de um acordo colectivo de trabalho, cujo início foi aprazado para 15 de Janeiro de 2025, deverá ajudar a atenuar a insatisfação dos enfermeiros e, consequentemente, a adesão destes profissionais à greve. Apesar disto, o presidente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses confirmou ao PÚBLICO que mantém a paralisação marcada.

Seja qual for a adesão a este novo protesto, os mais de 68 mil dias de ausência por greve (englobam todas as entidades do sector da saúde) contabilizados no Portal do SNS não expressam apenas a insatisfação destes dois grupos. Os técnicos de diagnóstico e terapêutica têm feito greves parciais para exigir a "regularização urgente" dos termos de transição e reposicionamento remuneratório nas carreiras, entre outras questões.

Ainda que não seja o maior – nos primeiros oito meses de 2023, o Portal do SNS somava o equivalente a mais de 131 mil dias de ausência por greve –, é o quinto valor mais alto de dias de ausência por greve desde 2014, comparando períodos homólogos. Já no que diz respeito a anos completos, 2023 foi em definitivo um ano de contestação na saúde. No ano passado, as paralisações resultaram no equivalente a perto de 230 mil dias de ausência. Este foi, recorde-se, um ano fortemente marcado pela luta dos médicos pela revisão da grelha salarial que redundou com a assinatura, em Novembro, de um acordo parcial com o Sindicato Independente dos Médicos (que a Federação Nacional dos Médicos não subscreveu), que previa que, no regime das 40 horas semanais, os médicos em início de carreira tivessem um aumento de 14,6% - 12,9%, no caso dos assistentes graduados.

Recuando no tempo, só 2018 se aproxima daquele valor em termos de dias de ausência, e mesmo assim com larga distância: 181 mil dias. Em terceiro surge 2019, um ano marcado por eleições, com o equivalente a 122 mil dias de ausência por greve.

Esta não é a primeira paralisação que a ministra Ana Paula Martins enfrenta desde que assumiu funções, mas será mais uma prova de fogo. Especialmente tendo em conta a coincidência das datas da paralisação de 48 horas das duas maiores classes profissionais do SNS, marcadas pela Federação Nacional dos Médicos (Fnam) e pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP).

Para estes dois dias de greve, há serviços mínimos garantidos. As urgên-

cias estão asseguradas, assim como os cuidados de quimioterapia e radioterapia, cuidados intensivos, cuidados paliativos, hemodiálise e no caso dos enfermeiros também os internamentos. Apesar da salvaguarda de actos e cuidados essenciais, se a adesão for a esperada pelos sindicatos, será inevitável que os utentes sintam os efeitos da paralisação. Nomeadamente na realização de cirurgias programadas e de consultas.

Além dos dois dias de greve nacional, a Fnam prolongou até ao final do ano a greve ao trabalho suplementar nos cuidados de saúde primários. Ao mesmo tempo, mantém o apelo a todos os médicos para entregarem minutas para a escusa de realização de mais horas extraordinárias além das obrigatórias por lei.

Há também duas concentrações marcadas para a frente do Ministério da Saúde, a primeira das quais da Fnam, hoje, a partir das 15 horas.
Há negociações a decorrer entre o Ministério da Saúde e outras estruturas representativas de médicos e enfermeiros. À margem do referido acordo entre o Ministério da Saúde e a plataforma composta por cinco sindicatos de enfermeiros, o SEP também tem tido reuniões, mas a última, que estava a agendada para o passado dia 12, foi desmarcada pelo Ministério da Saúde. "Temos razões acrescidas para a greve", reclama o SEP, que enumera os motivos pelos quais avançaram com mais esta paralisação.

Dos vários pontos em cima da mesa, destacam-se a valorização salarial de todos os enfermeiros, a diminuição do número de posições remuneratórias para que possam "atingir o topo das categorias e ou da carreira durante a sua vida activa", a alteração dos critérios para a reforma, a contratação de mais profissionais e o "pagamento dos 250 milhões em dívida pelo tempo de serviço prestado e não pago (retroactivos desde 2018)".

Do lado da Fnam, a última reunião deste sindicato com o ministério foi a 5 de Julho e terminou sem acordo. Não há, para já, nova data agendada entre as duas entidades. Do caderno de encargos dos médicos consta a revisão das grelhas salariais, o regresso às 35 horas de trabalho semanais e das 12 horas em serviço de urgência, a reintegração do internato na carreira médica e a criação de um regime de dedicação exclusiva opcional, a revisão da lista de utentes por médico de família, entre outras matérias.

Afirmando que os clínicos estão a ser "empurrados" para a greve, a Fnam contesta a aprovação unilateral, por parte do ministério, de várias medidas, como a nova fórmula de pagamento das horas extraordinárias e, mais recentemente, a indicação de que os hospitais têm de adaptar as férias dos profissionais de saúde para assegurar as escalas das urgências. "Após mais um ataque aos médicos e ao SNS, reforçamos o apelo à greve", apela num dos seus comunicados.

"Dia de júbilo"

Ordem aprova especialidade de Medicina de Urgência

Ana Maia

É com a "maior felicidade" que Adelina Pereira, presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina de Urgência e Emergência (SPMUE), e Nélson Pereira, presidente da competência em emergência médica da Ordem dos Médicos (OM), reagiram ao que classificam como "um dia histórico num caminho de 20 anos". A Assembleia de Representantes da OM aprovou ontem a criação da especialidade de Medicina de Urgência e Emergência. A formação terá a duração de cinco anos.

A criação da especialidade há muito que era debatida na OM. No final de 2022, uma primeira proposta para a criação da nova especialidade acabou chumbada. O tema não perdeu fôlego com a pressão que se tem mantido sobre os serviços de urgência, quer pela procura de cuidados como pelas dificuldades em se ter médicos suficientes para fazer escalas completas.

Na apresentação do Plano de Emergência para a Saúde, o Governo deixou claro que a criação da especialidade de Medicina de Urgência e Emergência era um passo fundamental. O primeiro passo está dado. "Os últimos dois, três meses foram de um diálogo intenso com os colégios das especialidades e sociedades científicas para chegarmos a um relativo consenso", disse ao PÚBLICO o bastonário da OM.

Esta medida "não vai resolver o problema das urgências", que dependerá de outras medidas, mas vai dar resposta à situação que para a OM "é errada": a de "não ter médicos especializados numa área tão sensível como a urgência", salientou Carlos Cortes. A expectativa é que os primeiros internos possam iniciar a formação no início de 2025, mas ainda há caminho a fazer.

O Ministério da Saúde tem de homologar a decisão da criação da nova especialidade, assim como o programa formativo. Será criada uma comissão instaladora da especialidade que irá avaliar os serviços que poderão ter vagas para o internato, que "irá durar cinco anos". Nesta fase de transição, explicou Carlos Cortes, haverá admissões por consenso: médicos a quem será reconhecida a especialidade resultante da experiência que já têm nesta área.

Também Adelina Pereira, presidente da SPMUE, admite que esta não será uma solução milagrosa para os problemas que se vivem nas urgências. Mas "é uma medida importante e estruturante", que só lamenta não ter sido criada mais cedo. "É muito importante que as pessoas que trabalham na urgência, que é um serviço difícil, tenham formação", disse, salientando que, com a nova especialidade, também a organização sairá reforçada.

Com a especialidade há a possibilidade de progressão de carreira, mais médicos poderão querer fazer parte de equipas dedicadas e também a emergência pré-hospitalar (INEM) poderá ganhar recursos médicos. "Vai ser um benefício muito grande", afirmou, resumindo: "Hoje é um dia de júbilo."

Com a aprovação da criação da especialidade, e segundo Nélson Pereira, presidente da competência em emergência médica da OM, o país vai "finalmente estar na linha da frente da organização".

PAULO PIMENTA



Portugal passa a integrar o lote de países com esta especialidade

O que sabemos sobre esta greve?

Em que dias ocorre?
A greve nacional dos profissionais de saúde acontece hoje e amanhã, das 8h do primeiro dia às 24h do segundo. No primeiro dia manifestam-se os médicos e no segundo reúnem-se os enfermeiros. Ambas as manifestações vão acontecer em frente do Ministério da Saúde, em Lisboa.

A paralisação não foi combinada entre médicos e enfermeiros. Aliás, o presidente do SEP, José Carlos Martins, e a presidente da Fnam, Joana Bordalo e Sá, falam numa "coincidência". "Somos estruturas totalmente independentes, mas o facto de ambas as classes terem convocado a greve coincidentemente para a mesma altura só demonstra o descontentamento que existe", afirmou Joana Bordalo e Sá. Ainda assim, não descartam a hipótese de uma futura união de todos os sindicatos da saúde. Não é a primeira vez que uma sobreposição acidental de greves dos sectores da saúde ocorre. O mesmo aconteceu em Junho de 2019.

O que pretendem os médicos?
A presidente da Fnam avançou à Lusa que a greve ocorre por falta de "uma negociação séria em curso" e atira que apenas estão "encetadas negociações de fachada". Neste sentido, recorrem à paralisação para reivindicar uma grelha salarial discutida e decidida até 30 de Setembro, para que tenha efeito já em 2025, relembrando que os médicos portugueses são "dos mais mal pagos a nível europeu". Os médicos apelam igualmente à redução real das listas de utentes.

Como prioridade estabelecem, também, o regresso às 35 horas de trabalho semanais e das 12 horas em serviço de urgência (reduzindo as actuais 18 horas), a reintegração do internato na carreira médica, a criação de um regime de dedicação exclusiva, opcional para todos os médicos e devidamente majorada, e a reposição dos 25 dias úteis de férias, bem como dos cinco dias suplementares se fora da época alta.

Contudo, a líder do sindicato ressalva que não se trata de uma greve apenas pelos salários justos e condições de trabalho dignas. "Também é uma questão de defesa do SNS. Que seja público, universal e de qualidade para atender toda a população. Entendemos que isso é uma emergência", acrescentou Joana Bordalo e Sá. "Exigimos uma ministra que perceba de saúde", rematou.

E os enfermeiros?
O aspecto salarial também preocupa os enfermeiros. José Carlos Martins fala de uma "justa valorização" de todas as posições remuneratórias da carreira. Além disso, os profissionais de saúde pedem a correcção das "situações de injustiça relativamente à contagem de pontos e às progressões na carreira".

O SEP também pretende negociar "mecanismos de compensação do risco de penosidade", com a aposentação mais cedo e a valorização do trabalho por turnos. Pede-se ainda a transição para a categoria de enfermeiro especialista a todo aquele que a 31 de Maio de 2019 detinha o respectivo título, o fim das dívidas de pagamento do trabalho extraordinário e a harmonização dos dias de férias entre os contratos individuais de trabalho e a função pública.

Que serviços serão afectados? Há serviços mínimos?
Os serviços mínimos estão assegurados. Portanto, há serviços que irão funcionar com o mesmo número de médicos presentes aos domingos e feriados, inclusive de noite. Entre estes estão os actos de internamento que funcionam em permanência, os serviços paliativos domiciliários, os cuidados intensivos, entre outros. Pode consultar toda a lista aqui. Não é possível prever se se irão realizar os serviços não contemplados na lista, pelo que é provável que utentes vejam adiadas consultas e cirurgias marcadas.

E a greve ao trabalho suplementar?
A greve ao trabalho suplementar nos cuidados de saúde primários mantém-se até ao final do ano. A 30 de Agosto, a Fnam, em comunicado, confirmou o prolongamento da greve ao trabalho suplementar e reforçou a intenção de "continuar as formas de luta".

Esta decisão surgiu na sequência do fim do prazo que o Ministério da Saúde deu a si mesmo para concretizar medidas do Plano de Emergência para a Saúde. A Fnam apela ainda a que os médicos se recusem a realizar trabalho suplementar para além dos limites legais.
Leonor Alhinho

Muitos alunos sem aulas, poucos professores a caminho das escolas

Clara Viana

Número de docentes colocados na reserva de recrutamento volta a descer. Maioria vai substituir professores de baixa

O número de professores colocados a nível nacional continua a descer, apesar de as necessidades das escolas permanecerem em alta, como mostram os mais de 200 mil alunos que, segundo o ministro da Educação, estarão ainda sem aulas.

Pelos cálculos feitos pelo PÚBLICO a partir das listas de colocação, na reserva de recrutamento de ontem, a quarta deste ano lectivo, foram colocados cerca de 920 docentes contratados. Isso representa uma descida substancial em comparação com os 1760 a quem há uma semana foi atribuído um lugar nas escolas, um número que, por sua vez, foi mais baixo do que o registado nos concursos anteriores.

As reservas de recrutamento são concursos nacionais de colocação de professores que estão abertos todo o ano lectivo para tentar responder às necessidades que vão surgindo. Nos quatro já realizados em 2024/2025 foram colocados perto de 7100 professores.

Tal não significa que seja este o número de professores que tenha chegado às escolas nestas últimas semanas, já que os docentes podem recusar a colocação, embora com penalizações.

Nas listas divulgadas pela Direcção-Geral da Administração Escolar (DGAE) não constam dados sobre os pedidos feitos pelas escolas. Esta informação só é tornada pública quando o ministério opta por divulgá-la e sem que existam esses dados não é possível ter um cálculo público sobre a relação entre a procura e a oferta.

Nos concursos nacionais, os professores são colocados segundo a sua graduação profissional, calculada sobretudo com base no tempo de serviço, e em função das preferências (de regiões ou escolas) que manifestaram no acto de candidatura.

A descida do número de colocados numa altura em que existem tantos alunos sem aulas permite, contudo, comprovar, como têm alertado movimentos de professores, que muitos dos docentes ainda sem escola são candidatos a regiões que não figuram entre as que têm mais carências. E também titulares de disciplinas menos desfalcadas.

O 1.º ciclo (242) e a Educação Pré-Escolar (122) continuam a figurar entre os grupos com mais colocados. São também os que têm mais docentes ainda sem escola – cerca de sete mil. A seguir vem Educação Física, que, no conjunto, tem ainda perto de 3500 docentes à espera de lugar.

Cerca de 87% dos horários atribuídos ontem são temporários: não têm duração anual, sendo geralmente pedidos para se proceder à substituição de professores que entram de baixa médica.

Quanto aos professores do quadro, dos 1600 que começaram o ano lectivo sem horas de aulas atribuídas, sobram cerca de 100 nesta situação. Dos 38 que conseguiram ficar com componente lectiva nesta reserva de recrutamento, 36 foram também substituir colegas de baixa.

Quando os horários pedidos pelas escolas ficam por preencher nas reservas de recrutamento, que se realizam semanalmente, passam para a chamada "contratação de escola". É também um concurso com duração anual, mas, ao contrário das reservas de recrutamento, compostas por listas nacionais, os candidatos podem escolher directamente a escola e o horário a que se candidatam.

Cerca de 87% dos horários atribuídos ontem são temporários

Entre a reserva de dia 16 e ontem, 226 professores saíram das listas nacionais por terem aceitado colocação em contratação de escola.

Até quinta-feira continuarão abertas as candidaturas para o concurso extraordinário de vinculação com que o Governo pretende minimizar a falta de professores nas zonas mais carenciadas. Foram abertas 2309 vagas, das quais cerca de 72% concentradas nas regiões de Lisboa e Setúbal. Os resultados do concurso deverão ser conhecidos na segunda quinzena de Novembro.

PAULO PIMENTA



Fernando Alexandre

Ministro: há "mais de 200 mil alunos" sem aulas

O ministro da Educação, Ciência e Inovação admitiu ontem que há ainda "mais de 200 mil alunos" sem aulas, mas fez um balanço positivo, uma semana após o arranque do ano lectivo, que começou com "tranquilidade e normalidade".

"As comunidades escolares estão mobilizadas, os directores, os professores estão mobilizados, penso que conseguimos trazer tranquilidade, normalidade àquilo que deve ser o início de um ano lectivo. O balanço é positivo porque há uma mudança grande em relação ao ano anterior, isso é evidente. Temos uma mudança no estado de espírito e é isso que é essencial: que a escola dê aquilo que as famílias esperam que dê", afirmou Fernando Alexandre. À margem da inauguração das obras de requalificação e modernização das instalações da Escola Básica de Prado, concelho de Vila Verde, o governante assumiu, contudo, que ainda há muitos alunos sem aulas. "Há demasiados alunos sem aulas, estes dados estão sempre a mudar, mas, provavelmente, temos mais de 200 mil alunos sem aulas ainda. É um problema que estamos a tentar resolver com medidas de emergência." **Lusa**

Incêndios: 500 milhões para cobrir prejuízos

O primeiro-ministro anunciou ontem ter recebido "luz verde" da Comissão Europeia para que Portugal utilize rapidamente 500 milhões de euros do Fundo de Coesão dos próximos anos para cobrir os prejuízos dos incêndios florestais.

Luís Montenegro falava aos jornalistas, em São Bento, após uma reunião com a procuradora-geral da República, Lucília Gago, as ministras da Administração Interna e da Justiça, respectivamente Margarida Blasco e Rita Alarcão Júdice, o director nacional da Polícia Judiciária, Luís Neves, e o comandante geral da GNR, tenente-general Rui Veloso.

Luís Montenegro agradeceu à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, esse apoio, e adiantou que esta verba será gerida directamente pelo Governo, de forma a simplificar procedimentos e eliminar burocracias.

Em casos a definir mais tarde pelo Governo, a comparticipação para a cobertura dos prejuízos poderá atingir 100%. "A nossa intenção é que haja uma grande simplificação de procedimentos e eliminar totalmente a burocracia. Mas não vamos vender ilusões às pessoas de que agora devem, enfim, com esta disponibilidade, cobrir prejuízos que não decorrem destes eventos. Portanto, naturalmente, que a bem da gestão dos dinheiros públicos, isto será acompanhado de fiscalização efectiva e também eficiente", advertiu.

Nove pessoas morreram até ontem e mais de 170 ficaram feridas em consequência dos incêndios que atingiram na semana passada as regiões Norte e centro do país, destruíram dezenas de casas e consumiram cerca de 135 mil hectares, fazendo com que a área ardida subisse este ano para quase 147 mil hectares, a terceira maior da década, segundo o sistema europeu Copernicus.

"O dinheiro será usado," acrescentou, "com critérios de justiça e de não-adulteração das regras e dos prejuízos que foram inventariados", tendo em vista que, "nos mais variados níveis, a vida das pessoas não seja mais penalizada".

Montenegro adiantou que será feito um levantamento exaustivo dos inquéritos que estão a correr no âmbito das investigações relativamente ao crime de fogo posto. "Será feito um aprofundamento de uma possível correlação entre muitas destas ocorrências, tentando aprofundar o estudo das causas que motivam aqueles que já foram detectados e detidos na prática deste crime", disse.

Defesa de Cláudia Simões acusa juíza de a tratar de forma "hostil e degradante"

Joana Gorjão Henriques

Cláudia Simões interpôs recurso na Relação de Lisboa, alegando que houve "violação do direito a um julgamento justo"

As advogadas que representam Cláudia Simões no recurso ao Tribunal da Relação de Lisboa classificam como "absolutamente inaceitável" a forma como Catarina Pires, a juíza presidente do colectivo, a tratou no julgamento a que presidiu, assim como à sua advogada e a todas as testemunhas que foram depor a seu favor.

Em Julho, Cláudia Simões foi condenada a um ano de pena suspensa pelo Tribunal de Sintra por agredir o agente da PSP Carlos Canha, quando ele a tentava imobilizar para a deter, e Carlos Canha foi absolvido da acusação de agressão a Cláudia Simões – embora tenha sido condenado por agredir outras duas pessoas na esquadra, Quintino Gomes e Ricardo Botelho.

Os agentes João Gouveia e Fernando Correia foram absolvidos do crime de abuso de poder. A advogada de Carlos Canha disse que também tinha interposto recurso da decisão, mas não quis prestar declarações.

O caso aconteceu em Janeiro de 2020, em sequência de uma altercação entre o motorista de um autocarro na Amadora e Cláudia Simões por causa do passe da filha desta. Já fora do autocarro, na paragem, Cláudia Simões seria imobilizada e detida por Canha e depois levada à esquadra do Casal de São Brás num carro onde seguiam aqueles três polícias. Um homem (Ricardo Botelho) filmou tudo e seria depois detido. Além da detenção ilegal, o Ministério Público acusava Carlos Canha de a ter agredido nesse trajecto e os outros dois polícias de nada fazerem para o travar.

DANIEL ROCHA

Advogadas pedem que Cláudia Simões seja absolvida

Contestando a decisão e pedindo a reavaliação da prova produzida, no recurso – entregue na semana passada –, as advogadas Leonor Caldeira e Luísa Teixeira da Mota acusam mesmo a juíza de violar a lei por não ter garantido um julgamento imparcial. Pedem aos juízes da Relação que ouçam as gravações das audiências onde, alegam, a juíza Catarina Pires "por diversas vezes utilizou um tom manifestamente agressivo, interrompeu sucessivamente e pressionou" Cláudia Simões, a sua advogada (na altura Ana Cristina Domingues) e as testemunhas "para que respondessem mais rápido", mostrando-se indisponível para "ouvir todos os argumentos, perspectivas, *nuances* ou justificações".

Para as advogadas, a relação que o tribunal estabeleceu com Cláudia Simões, nas palavras e no tom, teve "um peso no sentido da errada e injusta decisão". O recurso remete para decisões do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) em que aquele órgão aborda questões idênticas e requere à Relação que "corrija" o que classificam como "vício de imparcialidade e violação do direito a um julgamento justo".

No documento com mais de 200 páginas, dão vários exemplos deste tratamento em que Cláudia Simões foi "constantemente repreendida", "mesmo durante as declarações de Carlos Canha". Depois de Cláudia Simões ter referido que estava com dores de cabeça, deu-se, alegam, um "'crescendo' do tom do tribunal e 'irritação' com a forma como" ela tenta responder, "culminando mesmo com o 'amuo' do tribunal". "Senhora dona Cláudia, ouça. Olhe, sabe uma coisa? Eu não tenho mais pergunta nenhuma para lhe fazer. A senhora diga tudo o que tem a dizer. Se não tiver mais nada para dizer, também não diz mais nada", diz a juíza, citada no documento. Esta "forma absolutamente hostil e degradante" como o tribunal se dirige Cláudia Simões – acusam – contrasta com a postura em relação ao agente Carlos Canha, em que lhe "pedem" que não interrompa, adoptando "um tom de voz e expressões cordiais e até simpáticos".

Ao PÚBLICO, Leonor Caldeira refere que, depois de ouvirem as gravações das sessões, perceberam que tinham de as incluir no recurso: "Foi uma coisa impressionante, que não quisemos deixar passar em claro", diz, apontando o facto de, para o tribunal, Cláudia Simões, aparecer como alguém que "tem fraco juízo crítico, é impulsiva", uma "oportunista", que quer "ganhar uma 'choruda indemnização'", enquanto Canha surge como alguém "cheio de orgulho na sua profissão, que em regra age e decide bem, de forma ponderada".

No recurso, as advogadas pedem que Cláudia Simões seja absolvida por ter agido em legítima defesa e que Carlos Canha seja condenado pelo crime de ofensa à integridade física qualificada, injúria agravada, sequestro agravado, abuso de poder e a uma pena acessória de proibição de exercício de função; e que João Gouveia e Fernando Correia sejam condenados pelo crime de abuso de poder. Pedem também indemnização civil aos agentes da PSP e ao Estado.

Álvaro Sobrinho acusado de desviar 20 milhões do BES Angola para comprar 30% do Sporting

Mariana Oliveira

O empresário Álvaro Sobrinho foi acusado de mais um crime de branqueamento agravado por alegadamente ter desviado 20 milhões do Banco Espírito Santo Angola (BESA) para comprar uma participação de quase 30% na Sporting SAD, ocultando a origem ilícita do dinheiro.

Isso mesmo consta na acusação a que o PÚBLICO teve acesso, onde se explica que este inquérito, aberto em 2017, teve origem numa participação da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, após ter sido informada de que a Holdimo – Participações e Investimentos S.A. se tornara uma accionista qualificada daquela SAD, uma sociedade detida em 99,8% por Sobrinho, que também foi acusada.

A acusação foi conhecida ontem, no entanto, já foi proferida no final de Agosto pela procuradora Ana Paula Araújo.

Segundo a acusação, em Julho de 2011, a Holdimo celebrou com a Sporting SAD um "contrato de parceria de cooperação financeiro-desportiva", assinado em representação do clube pelo então presidente Godinho Lopes e pelo administrador Luís Duque. A empresa de Sobrinho comprou desta forma direitos económicos associados a 17 jogadores daquela sociedade anónima. O investimento inicial seria de 16 milhões de euros.

Entre Julho de 2011 e Maio de 2012 foram transferidos 13,7 milhões de euros de uma conta em nome do BESA, domiciliada na casa-mãe, o BES, em Lisboa. "Com o propósito de financiar e investir na Sporting SAD, o arguido Álvaro Sobrinho retirou os aludidos fundos existentes na conta n. 0995 - 1457 - 007 do BESA, como se lhe pertencessem, bem sabendo que os valores disponíveis naquela conta se destinavam a financiar a actividade do BESA e que actuava em prejuízo deste", lê-se na acusação.

A ideia era o Sporting pagar à Holdimo quando vendesse os passes dos jogadores. "Caberia à sociedade arguida Holdimo decidir a venda dos passes dos jogadores, caso as propostas fossem superiores ao 'potencial de venda' acordado, com excepção de propostas provenientes do FC Porto e SL Benfica cuja decisão seria tomada unilateralmente pela Sporting SAD", refere o documento.


Acusados Sobrinho e uma firma sua, a Holdimo, que ainda detém 9,9% da SAD do Sporting

Em Janeiro de 2013, é feito um aditamento ao contrato inicial, igualmente assinado por Godinho Lopes, em que a Sporting SAD vendia uma percentagem do passe de 28 jogadores à Holdimo. O investimento da sociedade angolana totaliza até Fevereiro desse ano 20,7 milhões de euros. Deste montante, 15 milhões foram retirados do BESA, dinheiro que o Ministério Público já pediu que seja declarado perdido a favor do Estado no âmbito do caso BESA, que seguiu em Julho passado para julgamento. Daí que não se peça aqui a devolução do dinheiro ou se avance para a acusação relativa ao desvio de fundos (que configurará um crime de abuso de confiança agravado, igualmente já imputado no processo BESA). Estes 15 milhões serviram ainda para pagar 300 mil euros em "camarotes".

Em Março de 2013 há um segundo aditamento ao contrato apenas para actualizar o elenco de jogadores e, em Junho, já com Bruno de Carvalho ao leme do Sporting, a SAD aceita converter 20 milhões de euros em 20 milhões de acções, cada uma com um valor de um euro. A Holdimo passa a ter 29,85% da SAD sportinguista e o clube volta a adquirir os passes dos jogadores. O negócio foi comunicado à CMVM, que não gostou do facto de a Holdimo não ter contabilidade organizada nem contas aprovadas.

Neste momento, Sobrinho só detém, através da Holdimo, 9,9% da SAD sportinguista, na sequência de um aumento de capital feito em Fevereiro passado que o empresário não acompanhou. O mesmo tinha acontecido em 2022, quando baixara a sua participação dos 29,85% para os 13,28%.

Agora há um bocadinho menos de microplásticos no areal de Vila do Conde

A segunda edição da Maelstrom Sunset Beach Cleanup, em Vila do Conde, que decorreu no sábado, contou com cerca de 100 participantes. Dos mais novos aos mais graúdos, todos retiraram lixo da areia

Daniela Tavares

O Verão chegou ao fim e o ser humano deixou um rasto nas praias por onde foi passando. Coube aos mais novos ir atrás dessa pegada de lixo abandonada no tempo estival, mas com um objectivo específico, que exigia um olhar mais fresco: os microplásticos. O desafio foi lançado aos mais novos no dia internacional da limpeza de praias (World Cleanup Day) pelo Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (Ciimar), juntamente com a Câmara Municipal de Vila do Conde, CMIA, Counting Stars e CIMA Research Foundation e cerca de seis dezenas prontificaram-se a ajudar a limpar o areal.

Júlia Miranda tem oito anos, mas já tem o futuro bem definido. "Eu quero uma profissão que tenha que ver com ciência e animais. Juntei isso e deu bióloga. Dentro disso, percebi que tinha de escolher uma secção de animais. Como eu gosto muito de animais marinhos, percebi que queria ser bióloga marinha", conta ao PÚBLICO, de luvas nas mãos, concentrada na missão para aquela tarde: recolher os microplásticos presentes na zona de homenagem às mulheres da seca do bacalhau, perto do estuário de Vila do Conde. O grupo constituído por elementos mais velhos dedicou-se à recolha na praia da Senhora da Guia.

Andreia Lima, de 41 anos, é a mãe da Júlia e soube da iniciativa através das redes sociais. A sugestão pareceu-lhe a indicada para ocupar a tarde de sábado e o entusiasmo da filha foi tal que o convite acabou por ser arrastado à amiga Leonor, de dez anos. Leonor Faria ambiciona ser cientista e explica, enquanto olha atentamente para o areal, que sempre que vai à praia com os pais repara na grande quantidade de lixo que existe. "Há uma zona que é pior do que as outras, porque tem um café perto e as pessoas não têm cuidado com o lixo", comenta a futura cientista, enquanto explica à amiga que a missão do grupo é a de encontrarem os microplásticos. "São os mais difíceis, porque são muito pequeninos", completa o pequeno Dinis, de seis anos.

Durante uma hora, cerca de 100 participantes, dos 3 aos 71 anos, foram distribuídos pelas praias da cidade de Vila do Conde, com o objectivo de recolher o lixo das diferentes praias. "Não se preocupem, se não existir muito lixo, também é bom sinal", vai dizendo Luís Vieira, investigador no Ciimar. "Nós, juntamente com os miúdos que estão a recolher os microplásticos, vamos tentar que eles, com pequenos guias, identifiquem esses microplásticos, para depois ligarmos isso ao espaço", explica o investigador, fazendo alusão aos dados revelados no relatório da Agência Europeia de Execução para a Investigação. Até porque o programa não se fica apenas pela recolha do lixo. Após a limpeza, os participantes tiveram direito a jantar, para depois se dedicarem a uma programação lúdica sobre lixo marinho e microplásticos. Seguiu-se um passeio cósmico, dinamizado pela equipa da Counting Stars, onde astrónomos e astrofotógrafos proporcionaram uma sessão de observação de estrelas.



DR

Coube aos miúdos procurar no areal o mais pequeno dos poluentes: os microplásticos

"Existem 500 vezes mais microplásticos no planeta do que estrelas na Via Láctea –, é fundamental mostrar que devemos proteger o ambiente"

"Pegando um pouco naquela mensagem da Comissão Europeia – que acho que é bastante preocupante, [pois] existem 500 vezes mais microplásticos no planeta do que estrelas na Via Láctea –, é fundamental mostrar que proteger o ambiente é uma missão de todos nós", diz Luís Vieira. E o certo é que, com esta acção, foram recolhidos 95 kg de lixo: 6 kg de vidro, 27 de plástico e 61 de material indiferenciado e 1390 pontas de cigarro.

O que é o Maelstrom?

O projecto Maelstrom está integrado no Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental da Universidade do Porto e tem como principal objectivo proteger os ecossistemas costeiros, eliminado, reciclando e devolvendo o lixo marinho à cadeia de mercado. É financiado pelo programa Horizonte 2020 da União Europeia e liderado pelo Instituto de Ciências Marinhas do Conselho Nacional de Pesquisa da Itália, tendo a duração de quatro anos.

"Estima-se que 83 milhões de toneladas de plásticos já estejam nos oceanos. A recuperação desses plásticos é uma tarefa árdua e custosa", afirma-se no projecto. Tarefa essa que é levada a cabo pelo Maelstrom, com duas áreas de avaliação de impacto: uma no rio Ave, em Vila do Conde, e outra na área costeira de Veneza, em Itália. Em Vila do Conde foi criada uma barreira de bolhas, evitando que o lixo chegue ao oceano. Já em Veneza, uma plataforma robótica vai retirar directamente esse lixo do fundo do mar.

Após essa recolha, "serão realizados levantamentos repetidos e dedicados para avaliar a eficiência das tecnologias de remoção, bem como estimar os efeitos de longo prazo nos ecossistemas", esclarece-se. Em seguida, um robô que funciona através de inteligência artificial separa esses resíduos, fazendo com que estes passem por processos "avançados de reciclagem que permitem que os materiais regenerados entrem novamente na cadeia de suprimentos industrial". O mote está dado: "Remova. Recicle. Dê um novo uso. Repita."

O problema à deriva

Todos os anos são produzidas milhões de toneladas de plástico e muitos desses milhões vão parar directamente ao oceano. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) alerta que, se o ritmo actual da indústria se mantiver, a quantidade de plástico produzida deverá triplicar até 2060.

Entre 23 e 37 milhões de toneladas de plástico poderão ser escoados para o oceano todos os anos até 2040, segundo o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA). E os problemas não se ficam por aqui. Devido ao seu tamanho (os microplásticos podem ser definidos como plásticos com menos de cinco milímetros de largura e comprimento), estas partículas acabam por ser ingeridas pelos peixes e, consequentemente, chegam aos nossos pratos, causando problemas para a saúde humana.

Mas todas as espécies sofrem com o impacto destes poluentes. Calcula-se que mais de 90% das crias das cagarras (*Calonectris borealis*), uma ave marinha, já apresentam plásticos no estômago quando deixam os ninhos, tanto em Portugal como em Espanha. Os dados são apontados por um estudo publicado na revista científica *Environment International*. As conclusões relevam um dos valores mais altos encontrados até hoje, quando comparados com outros outros estudos com outras espécies.

É, por isso, fundamental que os cidadãos e a próxima geração "assumam um papel activo no combate ao desperdício de plástico", o principal objectivo do projecto Go Europe – Plastic Pirates, financiado pela União Europeia, refere um relatório da Agência Europeia de Execução para a Investigação (REA). Essa missão não parece difícil, pelo menos, no que diz respeito à motivação dos miúdos. "É muito fácil captar a atenção dos mais novos. Aliás, muitos deles passam as mensagens nas escolas e depois até tentam, juntamente com os colegas, promover essas mesmas acções dentro das próprias escolas. São eles que muitas vezes dão o exemplo aos adultos para um mundo mais sustentável", comenta Luís Vieira. **Texto editado por Ana Fernandes**

Artista belga presta homenagem aos bombeiros em vários espaços de Estarreja

Maria José Santana

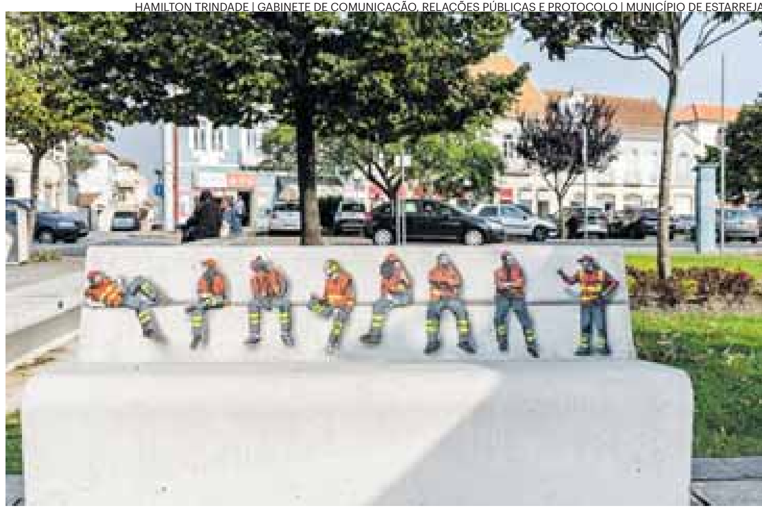
Pequenas pinturas, criadas no âmbito do Festival de Arte Urbana, estão em bancos de jardim, caixas de electricidade e paredes

Os fãs de arte urbana já lhe conhecem os traços: pequenas pinturas de trabalhadores públicos em cenas humorísticas do quotidiano. Na intervenção que tinha planeado desenvolver em Estarreja, no âmbito do Estau – Festival de Arte Urbana, que decorreu nas últimas duas semanas, era exactamente essa a linha que o artista belga Jaune ia seguir. Contudo, ao chegar a um território assolado pelas chamas, com o céu coberto de fumo, decidiu alterar aquilo que tinha em mente para prestar uma homenagem aos bombeiros através da sua arte. São 16 pequenas pinturas, no total, plasmadas em bancos de jardim, caixas de electricidade e paredes do centro da cidade de Estarreja.

As figuras de bombeiros a andar de *skate* por cima de uma base de chamas, a aproveitar um momento de amena cavaqueira ou a usufruir de um momento de pura descontracção – o artista diz que gosta de pintar os trabalhadores "em situações estranhas" –, pretendem homenagear quem esteve na linha da frente a combater o fogo. "Porque estas pessoas são heróis, protegendo pessoas e a natureza das chamas. Mais: maior parte deles são voluntários", escreveu, na sua página de Instagram, numa publicação onde também aparece uma fotografia de uma auto-estrada cheia de fumo.

Foi assim que Jaune encontrou, no dia 18, a região – os municípios vizinhos de Sever do Vouga, Albergaria-a-Velha e Águeda foram fortemente fustigados pelo fogo– e foi desafiado a vir deixar a sua marca no âmbito de um festival que, a cada dois anos, transforma o espaço urbano de Estarreja numa grande tela. "Como tinha os incêndios muito fortes aqui ao redor, decidi adaptar os uniformes das minhas figuras, com as cores dos bombeiros portugueses", explicou o artista nascido em 1986 e que passou assim a ser um dos oito novos artistas representados no roteiro de arte urbana estarrejense.

HAMILTON TRINDADE | GABINETE DE COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES PÚBLICAS E PROTOCOLO | MUNICÍPIO DE ESTARREJA



Jaune fez 16 pinturas no âmbito do Estau — Festival de Arte Urbana

O público pode apreciar as suas obras na Avenida de Visconde Salreu, Praça Francisco Barbosa e Parque Municipal do Antuã, junto a outras intervenções artísticas, grande parte delas de grande escala, assinadas por nomes como Bordalo II, Halfstudio e Vhils, entre outros. "Gosto de trabalhar com pequenas figuras, porque vou andando pelas ruas e descubro os lugares de uma outra forma, completamente diferente", destacou.

O roteiro do festival iniciado em 2016 está disponível no *website* da autarquia e conta já com mais de quatro dezenas de pontos de paragem.

Novos ministros tomam posse em França entre críticas à linha do Governo

Imigração e reforma das pensões no centro das atenções. O ministro do Interior, Bruno Retailleau, tem sido o principal alvo das críticas, devido às posições face à imigração e a direitos sociais

André Certã

Os ministros nomeados pelo Presidente francês, Emmanuel, Macron para integrar o Governo encabeçado por Michel Barnier tomaram ontem posse, depois de a lista ter sido divulgada no sábado pelo gabinete do Presidente.

As cerimónias de passagem de pasta tiveram lugar nas sedes dos vários ministérios, contando com a presença dos antecessores. O dia ficou marcado pelas primeiras reuniões de Barnier com os ministros e ainda do Conselho de Ministros, no qual o Governo se reuniu com o Presidente da República.

Pela lista de ministros constata-se ter havido uma viragem à direita, com a inclusão de ministros d'Os Republicanos como o primeiro-ministro, Michel Barnier. Ao todo são quatro os ministros deste partido, sendo os restantes das forças macronistas e de outros pequenos partidos alinhados ao centro-direita.

"Restabelecer a ordem"

Bruno Retailleau, o novo ministro do Interior, é considerado um dos ministros mais à direita do novo Governo.

No discurso na passagem de pasta com a presença o seu antecessor, o macronista Gerald Darmanin, Retailleau estabeleceu as três grandes prioridades do seu mandato: "Restabelecer a ordem, restabelecer a ordem e restabelecer a ordem."

"O que nos disse o povo soberano, nomeadamente na primeira volta das eleições legislativas? Enviou-nos uma mensagem que temos de ouvir", disse o novo ministro, que esclareceu que "os franceses querem mais ordem, ordem na rua, ordem nas fronteiras".

O ministro tem sido alvo de críticas devido às suas posições em relação à imigração, defendendo a existência de "franceses de papel" numa publicação na rede social X, em 2022.

Em 2023, Retailleau criticou os participantes nos motins que sucederam à morte de Nahel Merzouk, jovem francês de ascendência argelina e marroquina, afirmando que os amotinados eram "franceses por causa da sua identidade" e considerou que "para a segunda e terceira gerações, há uma espécie de regressão às origens étnicas".

Em 2013, quando era senador do partido antecessor d'Os Republicanos, a União por um Movimento Popular (UMP), Retailleau também expressou oposição ao casamento homossexual.



TERESA SUAREZ/EPA

Bruno Retailleau, novo ministro do Interior, que tomou ontem posse, está no centro das críticas por posições sobre imigração

Voto contra IVG

"Os grandes perdedores desta reforma serão as crianças! Não acredito na República dos desejos", escreveu o então senador na rede social X. Estava-se em 2013, ano em que o casamento homossexual foi aprovado.

Mais recentemente, Retailleau votou contra a inclusão da interrupção voluntária da gravidez, IVG, na Constituição francesa, medida aprovada pelo Parlamento este ano, considerando que não se devia "importar" polémicas norte-americanas.

A menção de maior "ordem nas fronteiras" pelo ministro do Interior parece ir ao encontro de um sentimento mais vivo para controlar a imigração no país, expresso por Barnier numa entrevista à televisão France 2 neste domingo.

"Vamos fazer algumas coisas concretas para controlar e limitar a imigração, que muitas vezes se torna insuportável e leva a que não acolhamos da melhor forma aqueles que já acolhemos aqui", afirmou o primeiro-ministro.

A controversa reforma das pensões, adoptada por Macron, apesar dos fortes protestos vividos nas ruas contra ela, é outro dos grandes tópicos do novo Governo, dada a abertura em fazer alterações por Barnier, explicitadas na entrevista na France 2.

Na entrevista, o primeiro-ministro afirmou que iria "confiar nos parceiros sociais" para "melhorar" a reforma das pensões, avisando que, no entanto, a lei actual "prevê um quadro financeiro" que "deve ser respeitado".

Sobre o assunto a nova ministra do Trabalho, Astrid Panosyan-Bouvet, partilha da mesma opinião do chefe do Governo.

"Precisamos de tornar a última reforma das pensões talvez mais sustentável para todos e responder às ansiedades que possa ter gerado, em especial entre as mulheres", afirmou a ministra, depois de receber a pasta da sua antecessora, Catherine Vautrin, que ocupa agora a pasta da Parceria com os Territórios e da Descentralização.

As escolhas do Governo, especialmente de Retailleau, foram alvo de críticas entre os próprios macronistas, com algumas farpas deixadas por membros cessantes.

A deputada Stella Dupont do partido de Macron Juntos pela República declarou à rádio RTL que o Governo tinha uma "uma linha muito à direita" ou mesmo "reaccionária".

Prisca Thevenot, porta-voz do Governo cessante originária das Ilhas Maurícias, recusou a existência de franceses "no papel" no discurso de despedida, afirmando que só há franceses "no verdadeiro sentido da palavra".

À esquerda, o coordenador da França Insubmissa, Manuel Bompard, criticou à televisão Europe1 as posições "racistas" de Retailleau, afirmando que "só há uma categoria de franceses, a dos franceses, quaisquer que sejam as suas origens".

"Quando se começa a classificar os franceses, quando se começa a considerar a regressão às origens étnicas, ou seja, que há raças que seriam inferiores, uma vez que estamos a falar de regressão, sim, isso é discurso racista", afirma Bompard.

Presidente avança na sua tomada de poder total na Guiné-Bissau

António Rodrigues

Funcionários impedidos de entrar no Parlamento pelos militares. Adja Satu Camará, afirma-se como a "nova" presidente da ANP

O vídeo narrado mostra a chegada de Adja Satu Camará à Assembleia Nacional Popular na manhã de ontem. Em crioulo, diz-se que se trata da nova presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP) e, por isso, pretende acompanhar-se todo o seu percurso pelo edifício até se sentar no gabinete destinado ao legítimo presidente do Parlamento, cuja fotografia continua na parede do gabinete: Domingos Simões Pereira, líder da coligação mais votada nas eleições legislativas de 2023, eleito pelos deputados para presidir ao órgão legislativo.

Com Adja Satu Camará, segunda vice-presidente da ANP, chegam ao edifício militares, nos corredores e nos gabinetes só se vêem fardas, porque o Parlamento foi ocupado pelos militares que impediram funcionários e deputados de entrar, arrombaram gabinetes dos grupos parlamentares e substituíram fechaduras.

Aparentemente, o golpe constitucional de Umaro Sissoco Embaló está em curso: depois de controlar o poder executivo (demitindo o Governo eleito e nomeando um executivo de iniciativa presidencial sem qualquer reflexo no equilíbrio de forças no Parlamento) e o poder judicial (escolhendo um presidente do Supremo Tribunal que é considerado ilegítimo e mantendo-o sem quórum de plenário de juízes), agora assume a ordem legislativa, aquela que lhe vinha escapando, apesar de ter dissolvido o Parlamento duas vezes para tentar conseguir uma maioria que lhe fosse afecta, sem o conseguir nas urnas.

Antes de partir para Nova Iorque, onde participa na Assembleia Geral das Nações Unidas, Umaro Sissoco Emabló avisou o presidente do Parlamento, Domingos Simões Pereira, que se a Comissão Permanente da ANP discutisse a questão do Supremo Tribunal ele seria destituído.

"Nunca mais colocará lá os pés. Se o fizer é uma dinâmica de golpe", sublinhou Embaló, citado pela Lusa. Sem avançar a razão pela qual os deputados que discutiram a fragilização do principal órgão judicial possam ser incluídos naquilo a que chamou a "dinâmica de golpe".

Como o líder do Parlamento não acatou as "ordens" do Presidente, e a Comissão Permanente discutiu mesmo a questão do Supremo, o chefe de Estado terá concretizado a ameaça, enviando os militares e nomeando uma nova presidente para a ANP.

Adja Satu Camará é a líder da ala dissidente do partido Madem-G15 que é afecta ao Presidente guineense. Embaló fomentou, como já antes tinha feito no PRS, uma cisão dentro do Madem-G15, arranjando nos dois partidos alas que lhe são favoráveis depois de ter entrado em conflito com as direcções legítimas.

O Presidente foi eleito com apoio do Madem-G15, teve também apoio do PRS e o primeiro primeiro-ministro que nomeou é o líder da APU-PDGB. Com todos se foi incompatibilizando ao longo do seu mandato, ao ponto de terem assinado, a 12 de Agosto, em Lisboa, uma "declaração política conjunta" com a Coligação PAI-Terra Ranka, liderada pelo PAIGC, para travar a deriva autoritária de Embaló, algo que não estão a conseguir.

O Presidente não só mantém para 24 de Novembro as eleições legislativas antecipadas contra a opinião de todos os partidos, depois de ter destituído o Parlamento democraticamente eleito antes do prazo constitucional para o fazer, como se recusa a marcar as presidenciais e pretende manter-se no cargo para lá do fim do seu mandato, a 27 de Fevereiro de 2025. E esta "destituição" de Domingos Simões Pereira, à margem da vontade dos deputados, dos partidos e atropelando a Constituição, é um sinal forte de que a Embaló não lhe interessa o apaziguamento da situação política.

RUI GAUDÊNCIO



JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA



O líder eleito do Parlamento, Domingos Simões Pereira, e a "nova" presidente da ANP, Adja Satu Camará, na visita de Marcelo em 2021

Reunião para quinta-feira

O presidente da ANP convocou todos os membros da Mesa, Conferência de Líderes dos Grupos Parlamentares e da Comissão Permanente para se reunirem ao princípio da tarde de ontem no Hotel Azalay, em Bissau, para analisar a situação. Da reunião saiu uma deliberação que desafia Embaló, convocando uma reunião extraordinária dos órgãos competentes da ANP para quinta-feira (10h30 locais, 11h30 em Portugal continental) na sede ocupada do poder legislativo.

Uma reunião no Palácio Colinas do Boé com convite extensivo à sociedade civil e população em geral. Um autêntico braço-de-ferro para perceber se o chefe de Estado só tem o apoio militar para garante da sua vontade e se a população em geral está ou não contra as suas decisões, como reiteradamente referem os partidos políticos que representam a grande maioria dos deputados.

Para já, a Comissão Permanente repudiou "o assalto e cerco, pela segunda vez, ao Palácio Colinas de Boé, sede da Assembleia Nacional Popular, por forças afectas ao Ministério do Interior, estranhas à ANP e fiéis a Umaro Sissoco Embaló". Como se lê na deliberação, os deputados aproveitaram para "lembrar às forças de defesa e segurança da sua vocação republicana" e que "a sua responsabilidade primordial é defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna".

"Em nenhum momento pretendemos qualquer tipo de confronto", disse Domingos Simões Pereira na conferência de imprensa depois da reunião. "Não foi a ANP, foi o Presidente da República que fixou para o dia 24 de Novembro a ida às urnas." Como dita a Constituição da Guiné-Bissau, "o processo que instrui a ida às urnas inicia-se com a deposição dos documentos no Supremo Tribunal de Justiça para que a normalidade seja reposta", logo a Comissão Permanente teria, forçosamente, de falar sobre o Supremo na sua reunião.

"Foi por isso que, com estupefacção e choque para muitos, chegou-nos a informação de que as instalações da Assembleia Nacional Popular estavam a ser assaltadas, que o secretário de Estado da Ordem Pública [José Carlos Macedo Monteiro], acompanhado de elementos armados, estaria a entrar na ANP", disse Simões Pereira aos jornalistas, antes de lembrar que "a violação" das instalações do Parlamento "constitui um atentado grave ao funcionamento desse órgão de soberania".

"Queremos por isso, e fazendo jus à deliberação que a Comissão Permanente aprovou, condenar veementemente esse acto e alertar para a sua gravidade. Não se trata simplesmente de violar as instalações da ANP, trata-se, sim, de um acto de subversão da ordem constitucional", acrescentou. "[Trata-se de] uma tentativa de usurpar competências de outros órgãos de soberania e essa tentativa coloca em causa o edifício da nossa existência enquanto República, enquanto nação, enquanto país", entendem os máximos representantes dos partidos eleitos.

Na deliberação, a Comissão Permanente do Parlamento mostra-se preocupada com "o comportamento anticonstitucional do Presidente da República, que teima em tentar instalar um regime autocrático, controlando e exercendo as competências de todos os órgãos de soberania por intermédio das pessoas por si ilegalmente instaladas, como sucede com o Supremo Tribunal de Justiça, Governo e agora com a Assembleia Nacional Popular".

Depois do futuro, o presente: atenções na ONU dividem-se entre guerras e o clima

Aline Flor

No púlpito da Assembleia Geral da ONU foram feitos vários pedidos de paz e do fim da guerra na Ucrânia e no Médio Oriente



CARLO ALLEGRI/REUTERS

Assembleia Geral das Nações Unidas decorre em Nova Iorque

Passada a euforia da aprovação do Pacto para o Futuro, documento ambicioso que pretende lançar as bases para futuras reformas do sistema internacional, a Cimeira do Futuro continuou o seu programa entre as intervenções de representantes dos Estados e os "diálogos interactivos" sobre os principais temas da cimeira, que decorre durante a reunião anual da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em Nova Iorque.

Enquanto a Cimeira do Futuro debate as condições para a paz, o mundo sustém a respiração perante conflitos por todo o globo, em particular em África e no Médio Oriente. No púlpito da Assembleia Geral da ONU, muitas das intervenções referiram-se à manutenção da paz e à prevenção do domínio das nações poderosas sobre os Estados mais pequenos, com críticas à aplicação desigual do direito internacional. O primeiro-ministro da Eslovénia, Robert Golob, foi um dos mais directos: "Acabem com a agressão à Ucrânia. Acabem com a agressão a Gaza e à Palestina."

O Pacto para o Futuro (de que se diz que tem "parágrafos sobre o avanço de quase todos os aspectos imagináveis do multilateralismo") prevê ferramentas para facilitar a capacidade de resposta da ONU, com destaque para a reforma do funcionamento do Conselho de Segurança (que deixou de ser tabu, como referiu António Guterres) e da Comissão de Consolidação da Paz. Num dos diálogos interactivos da Cimeira, a directora executiva do International Crisis Group, Comfort Ero, chamou a atenção para o potencial de mudança aberto pelo pacto, lamentando, contudo, a linguagem pouco firme sobre a forma como as alterações climáticas conduzem a novos conflitos.

Enquanto isso, o Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, aterrou em Nova Iorque para participar na AGNU e procurar aliados numa altura em que os Estados Unidos se preparam para reforçar o apoio militar à Ucrânia. Zelensky pretende apresentar o seu "plano de vitória" para a guerra da Ucrânia contra a Rússia ao Presidente e vice-presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden e Kamala Harris, assim como a Donald Trump.

Financiamento

Um dos temas talvez mais subvalorizados entre aqueles que olham com algum cinismo para o Pacto para o Futuro e os esforços de reforma das Nações Unidas é a reforma da arquitectura financeira internacional. Como descreve o *think tank* Brookings, "existe um consenso e uma procura crescentes de reformas profundas", que já estão na agenda das reuniões de Outono do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Estes processos de reforma poderão levar os bancos multilaterais de desenvolvimento a disponibilizar mais fundos para os países (quase literalmente) engolidos pelas alterações climáticas ou a assumir mais riscos relacionados com o clima.

Na sua intervenção nos diálogos da Cimeira, a directora-geral da Organização Mundial do Comércio, Ngozi Okonjo-Iweala, enumerou os esforços de reestruturação dos subsídios aos combustíveis fósseis e outras políticas prejudiciais ao ambiente, que se traduzem em biliões de dólares que poderiam ser convertidos em financiamento adicional para uma transição justa. Já o presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, destacou os esforços para redireccionar 45% do financiamento do banco para a adaptação e mitigação das alterações climáticas.

No âmbito da International Tax Task Force, uma iniciativa liderada por Barbados, França e Quénia, os países continuam a debater a criação de novos impostos globais para serem investidos no financiamento do clima, como um imposto sobre as transacções financeiras. Os resultados desta iniciativa, lançada na COP28, que teve lugar em Dezembro do ano passado no Dubai, deverão ser apresentados na COP30, organizada pelo Brasil – país que, ocupando actualmente a presidência do G20, também está a trabalhar numa proposta de imposto global sobre as grandes fortunas para financiar a acção climática e o combate à fome e à pobreza extrema.

A AGNU, aliás, decorre a menos de dois meses da COP29, a cimeira da ONU sobre o clima que terá lugar no Azerbaijão. Neste momento, os negociadores tentam chegar a acordo sobre um novo objectivo financeiro global para substituir a promessa anual de 100 mil milhões de dólares que expira em 2025.

Rússia diz que 56 civis morreram durante incursão ucraniana em Kursk

A Rússia disse que pelo menos 56 civis terão sido mortos pelas forças ucranianas durante a incursão na província de Kursk no início de Agosto. O Governo ucraniano disputou os números avançados por Moscovo, garantindo que cumpre o direito internacional e não ataca civis.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros russo fez ontem uma actualização do número de baixas civis durante a incursão militar ucraniana em Kursk, elevando de 31 para 56 o número de mortos – o último balanço tinha sido divulgado a 5 de Setembro, um mês depois do início da operação ucraniana. Foram registados 266 feridos.

O Kremlin revelou ainda que 131 mil civis abandonaram as zonas mais perigosas da região e acusou as forças militares ucranianas de manterem pessoas contra a sua vontade em zonas ainda ocupadas, incluindo cerca de cem pessoas na cidade de Sudzha.

O porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros ucraniano, Heorhii Tykhii, disse simplesmente que a Ucrânia respeita o direito internacional e, por isso, não ataca civis, informando que as autoridades ucranianas não têm capacidade para verificar a veracidade dos números divulgados por Moscovo.

"Tendo em conta a longa história de propaganda e números falsos da Rússia, não há simplesmente forma de verificar as suas alegações", afirmou o responsável, acrescentando que cabe às autoridades russas conceder autorização à ONU e à Cruz Vermelha para entrar nos territórios em causa.

O Kremlin considerou que o convite feito pela Ucrânia à ONU e ao Comité Internacional da Cruz Vermelha para entrarem na região de Kursk é uma "provocação" e disse esperar que as duas organizações não o aceitem.



A incursão ucraniana de Kursk foi iniciada há mais de um mês

A incursão ucraniana em Kursk, no início de Agosto, foi uma das operações mais surpreendentes desde o início da invasão russa, há mais de dois anos e meio, apanhando de surpresa tanto a Rússia como os parceiros ocidentais de Kiev.

O objectivo daquela que foi a maior invasão terrestre estrangeira de território russo desde o fim da II Guerra Mundial é forçar a Rússia a desviar soldados e armamento para outra frente. No entanto, as forças russas no Donbass continuam a alcançar progressos.

O Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, disse recentemente que a Ucrânia mantém sob controlo cerca de cem localidades da província de Kursk, embora nas últimas semanas as forças russas tenham começado a recuperar terreno.

Ontem, o governador da província vizinha de Belgorod, Viacheslav Gladkov, disse que três civis, incluindo uma criança, foram mortos na sequência de um ataque aéreo ucraniano. Esta região também tem sido alvo de ataques ucranianos com recurso a mísseis e *drones*.

Ao longo do último ano, a Ucrânia conseguiu atingir mais de 200 instalações militares na Rússia com recurso a *drones*, revelou o ministro da Defesa, Rustem Umerov, num artigo publicado na edição ucraniana da revista *Forbes*. "Hoje, os *drones* ucranianos voam mais de mil quilómetros, alcançando Murmansk e a região do Volga, destruindo as refinarias e as bases aéreas russas", afirmou o ministro. **PÚBLICO/Reuters**

Carga fiscal sobe na primeira metade do ano e contribui para excedente



Como em anos anteriores, a força do mercado de trabalho e o aumento dos lucros das empresas estão a fazer subir o peso da receita fiscal e contributiva no PIB, ajudando as finanças públicas

Sérgio Aníbal

Numa repetição daquilo que aconteceu nos anos anteriores, as contas públicas portuguesas voltaram, na primeira metade deste ano, a surpreender com um saldo mais positivo do que o esperado, graças sobretudo a taxas de crescimento elevadas da receita com impostos e contribuições sociais, que prolongaram, pelo menos até ao mês de Junho, a tendência ascendente da carga fiscal.

De acordo com os dados das contas nacionais do segundo trimestre deste ano publicados esta segunda-feira pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Portugal registou na primeira metade de 2024 um excedente nas suas contas públicas de 1,2% do PIB, um resultado melhor do que atingido em igual período de 2023, o ano que foi o do saldo orçamental mais positivo do país em democracia.

E a principal razão para este novo resultado positivo nas contas públicas – bem mais favorável do que a estimativa apresentada pelo Governo para o total do ano que é ainda de um excedente entre 0,2% e 0,3% do PIB – está, como em anos anteriores, no desempenho da receita fiscal e contributiva.

Os dados do INE revelam que, tanto as receitas com impostos directos e indirectos, como a cobrança realizada de contribuições para a Segurança Social, cresceram na primeira metade deste ano a um ritmo superior, não só ao da despesa pública, como ao da economia, algo que conduz a que o indicador de carga fiscal – medido como o peso da receita fiscal e contributiva no PIB – tenha subido na primeira metade do ano.

Com um crescimento face ao mesmo período do ano passado de 16,2% no caso dos impostos directos (que incluem IRS e IRC), de 8% nos impostos indirectos (que incluem o IVA e o ISP) e de 10% nas contribuições para a Segurança Social, o primeiro semestre de 2024 foi de um crescimento total da receita de 11,4%, superando o aumento de 7,5% que se registou do lado da despesa.

De igual modo, o peso no Produto Interno Bruto (PIB) do valor dos impostos cobrados e contribuições – a definição usada para a carga fiscal – também subiu de forma significativa entre o primeiro semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2024. No caso dos impostos directos passou de 8,5% para 9,3%, nos impostos indirectos de 13,6% para 13,9% e nas contribuições sociais de 12,3% para 13,9%.

A carga fiscal na primeira metade deste ano cifrou-se assim em 36% do PIB, 1,6 pontos percentuais acima dos 34,4% registados em igual período do ano passado.

Uma vez que não houve aumentos de taxas de impostos – pelo contrário, logo a partir de Janeiro entrou em vigor a descida de taxas de IRS prevista no Orçamento do Estado (OE) para 2024 –, a explicação para este aumento da carga fiscal deverá estar essencialmente relacionada com a forma como, em comparação com o crescimento da economia, evoluíram indicadores como o nível de emprego, os salários e os lucros das empresas.

No caso dos impostos directos, tudo aponta para que a receita do IRC, impulsionada pelo aumento dos lucros de grandes empresas e bancos, tenha dado o principal contributo. Isso foi notório nos dados da execução orçamental em contabilidade pública de Julho (o mês em que este ano se concluiu a entrega do modelo 22 do IRC), em que em contabilidade nacional o INE contabilizou essa entrada de receita no segundo trimestre, como é habitual.

O desempenho positivo do mercado de trabalho português, com a taxa de desemprego a manter-se em níveis baixos e os salários a subirem para compensar a inflação passada, não só terá ajudado a compensar a descida das taxas de IRS, como levou ao acentuar da tendência de crescimento das contribuições sociais.

Estas explicações são, em larga medida, aquelas que, nos últimos anos, em resposta às críticas dos partidos da oposição, foram dadas pelo anterior Governo para o facto de o indicador de carga fiscal ter continuado a subir, superando as previsões.

Agora, o actual Governo parece também estar a ser surpreendido pelos mesmos factores. Quando apresentou em Abril o Programa de Estabilidade, Joaquim Miranda Sarmento, o ministro das Finanças, previu, num cenário de políticas invariantes, que a carga fiscal no total de 2024 se iria manter inalterada face a 2023, em 37,5% do PIB.

É verdade que a segunda metade do ano pode trazer alterações de tendência na carga fiscal, até porque será nessa altura que se irá fazer sentir o efeito de descida adicional

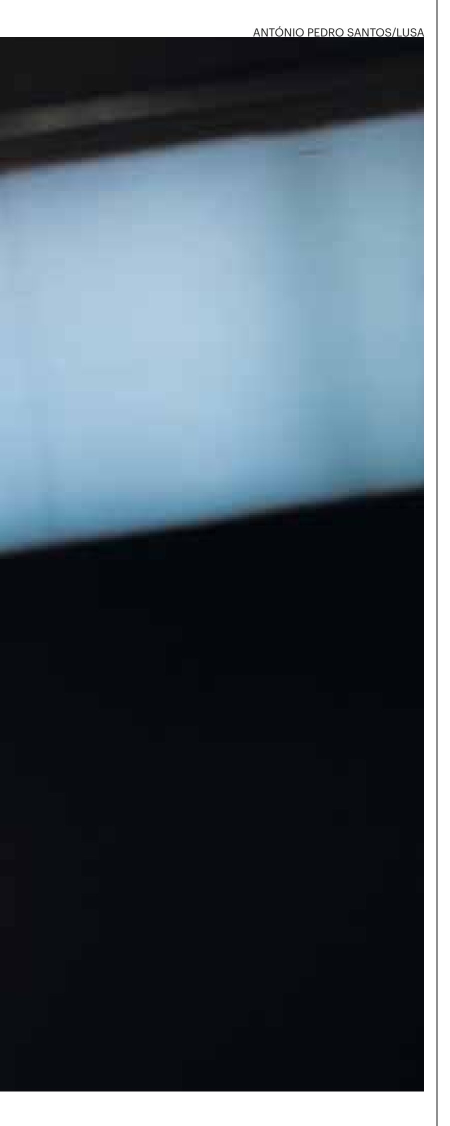


JOSÉ COELHO/LUSA

Contas de Joaquim Miranda Sarmento podem ser comparadas com as de Fernando Medina

1,2%

O saldo orçamental em contabilidade nacional cifrou-se num valor positivo de 1707 milhões de euros, o que equivale a 1,2% do PIB do semestre



ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

do IRS aprovada na Assembleia da República. Ainda assim, essa medida tem um peso estimado não superior a 0,2% do PIB, pelo que, só por si, não deverá ser suficiente para compensar a subida da carga fiscal registada na primeira metade do ano. O novo Governo arrisca-se deste modo a ficar nas suas mãos com um novo máximo de carga fiscal.

Nos dados revelados esta segunda-feira pelo INE, do lado da despesa pública destaque para o aumento de 7,6% na despesa com pessoal, que é motivada pela actualização anual dos salários da função pública e pelas valorizações realizadas em algumas carreiras, e para as prestações sociais, que cresceram 9,5%. Em ambos os casos, a variação é superior à projectada no OE.

Pelo contrário, o investimento público, que no primeiro semestre cresceu 5,8% face ao período homólogo, continuou a apresentar um ritmo inferior ao projectado no OE.

Já no que diz respeito à dívida pública, os dados são afectados pela alteração de base das contas nacionais efectuada pelo INE. O rácio da dívida no PIB em 2023 apresentou uma descida ainda mais forte do que a que era antes contabilizada, passando de 111,2% em 2022 para 97,9% em 2023. Para 2024, o Ministério das Finanças prevê nova descida deste indicador, mas mais moderada, para 94,5%.

Metro de Lisboa espera acordo com a Digi "com a maior brevidade"

Ana Brito

Operadora romena que vai operar em Portugal ainda espera por autorização para instalar rede móvel nas estações e túneis

A dificuldade em oferecer serviços de telecomunicações móveis na rede de metro de Lisboa tem sido um dos obstáculos relatados pela empresa de telecomunicações romena Digi, que deverá iniciar operações em Portugal até final de Novembro.

De passagem por Lisboa em meados deste mês, para uma conferência organizada pela entidade reguladora Anacom, o vice-presidente da Digi, Valentim Popoviciu, explicou que as conversações para ter "direitos de acesso à rede de metro de Lisboa duram há meses", quer com os três operadores que já têm rede instalada – Meo, Nos e Vodafone –, quer com o Metropolitano de Lisboa, mas ainda não se chegou a acordo.

"Actualmente, a difusão de sinal de rádio GSM/5G na rede do Metropolitano de Lisboa é efectuada através de uma infra-estrutura única, partilhada pelos operadores móveis", adiantou o Metropolitano de Lisboa ao PÚBLICO, confirmando "que está a analisar e a apreciar a comunicação enviada pela Digi" para conseguir desenvolver cobertura móvel na rede de transporte público. A empresa pública "pretende que este tema se venha a resolver com a maior brevidade possível".

À margem da conferência da Anacom, Popoviciu explicou que, para iniciar operações em pleno, a Digi tem de garantir cobertura móvel nas redes de metro de Lisboa e Porto, mas que optou por começar por Lisboa por se tratar da "maior cidade". "Uma das opções" seria utilizar a actual infra-estrutura construída pelos outros operadores, "que é um sistema mais velho", que "coloca algumas questões técnicas" e que obrigaria "a fazer algumas mudanças".

Além de considerar que esta "não é uma alternativa exequível", a Digi também não tem "aprovações das empresas de telecomunicações" para usar a infra-estrutura partilhada "em todas as estações e túneis", revelou.

O outro caminho, que será "construir um sistema próprio, moderno, completamente baseado em fibra óptica", exige uma "aprovação do Metropolitano [de Lisboa]", que "ainda não chegou", adiantou Popoviciu. "As discussões estão a progredir muito devagar", disse o gestor romeno, acrescentando que a Digi não pode deixar de oferecer cobertura na rede de metro da capital, porque é algo que "os clientes vão pedir", e que espera ter uma resposta "mais rápida, justa e razoável".

As conversações sobre o acesso ao sistema partilhado da rede de metro em Lisboa não têm sido o único ponto de atrito na relação entre a Digi e as restantes empresas de telecomunicações. A empresa romena, que comprou a licença do serviço de telecomunicações móveis em Portugal no leilão do 5G em 2021, também chegou à conclusão de que utilizar as redes das rivais através de acordos de *roaming* (que a Anacom tentou dinamizar, incluindo-os no regulamento do leilão) é inviável para poder "cumprir o plano de negócios", que promete "uma ampla gama de serviços de telecomunicações, com tecnologia de alta qualidade a um preço justo".

A Digi teve conversações com os outros operadores. "Mas as condições comerciais que poderíamos obter [para utilizar as redes concorrentes] não estão de acordo com as nossas expectativas", esclareceu Popoviciu, garantindo que as ofertas grossistas em países como Itália e Espanha "são melhores". A Digi não está a contar com a intervenção da Anacom, que não tem competência para impor preços às empresas para utilização das redes móveis – mesmo havendo "um certo *benchmark* [referência] e que o preço da oferta grossista [para utilização da rede] deva estar alinhado com o preço de venda em mercado". Vai assim investir em rede própria, assegurou Popoviciu. Esse processo tornará mais lenta a chegada da nova rede a todo o território.



Rede móvel no Metro de Lisboa está numa infra-estrutura única

Economia

Bancos agiam em “circuito fechado” para trocar dados sobre *spreads*

Pedro Crisóstomo

Banca alegou que partilha era esporádica. Tribunal provou que o argumento não tem “mínimo amparo nos factos provados”

No dia 29 de Setembro de 2008, tinham passado poucos dias da queda do Lehman Brothers na crise do sistema de crédito de alto risco nos Estados Unidos, uma funcionária do BCP em Portugal manda um *email* a um colega do Montepio para saber o que o banco mutualista ia fazer em relação à “cobrança das comissões” nas renegociações dos contratos de compra de habitação. Havia um novo decreto-lei do Governo e o Millennium queria conhecer o comportamento das outras instituições.

Falar por telefone e por *email* com os concorrentes era um hábito há muito enraizado pelos funcionários dos departamentos de marketing e gestão de produto, que agiam com o aval dos superiores hierárquicos, até às administrações. Desde 2002 que o BCP e o Montepio, como os outros principais bancos do mercado, do BES à CGD, do BPI ao actual Santander, participavam num conluio de troca de informações comerciais sensíveis.

Nessa segunda-feira de Setembro de 2008, a tal funcionária do BCP escreve ao colega do Montepio porque, dizia, não conseguia falar-lhe “pelo telefone”. Então lança três questões: o banco ia cobrar alterações contratuais? Não cobraria comissões no crédito mas cobraria “nos complementares associados”? Ou não cobraria nem um nem noutro?

Dois dias depois, chegado de férias, o colega detalha-lhe os planos da caixa mutualista; no dia seguinte, a colega desvenda a “posição” do BCP, envia uma nova pergunta, para saber “como estão” os *spreads*, e sugere, agora, continuarem a falar por telefone.

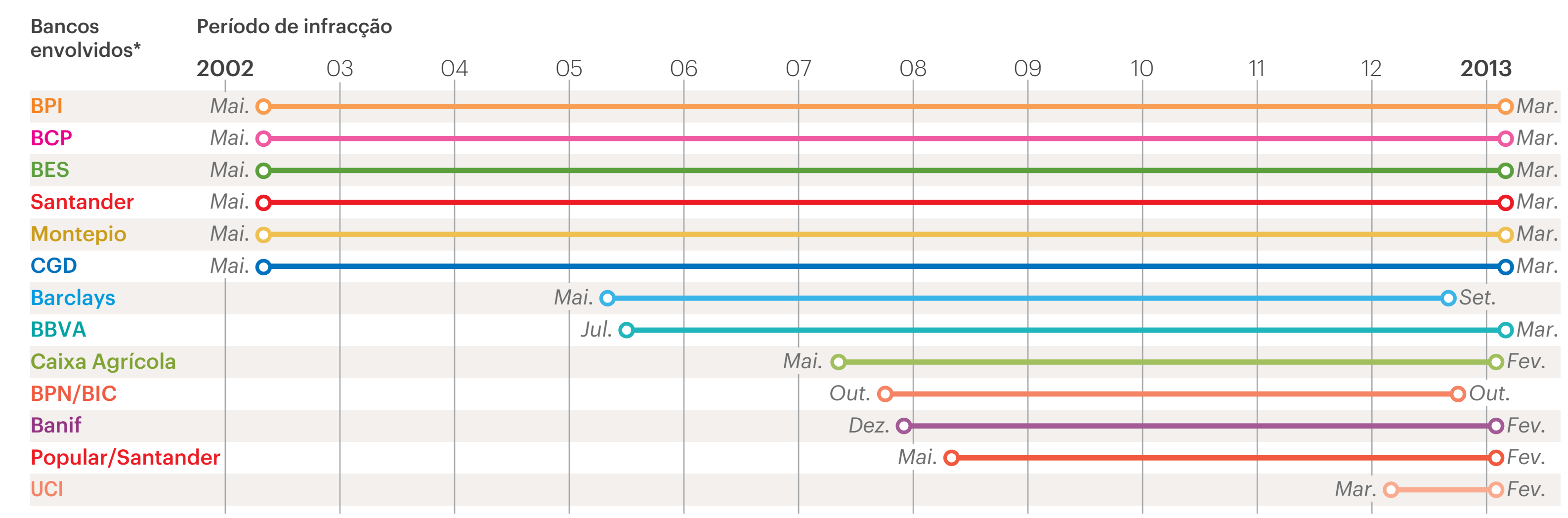
Esta foi apenas uma das muitas das provas que o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS) validou como demonstração de que a troca de informações entre os bancos acontecia “em circuito fechado” com o objectivo de falsear a concorrência.

O processo conhecido como o “cartel da banca” foi decidido na primeira instância na última sexta-feira, com a juíza, Mariana Gomes Machado, a confirmar as coimas de 225 milhões de euros que a Autoridade da Concorrência (AdC) aplicou em 2019 a uma série de bancos. Dos 11 que contestavam as sanções em tribunal nesta fase, o único que viu o tribunal alterar a contra-ordenação foi o Barclays Bank. Por ter denunciado o caso e assumido responsabilidades, a coima foi anulada e substituída por uma sanção de “admoestação.”

A sentença inclui várias partes que mostram como os bancos agiram no tal “circuito fechado”. E como essa actuação em “conluio” era susceptível de dificultar a “penetração económica” de concorrentes de outros países europeus, de “novas empresas sediadas noutros Estados-membros” da União Europeia, em particular na banca de retalho. Mesmo que uma instituição entrasse no mercado português, se cumprisse as regras, estaria a enfrentar “uma desvantagem informativa” por não participar na troca.

As informações que os bancos enviavam uns aos outros (quer de forma multilateral, em *emails* conjuntos, quer de forma bilateral, como aquela troca entre o BCP e o Montepio) não eram públicas ou eram de difícil alcance por um qualquer cliente comum. “Dificilmente” seriam obtidas “por outro meio que não os contactos directos entre os colaboradores dos bancos concorrentes”, lê-se na sentença.

A infracção dos maiores bancos durou 12 anos



*Inicialmente, a investigação visou 14 bancos, dos quais 12 recorreram para tribunal. O Deutsche Bank também participou, mas em relação a este banco os factos foram dados como prescritos

Fonte: Sentença do Tribunal da Concorrência

PÚBLICO

JOÃO HENRIQUES



Bancos foram multados em 225 milhões de euros

Um “acervo de factos”

Os bancos partilhavam informações sobre as condições comerciais actuais e futuras do crédito à habitação, ao consumo e às empresas. Enviaram “as grelhas completas de *spread*, poderes de crédito e variáveis de risco”, com um “grau de completude e sistematização” que não existia em informações públicas; ao mesmo tempo, cada banco partilhava qual o volume de crédito que concedera no mês anterior, algo que também não estava “disponível” de outra forma no momento do envio. “O que se provou foi que existia notória assimetria informativa entre a informação que era pública (agregada e de valor histórico) e a informação trocada no intercâmbio estabelecido entre as visadas (desagregada e actual e com partilha cadente e reiterada, no tempo)”, escreve a juíza, para explicar o *modus operandi* do conluio.

Para o tribunal, não há dúvidas de que a informação trocada denotava “intenções de alteração de comportamento estratégico” que ajudava cada entidade financeira a definir a sua estratégia com menos incerteza, pois condicionava a “autonomia decisória” das partes e reduzia a concorrência. Daí haver a violação das regras do mercado único a nível europeu, numa infracção que a juíza considerou ser “muito grave”.

Ao olhar para a prova recolhida pela AdC e para o contraditório dos bancos nas audiências do julgamento, Mariana Gomes Machado “julgou verificados” todos os parâmetros exigidos para a prática de uma infracção às leis da concorrência “por objecto”. Ao analisar os “objectivos da prática” e o seu “contexto jurídico e económico”, a juíza concluiu, como já o fizera a AdC, que do conluio resultou “um grau suficiente de nocividade” que feriu a concorrência.

Os bancos alegaram que a troca não a restringia porque era “esporádica” e, nalguns casos, teria ocorrido “uma ou duas vezes por ano”. Mas o tribunal contrapôs que esse argumento não tem “o mínimo amparo nos factos provados”. E, mesmo que assim fosse, disse, o próprio Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), ao dar uma espécie de parecer sobre o processo português, explicou que “um único contacto” basta para “eliminar incertezas no espírito dos interessados quanto aos comportamentos futuros das outras empresas envolvidas.”

Em todo o caso, a juíza nota que o “acervo de factos” dados como provados confirma que a partilha de informações “foi regular, periódica e recíproca, estendendo-se no tempo por vários anos.”

A sentença inclui uma síntese do período da infracção praticada por cada banco: a CGD, o BCP, o BPI, o Santander, o Montepio e o então BES (agora em liquidação) trocaram dados desde 2002 até 2013; o BBVA e o Barclays desde 2005; a Caixa Agrícola, o BPN/BIC e o Banif (que não recorreu para tribunal) desde 2007; o Popular (depois comprado pelo Santander) desde 2008; e o UCI desde 2012.

Segundo o tribunal, o “detalhe” dos dados, a sua “sistematização”, a dimensão completa e a possibilidade que deu aos bancos de cruzar informações, bem como “a cadência temporal” foram “suficientemente inteligíveis para reduzir a incerteza” dos bancos relativamente ao comportamento futuro dos concorrentes. O que, diz, lhes permitiu um “alinhamento tácito” com consequências para os clientes.

Na sentença, a juíza assinala o impacto especial que isso teve no caso do crédito à habitação, por ser um segmento-âncora da actividade dos bancos em Portugal.

Do leque de 225 milhões de coimas confirmadas pelo tribunal, 82 milhões dizem respeito à CGD, 60 milhões ao BCP, 35,65 milhões ao Santander, 30 milhões ao BPI e 13 milhões ao Montepio.



EDITAL

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 47/91

(Notificação aos proprietários dos lotes constantes do alvará de loteamento ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação)

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 53/PCM/2023, de 1 de junho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de Outubro de 2021.--

FAZ SABER através do presente Edital, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que este Município está a promover uma proposta de alteração da licença de loteamento n.º 47/91 que tem como objetivo a alteração de uso de uma parcela com 8,65m^2 de "Terreno a ceder para Posto de Transformação (PT)" para "Passeios e zona de peões"; a alteração de uso de parcela com 10m^2 de "Terreno a ceder para Posto de Transformação (PT) para "Baias de Estacionamento"; a alteração de uso de parcela com 24m^2 de "Terreno a ceder para Fossa Séptica (F.S.)" para "Passeios e zona de peões"; a alteração de uso de parcela com 26m^2 de "Terreno a ceder para Fossa Séptica (F.S.)" para "Baia de Estacionamento"; desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de parcela com 87m^2, alterando o uso de "Terreno a ceder para Fossa Séptica (F.S.)" para parcela destinada a ampliação de terreno confinante.--------------------------------

Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.--

O processo n.º 1465/24 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma *on-line* utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf---------------

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA



EDITAL

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 11/02

(Notificação aos proprietários dos lotes constantes do alvará de loteamento ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação)

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.--

FAZ SABER através do presente Edital, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de loteamento n.º 11/02 para o lote n.º31, requerido em nome de ANTÓNIO ILÍDIO - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA, que tem como objetivo a alteração do uso de equipamento privado para habitação multifamiliar; a alteração da mancha de implantação, com consequente redução da área de implantação; o aumento da área bruta de construção; o aumento do número de pisos abaixo da cota de soleira para 2 caves.--

Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.--

O processo n.º 2789/24 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf---------------

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA



ANÚNCIO

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE REPARCELAMENTO N.º 1/18

(Notificação aos proprietários das parcelas constantes da licença de reparcelamento ao abrigo da alínea e) do n.º1 do Código do Procedimento Administrativo)

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.--

FAZ SABER através do presente Anúncio, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de reparcelamento n.º 1/18 para as parcelas M e O, requerido em nome de MARCELO BATEIRA COSTA, que tem como objectivo:--

a) A parcela M transmite para a parcela O, uma área bruta de construção (Abc) com 180,00m2 e passa para Abc máximo de 9.820m^2;--

b) A parcela O recebe uma área bruta de construção (Abc) com 180,00m2, que passa para Abc máximo de 360,00m^2 para afetar o seu uso no piso da cave;----------------------

c) A parcela O pretende alterar a área de implantação, que passa de 180,00m2 para 206,00m2, acima do solo, destinada a espaços exteriores cobertos.-------------------------

Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários das parcelas constantes da referida licença de reparcelamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.---

O processo n.º 642/24 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf--

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA



EDITAL

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 44/75

(Notificação aos proprietários dos lotes constantes do alvará de loteamento ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação)

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.--

FAZ SABER através do presente Edital, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de loteamento n.º 44/75 para o lote 35, requerido em nome de TOMAZIA FERREIRA DE CASTRO - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE, que tem como objectivo: -----------------------------

a) Alteração da tipologia que passa de unifamiliar para bifamiliar, sem alteração das características volumétricas da edificação existente;---

b) Definição das características edificatórias nos termos da construção licenciada no âmbito do processo 2106/76.---

Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.--

O processo n.º 1153/24 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf--------------

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA



EDITAL

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 1/89

(Notificação aos proprietários dos lotes constantes do alvará de loteamento ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação)

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.--

FAZ SABER através do presente Edital, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de loteamento n.º 1/89 para o lote n.º8, requerido em nome de LUÍS CARLOS DE SOUSA PINTO, que tem como objetivo a atualização da área do lote de 445m^2 para 381,36m^2, de acordo com levantamento topográfico; a definição de anexos no logradouro posterior; a definição de piso de cave; a legalização dos muros de vedação interiores.---

Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.--

O processo n.º 6009/23 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf---------------

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA



EDITAL

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 66/84

(Notificação aos proprietários dos lotes constantes do alvará de loteamento ao abrigo do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação)

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.--

FAZ SABER através do presente Edital, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de loteamento n.º 66/84 para o lote n.º45, requerido em nome de MARIA NATÁLIA AFONSO DA COSTA CERNADAS, que tem como objetivo a atualização da área do lote pela anexação de terreno contíguo que corresponde aos artigos n.º 4614/20100604 e 375/1986119, passando o lote a apresentar uma área de 423,20m^2.--------------------------

Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.---

O processo n.º 6744/23 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf--

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA



Contratação de Doutorado (M/F)

Foi publicado no *Diário da República* nº 184, 2.ª Série, de 23 de setembro de 2024, o Aviso n.º 21065/2024/2, relativo ao concurso **Ref.ª CDL-CTTRI-141-SGRH/2024** de âmbito internacional, para recrutamento na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto celebrado ao abrigo do Código de Trabalho, de 1 (um) lugar de Investigador Doutorado de nível inicial para o exercício de atividades de investigação na área científica de Ciências e Engenharia do Ambiente com vista à realização de estudos de avaliação da sustentabilidade do ciclo de vida (ASCV) de produtos à base de insetos e gestão e apoio aos bolseiros de doutoramento envolvidos no projeto, no âmbito da Agenda "InsectERA", suportada pelo orçamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) Português e pelos Fundos Europeus NextGenerationEU, através do sistema de incentivos «Agendas para a Inovação Empresarial».

2 - O requerimento de candidatura deverá ser elaborado nos termos do edital antes referido, publicitado no seguinte endereço eletrónico: https://www.ua.pt/pt/sgrh/pessoal-investigador-novos-concursos-e-ofertas.

3 - O prazo de candidaturas é de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do aviso no *Diário da República*.

Aveiro, em 01 de agosto de 2024

O Reitor, Prof. Doutor *Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira*



Dá-se conhecimento público de que se encontra aberto processo de recrutamento de pessoal em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto para exercer funções nos projetos europeus ERASMUS + EUTOPIA MORE & EUTOPIA_HEALTH (Horizon Europe) integrado na Divisão de Inovação e Criação de Valor (DICV – NOVA IMPACT) integrada na Direção de Apoio à Investigação e Inovação (DAII) da Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa para:

. 1 vaga de técnico superior – Grau 3 (m/f), referência **CT-25/2024 - DICV-DAII**, ao qual podem candidatar-se os indivíduos que reúnam as condições fixadas no aviso disponível no endereço:

https://www.unl.pt/quero-trabalhar-na-nova/

O prazo limite para submissão das candidaturas decorre no período de 24 se setembro a 08 de outubro de 2024.



Universidade do Minho
Unidade de Serviços de Recursos Humanos

ANÚNCIO
M/F

Torna-se público que se encontra aberto processo de recrutamento para a contratação de um Técnico Superior, na modalidade de Contrato de Trabalho a termo resolutivo incerto, ao abrigo do Código do Trabalho, na Universidade do Minho, sob **Ref.ª CTTRI-PTAG-114/24-USGCI (1)**

REQUISITOS DE ADMISSÃO:

a) Possuir Licenciatura.

b) Não estar vinculado à Universidade do Minho através de um contrato de trabalho por tempo indeterminado, ao abrigo do Código do Trabalho, na mesma carreira.

O prazo para a apresentação das candidaturas decorre no período de 25/09/2024 a 04/10/2024.

O texto integral do processo de recrutamento e seleção encontra-se disponível em https://intranet.uminho.pt/Pages/Documents.aspx?Area=Procedimentos%20Concursais

A Diretora de Serviços, *Aleida Lopes Vaz Carvalho*

Contratação de Doutorado (M/F)

Foi publicado no *Diário da República* nº 184, 2.ª Série, de 23 de setembro de 2024, o Aviso n.º 21066/2024/2relativo ao concurso **Ref.ª CDL-CTTRI-144-SGRH/2024** de âmbito internacional, para recrutamento na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto celebrado ao abrigo do Código de Trabalho, de 1 lugar equiparado a Investigador Auxiliar para o exercício de atividades de investigação na(s) área(s) científica(s) de Química, Nanociências e Nanotecnologia, Bioquímica, Ciência e Engenharia dos Materiais, Biotecnologia ou com vista ao desenvolvimento de biomateriais multifuncionais de origem natural para a entrega de péptidos, suportado no âmbito do projeto Buccal-Pep (G.A. nº. 101091765) - "Development of a multifunctional biomaterial patch for buccal delivery of peptide-analogue treatments", suportado pela HORIZON-CL4-2022-RESILIENCE-01 (RIA).

2 - O requerimento de candidatura deverá ser elaborado nos termos do edital antes referido, publicitado no seguinte endereço eletrónico: https://www.ua.pt/pt/sgrh/pessoal-investigador-novos-concursos-e-ofertas.

3 - O prazo de candidaturas é de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do aviso no *Diário da República*.

Aveiro, em 04 de setembro de 2024

O Reitor, Prof. Doutor *Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira*





AVISO

Procedimento concursal para recrutamento de 1 Técnico Superior para o Serviço de Auditoria Interna (M/F)

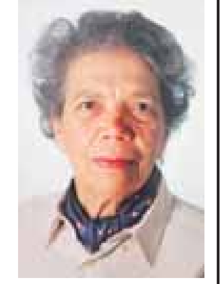
(extrato)

Torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração n.º 2024-2384 de 25/07, se encontra aberto, pelo prazo de 5 dias úteis, a contar da data da publicação do extrato, o procedimento concursal com vista ao recrutamento de um/a Técnico Superior de Auditoria Interna.

Os requisitos gerais e especiais, e o perfil de competências exigido, a composição do júri, os métodos e critérios de seleção e outras informações de interesse para apresentação das candidaturas e para o desenvolvimento do procedimento concursal em apreço, constam da publicitação integral do aviso de abertura, inserto na página eletrónica da Unidade Local de Saúde da Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE, *in* www.chpvvc.min-saude.pt

O Presidente do Conselho de Administração

Dr. José Gaspar Pinto de Andrade Pais



Eduarda Serén Viana

Missa de 30º dia

Realiza-se no dia de hoje, 24 de Setembro, pelas 19 horas, na Igreja Matriz de Vila do Conde, a missa de 30º dia da morte de Eduarda Serén Viana.

A família agradece a presença.

Universidade de Aveiro
Processo de Seleção e Recrutamento (M/F)

Publicita-se a abertura do seguinte processo de seleção e recrutamento no sítio dos Serviços de Gestão de Recursos Humanos da Universidade de Aveiro: https://www.ua.pt/pt/sgrh/pessoal-tag-novos-concursos-e-ofertas:

Nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 23.º dos Estatutos da Universidade de Aveiro, na versão homologada pelo Despacho Normativo n.º 1-C/2017, publicados na 2ª Série do *Diário da República*, de 24 de abril de 2017, e do Regulamento de Carreiras, Retribuições e Contratação do Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão em regime de contrato de trabalho da Universidade de Aveiro, publicado na 2ª Série do *Diário da República* n.º 173, de 4 de setembro de 2020, alterado pelo Despacho n.º 8321/2023, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 158, de 16 de agosto de 2023, pretende-se contratar em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, com fundamento no disposto na alínea g) do n.º 2 no artigo 140.º do Código do Trabalho, aprovado e publicado em anexo, pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro:

Ref.ª CND-CTTRI-149-SGRH/2024 – Um (1) Técnico Superior, na 2ª posição remuneratória, nível 16 (€ 1439,31), acrescido do direito a subsídios de refeição, de férias e de Natal, para ocupar o posto de trabalho de **Técnico de Laboratório**, em decorrência da necessidade de execução do projeto "BIO-UPTAKE-Bio-composites in smart plastic transformation processes to pave the way for large-scale uptake of sustainable bio-based products" (Grant Agreement 101057049), financiado por verba da Comissão Europeia, concurso HORIZON-CL4-2021-TWIN-TRANSITION-01, com as seguintes atribuições:

- Apoio técnico ao trabalho a realizar no âmbito do projeto;
- Apoio técnico a equipamento laboratorial;
- Gestão de stocks;
- Gestão de resíduos;
- Gestão e execução de trabalhos laboratoriais;

e que neste caso específico tem as **seguintes funções**:

- Acompanhamento das reuniões do projeto;
- Análise dos dados gerados e suporte à escrita dos relatórios dos projetos e de artigos científicos;
- Gestão de dados, material e logística do projeto.

REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE:

HABILITAÇÕES:

- Licenciatura em Biologia ou áreas afins.

Caso a habilitação académica tenha sido obtida no estrangeiro, exige-se reconhecimento, equivalência ou registo do grau nos termos da legislação aplicável.

OUTROS REQUISITOS:

- Domínio da língua inglesa (nível B1 do QECR);
- Experiência no desempenho de funções análogas às atribuições indicadas no ponto I;
- Experiência na manutenção de culturas laboratoriais e na realização de bioensaios com linhas celulares, bactérias e espécies dulçaquícolas;
- Conhecimentos de informática na ótica do utilizador.

O prazo de candidatura é de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicitação do anúncio no jornal.

Universidade de Aveiro, em 27 de agosto de 2024

O Reitor, Prof. Doutor *Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira*

Portimão
Câmara Municipal

AVISO

Procedimento concursal de recrutamento de dirigente intermédio de 2.º grau

Para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, ambas na sua versão atual, faz-se público que se encontra aberto e publicitado, na Bolsa de Emprego Público (BEP), www.bep.gov.pt, a partir de 23/09/2024, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da referida publicitação, o procedimento concursal de recrutamento para o cargo dirigente intermédio de 2º grau, Chefe de Divisão de Portos e Áreas Balneares.

O referido aviso encontra-se igualmente disponível na Plataforma Eletrónica de Recrutamento de Pessoal da Câmara Municipal de Portimão, https://recrutamentopessoal.cm-portimao.pt/.

Portimão, 20 de setembro de 2024

O Presidente da Câmara

Álvaro Miguel Bila



DANIEL CASASNOVAS GONZÁLEZ

13 DE OUTUBRO 1921
18 DE SETEMBRO 2024

OS SEUS FAMILIARES CUMPREM O DOLOROSO DEVER DE INFORMAR O FALECIMENTO DO SEU ENTE QUERIDO.

AGRADECIMENTOS A TODOS OS QUE COMPARECERAM NAS CERIMÓNIAS FÚNEBRES.

alzheimer
PORTUGAL

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, constituída há mais de 30 anos especificamente para promover a qualidade de vida das Pessoas com Demência e dos seus familiares e Cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.

Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org

Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00

Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril - Tel. 214 525 145
E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org

Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente, n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org

Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org

Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL
Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org

Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim
Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org

Núcleo do Algarve da Alzheimer Portugal: Urbanização do Pimentão, lote 2, Cave, Gabinete 3, Três Bicos, 8500-776 Portimão - Telemóvel: 965 276 690 - E-mail: geral.algarve@alzheimerportugal.org

Em sete minutos, *Guilty Landscapes* faz-nos pensar sobre "a dor dos outros"

Vídeo-instalação de Dries Verhoeven reflecte sobre a nossa condição enquanto espectadores de notícias infelizes – e as relações de poder que se criam nesse visionamento. Para ver de hoje a sábado no Rivoli

Daniel Dias

Ao princípio, parece que estamos apenas a ver um vídeo. Uma fábrica na China onde se produz algodão, muitas horas por dia e em troca de um salário que não acompanha essa carga laboral, quase decerto. Somos convidados, durante uns momentos, a perscrutar esse ambiente precário: o chão cheio de lixo, as máquinas num movimento repetido e constante, os trabalhadores iguais às máquinas – braço para a frente e para trás, para a frente e para trás, para a frente e para trás; muito Charlie Chaplin em *Tempos Modernos* (1936). A partir de uma certa altura, apercebemo-nos de que não somos os únicos espectadores: o vídeo também está a olhar para nós.

Guilty Landscapes, vídeo-instalação performativa do artista neerlandês Dries Verhoeven, é sobre a forma como nos relacionamos com as imagens de guerra, pobreza, destruição e desespero que, através das nossas televisões ou dos nossos telemóveis, entram dentro das nossas casas todos os dias. É também sobre como, "de forma intencional ou não, quem é filmado" nesses contextos complexos e imensamente desfavoráveis é "definido como vítima". Assim escreve na sua própria sinopse o criador, que ao PÚBLICO, por videochamada, afirma querer que tenhamos noção das "dinâmicas de poder que estão intrinsecamente associadas" ao acto de se ver e retratar um ser humano como um pedaço de um quadro noticioso.

O seu trabalho põe, então, o jornal das oito a olhar-nos de volta. A vídeo-instalação, que dura apenas sete minutos, está feita para ser experienciada individualmente (entra só uma pessoa de cada vez), estando uma parte daquilo que acontece no interior da fábrica de algodão dependente da reacção de cada um às imagens exibidas. O vídeo tem o nome da cidade chinesa onde fica a fábrica, real ou não (Hangzhou), e é o "primeiro episódio" de *Guilty Landscapes*, projecto estreado originalmente em 2016. Há mais três – que retratam outras situações passíveis de evocar sentimentos de preocupação em Porto Príncipe (Haiti), Homs (Síria) e Pattaya (Tailândia) –, mas *Hangzhou* é o único que, entre hoje e sábado, estará no Rivoli, no Porto.

A estreia de *Guilty Landscapes* em Portugal ocorre no âmbito do ciclo Make Trouble, que, naquela que é a última edição de 2024, traz ainda, e também em estreia nacional, *HAMMAM* (sexta e sábado, também no Rivoli), trabalho da coreógrafa chilena Javiera Peón-Veiga que "explora o 'banho' enquanto fenómeno colectivo de purga, regeneração e prática de cura social" – as pessoas são convidadas a circular pelo espaço, "numa experiência de som, luz e banho em que se esbatem as fronteiras entre intérpretes, elementos cénicos e público".

Foi numa praia no Sri Lanka que *Guilty Landscapes* começou a ganhar forma na cabeça de Dries Verhoeven: o neerlandês estava a relaxar quando um jovem de 16 anos, trabalhador do sexo, se aproximou dele e começou a tentar aliciá-lo. "A minha resposta foi uma resposta de pena; eu queria ajudá-lo. Mas ele, muito inteligente, disse-me: 'Pára, quem és tu para me dizer que eu não deveria fazer isto? Eu preciso de dinheiro para daqui a uns anos ir para a universidade – e tu vens do Ocidente para solucionar algo que, do meu ponto de vista, não precisa de ser solucionado.'" Esta resposta foi útil para Dries, que "nem sequer" fez "muitas perguntas" ao rapaz, isto é, não procurou conhecer a sua história para lá da imagem que formou numa questão de segundos e com apenas um par de informações. "Pensei: 'De facto, quem sou eu para solucionar isto? E o que estou sequer a tentar solucionar? Apenas os meus problemas de consciência?'"

WILLEM POPELIER



VICTORIA USHKANOVA



Na vídeo-instalação performativa de Dries Verhoeven (o criador, à esquerda), o que parece ser um vídeo pré-gravado cedo se torna algo mais

> **"Percepcionarmos logo certas pessoas como vítimas coloca-nos numa posição de poder", diz o artista neerlandês Dries Verhoeven, para quem *Guilty Landscapes* questiona "se conseguimos olhar para o outro sem assumirmos de imediato esta posição imperialista"**

Termos pena dos rostos que vemos em cenários "cruéis" e absolutamente aflitivos espalhados um pouco por todo o mundo é uma reacção perfeitamente natural, mas "percepcionarmos logo certas pessoas como vítimas coloca-nos numa posição de poder", reforça o criador: meros segundos se passaram e a relação já não é horizontal, "já estabelecemos papéis". *Guilty Landscapes* questiona "se conseguimos olhar para o outro sem assumirmos de imediato esta posição imperialista".

O trabalho também reflecte, como Dries escreve na sinopse, sobre a "espiral de culpa e vergonha" para a qual o "espectador socialmente consciente" destas imagens angustiantes "não tarda a ser arrastado". "Para o cidadão comum, é impossível ajudar. Então, para conseguirmos lidar com isso, damos palmadinhas nas nossas próprias costas, ao fazermos coisas como ver documentários ou exposições sobre a Palestina", diz ao PÚBLICO. "Nós precisamos de sentir que não somos culpados, que estamos a fazer mais do que apenas testemunhar a catástrofe. A partir do momento em que estás a bordo do *Titanic* e sabes que não há como mudar a sua rota, a única coisa que podes fazer é resolveres os teus problemas de consciência, dizeres a ti mesmo que não és o responsável pela direcção do navio. Se não o fizeres, a vida torna-se insuportável, uma receita para a depressão."

Concentrando-se mais no comportamento do espectador do que nos problemas retratados – que na instalação pouco parecem ferir quem surge no ecrã, o que ajuda a pôr em causa esse lugar e papel de vítima –, Dries Verhoeven problematiza, em poucos minutos, uma série de questões pertinentes, que vão desde a maneira como apreendemos "a dor dos outros", como se lê no *site* do artista, à própria objectificação, concretizada pela câmara noticiosa, de pessoas em contextos infelizes. "Não estou obrigado a contar a verdade. O que gosto de fazer é revelar os dogmas do nosso pensamento, para que talvez nos possamos tornar pessoas mais sensíveis e críticas."

Encontros da Imagem assinalam Abril com histórias de resistência

O festival de fotografia com epicentro em Braga coloca o espectador diante do trauma colonial

Ana Marques Maia

No ano em que se celebra o 50.º aniversário da revolução de Abril, que ditou o fim do que sobrava do vasto império colonial português, a festa estende-se ao festival internacional de fotografia e artes visuais Encontros da Imagem, cuja 34.ª edição é em parte dedicada ao tema "Legados do Colonialismo". São mais de 40 os trabalhos que se encontram em exposição – com curadoria da ex-directora do Museu Finlandês de Fotografia Elina Heikka e do co-fundador do Prémio Galiza de Fotografia Contemporânea Vítor Nieves. O festival arrancou a 20 de Setembro e estende-se até final de Outubro nas cidades de Braga, Porto, Guimarães, Barcelos e Vila Nova de Gaia. A programação contempla ainda projecções, conversas, apresentações de livros e sessões de cinema.

A finlandesa Elina Heikka, que foi convidada a realizar a direcção artística deste Encontros da Imagem 2024, considerou, numa conversa com o PÚBLICO na Galeria do Paço, no coração da cidade de Braga, que a escolha do tema "era [este ano] óbvia", dada a importância dos 50 anos do 25 de Abril. Heikka, a quem coube a curadoria de mais de dez exposições subordinadas a este tema, diz que nem todas tocam exclusivamente a herança colonial portuguesa, mas também os lentos processos de descolonização que ainda decorrem em países como a Argélia ou a República Democrática do Congo ou os da "colonização" em curso na Ucrânia ou na Palestina. "Abordo o colonialismo como um sistema global, como algo que aconteceu e acontece ainda por todo o mundo. É importante lembrar que, antes da Primeira Guerra Mundial, os impérios coloniais tocavam cerca de 85% da superfície terrestre. O colonialismo é uma das forças motrizes da história moderna."

Guiando o PÚBLICO através da Galeria do Paço, Heikka passeia-se entre *Inglória*, o trabalho do fotojornalista português Marques Valentim, que recuperou as fotografias que tirou em Moçambique ao serviço do Exército português, *Memória* e *O Rei Ordena Que Dancem*, os projectos do congolês Sammy Baloji, que fundem fotografias actuais com as do arquivo histórico da República Democrática do Congo e que tocam a exploração laboral belga das populações autóctones. A curadora e directora artística dá também a conhecer o trabalho do moçambicano Amilton Neves, composto por retratos das mulheres moçambicanas que serviram de madrinhas de guerra de soldados portugueses e que foram, por isso, ostracizadas no seu país. No mesmo edifício, *Poder*, a série do fotógrafo português Augusto Brázio salta à vista: contém imagens alusivas ao painel de referências esclavagistas que ainda "adorna" o Salão Nobre da Assembleia da República portuguesa. Há ainda espaço para o retrato experimental da Crimeia, da ucraniana Varvara Uhlik, e para a memória da Argélia colonizada de Margot Wallard.

Mas são os trabalhos da artista de nacionalidade portuguesa e angolana Sofia Yala, dispostos no primeiro piso da Galeria do Paço, que roubam a atenção. Yala expõe duas séries de trabalhos com enfoque na sua herança familiar. Um deles, *O Corpo como Arquivo*, debruça-se sobre o percurso de vida do seu avô António Rodrigues da Costa, nascido em Angola durante o período colonial, que, entre os anos 1940 e 1970 trabalhou para a marinha mercante em vários pontos do mundo.

OMAR VICTOR DIOP/ CORTESIA ENCONTROS DA IMAGEM

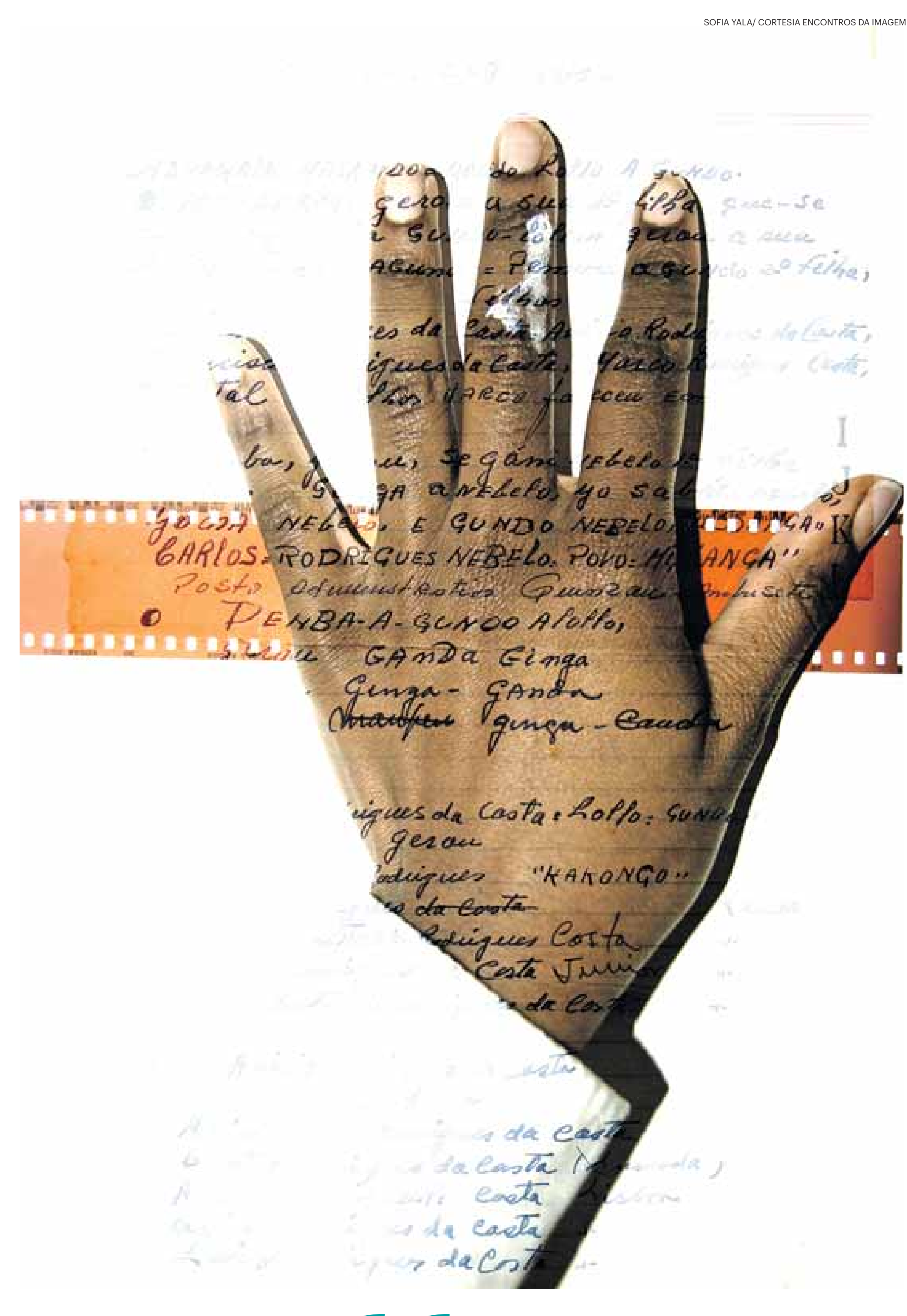
GLORIANNA XIMENDAZ/CORTESIA ENCONTROS DA IMAGEM



Auto-retrato do senegalês Omar Victor Diop, autor do projecto *Diáspora*, em exposição no Theatro Circo

Projecto *O Corpo como Arquivo*, da artista portuguesa e angolana Sofia Yala, em exposição na Galeria do Paço, em Braga

***Orixen*, da artista porto-riquenha Glorianna Ximendaz: retratos de várias gerações que sofreram abusos sexuais. Está exposto no Palácio do Raio**



SOFIA YALA/ CORTESIA ENCONTROS DA IMAGEM

As imagens que compõem este trabalho de natureza conceptual consistem na sobreposição de auto-retratos de Yala com os documentos que encontrou, ao longo dos dois anos de pandemia, no seu arquivo familiar – notas privadas manuscritas que contêm informações relativas à sua árvore genealógica, correspondência, documentos de identificação.

As suas mãos são visíveis em grande parte das imagens, detalhe que Yala faz questão de realçar. “As mãos são muito importantes, são elas que tocam nos arquivos”, explica ao PÚBLICO. “O meu corpo surge como uma espécie de reflexão. Agora também eu faço parte disso [desse arquivo, dessa história passada], sou um corpo migrante, um corpo que se move”, à semelhança do seu avô. A fotógrafa reside em Londres, mas marcou presença na inauguração do trabalho que expõe, agora e pela primeira vez, em Portugal.

> **O colonialismo aconteceu e acontece ainda por todo o mundo**
>
> **Elina Heikka**
> Curadora e directora artística da 34.ª edição dos Encontros da Imagem

A história que Sofia Yala partilha através deste seu projecto é individual, “mas também colectiva”, reflecte a artista nascida em Lisboa e que integra o centro de investigação artística Hangar. “Conta a história do país de que fazemos parte. Considero importante que mais pessoas consigam contar a sua história, em vez de sermos só números, registos, representações, visões e categorizações contadas por outros.” Deseja ser um exemplo para que “outras pessoas se sintam confortáveis para criarem os seus próprios palcos”, narrando, na primeira pessoa, a sua própria história.

Esquecidos pela História

No Theatro Circo, o artista senegalês Omar Victor Diop realiza o mesmo exercício, o de tomar as rédeas da representação negra, mas com uma diferente abordagem. Os auto-retratos que compõem *Diáspora*, que o artista fotografou entre 2014 e 2015, em Málaga, Espanha, no âmbito de uma residência artística no Centro de Cultura Contemporânea La Térmica, surgem num contexto que tudo tem que ver com o propósito de Diop, o de enobrecer as personalidades negras que na Europa dos séculos XV e XIX ascenderam a estatutos sociais elevados, mas “não figuram nas narrativas históricas convencionais”, explica Heikka.

“Omar Victor Diop recupera factos que foram esquecidos e sobre os quais sabemos muito pouco”, refere a curadora. “A série contém mais do que as sete fotografias que estão expostas no Theatro Circo... é bastante extensa. A minha selecção centra-se nas figuras cuja história está, de algum modo, relacionada com Portugal.” Um dos exemplos é a representação de Dom Nicolau, príncipe do Congo, que viveu, estima-se, entre 1830-60, e que escreveu num jornal português uma carta de protesto contra as actividades comerciais, políticas e militares (expansionistas) portuguesas.

Um olhar mais atento sobre os auto-retratos de Diop revela ainda uma “curiosidade inesperada”, aponta Heikka. “Em todos eles existe uma referência a futebol”, evidencia, sorrindo. “O Omar diz que essas remetem para o racismo que é sentido pelos jogadores de futebol, em campo, um pouco por todo o mundo. Interpreto essa inclusão como um exercício de humor do artista.”

Noutros espaços expositivos, também em Braga, os trabalhos *continuum* de Tito Mouraz, *Holyday*, de D.M. Terblanche, *Tudo É Incómodo Quando a Terra Treme*, de Joana Dionísio, e *Tudo Acontece por Uma Razão*, um segundo projecto de Augusto Brázio em exposição, fruto de uma residência artística, merecem também uma visita.

Sobre as paredes brancas do interior do Palácio do Raio, centenário, no centro de Braga, as imagens de *Orixe*, da fotógrafa Glorianna Ximendaz, narram as histórias de trauma e abuso sexual que marcaram cinco gerações. “As mulheres da minha família sofreram violência ao longo da história, começando pela minha tetravó”, conta a fotógrafa ao PÚBLICO, por escrito, a partir da Costa Rica. “Escutei as histórias delas repetidamente, durante a minha infância e adolescência, até quase se tornarem contos de ficção, devido à normalização, à pouca atenção e silêncio.”

O silêncio fez parte da vida de todas as mulheres da família de Glorianna. Ao longo de 50 anos, a sua mãe calou o facto de ter sido vítima de abuso sexual. A avó, que sofria incapacidade cognitiva, foi violada por três homens mais velhos quando era apenas uma adolescente, e só 60 anos depois foi capaz de partilhar o episódio com a filha. A bisavó da artista fugiu de casa aos 14 anos para evitar os abusos físicos e sexuais do padrasto. A tetravó foi violada por um antigo ditador da Costa Rica, de quem engravidou. Mãe e filha foram perseguidas durante anos pelo Exército do país, numa tentativa de silenciamento.

Glorianna Ximendaz foi, à semelhança das antepassadas, uma criança e uma adulta que sofreu “violência sexual”, conta. Entre todas elas existe apenas uma diferença: a decisão de quebrar o silêncio publicamente. Em 2020, altura em que ficou grávida, Glorianna decidiu enfrentar o trauma e dar corpo à dor sob a forma de fotografia, para poder sarar. “Queria deixar um legado à minha filha, para que soubesse que a sua ascendência foi capaz de se curar e de ter uma voz.”

“Sempre que se fala de abuso ou violência sexual, apenas as vítimas são recordadas, nunca os opressores”, observa a fotógrafa. “Quem experiencia a violência carrega um rótulo que pesa enormemente: ‘o abusado’ ou ‘a abusada’. Essa etiqueta desumaniza e converte quem sofre num objecto cuja identidade é definida através de um acto cometido por outro.” Para fazer face a esse desequilíbrio, são as imagens que dizem respeito aos agressores que, envoltas numa redoma de vidro, assumem um lugar central no espaço expositivo. “Muitos agressores vivem em redomas que todos observam, mas nunca tocam.” Acredita que só “quebrando essa redoma” surtirá alguma mudança positiva nas sociedades.

Orixe, projecto que foi declarado vencedor da 11.ª edição do Prémio Galiza de Fotografia Contemporânea, co-fundado por Vítor Nieves, que é também curador da actual exposição, é um grito contra a violência física e sexual que, na visão da fotógrafa costa-riquenha, “é o último recurso [masculino] para proteger o patriarcado da oposição individual e colectiva das mulheres”. “É uma forma de manter a ordem sociocultural estabelecida face à tentativa das mulheres de se reposicionarem.”



ACADEMIA

tinteiro

CURSO ONLINE
7 – 10 DE OUTUBRO
DIÁRIO
18h30 ÀS 20h00
PLATAFORMA ZOOM

OFERTA:

SEBENTA DO CURSO

ACESSO ÀS AULAS GRAVADAS

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

O PIOR DA CENSURA É



Autorizado com cortes
SERVIÇOS DE CENSURA
Autorizado com cortes

SAIBA TUDO, SEM LÁPIS AZUL, NO CURSO «CENSURA DE POMBAL, CENSURA DE SALAZAR», DE RUI TAVARES E JOSÉ PACHECO PEREIRA.

~~Censura será sempre censura, por muito que as palavras mudem com os tempos ou os tempos mudem as palavras.~~ Conheça a história da censura neste curso, ~~onde comparamos duas épocas distintas.~~ A censura de Pombal, ~~estudada e apresentada~~ por Rui Tavares. E a censura de Salazar, ~~estudada e apresentada~~ por José Pacheco Pereira.

SESSÃO 1 – 7 DE OUTUBRO
A Real Mesa Censória 1768-1777 (Rui Tavares)
Nesta primeira aula conheceremos quem foram os censores da Real Mesa Censória, como trabalhavam e que efeitos tiveram na definição daquilo a então se chamava a "luz pública".

SESSÃO 2 – 8 DE OUTUBRO
Da censura às revoluções (Rui Tavares)
Entre 1776 e 1789, duas revoluções, a Americana e a Francesa, transformaram por inteiro o panorama da história universal. Podem os livros ter causado revoluções? Nesta aula veremos os livros mais importantes do período pré-revolucionário.

SESSÃO 3 – 9 DE OUTUBRO
O papel dos periódicos no condicionamento social (José Pacheco Pereira)
Já no período do Estado Novo, e focando as suas aulas nos mecanismos da censura do Estado muito para além da política, a primeira aula conduzida por Pacheco Pereira olha para a imprensa e para o impacto social do controlo sobre ela exercido.

SESSÃO 4 – 10 DE OUTUBRO
Os livros sob o olhar da Censura (José Pacheco Pereira)
Na segunda e última aula dedicada à Censura no tempo de Salazar, e continuando a ir para lá da política, o foco vira-se para os livros e para o mercado editorial: os proibidos, os confiscados, as «listas negras» de autores e até os que fintavam o crivo...



RUI TAVARES



É licenciado em História pela Universidade Nova de Lisboa, com mestrado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e doutoramento pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Autor de vários livros, entre os quais o *Pequeno Livro do Grande Terramoto* — prémio RTP/Público de melhor ensaio de 2005 — e *O Censor Iluminado* — premiado pela Academia da História Portuguesa como melhor livro de história de Portugal em 2019. Já foi professor associado convidado na Universidade Nova de Lisboa, investigador visitante na Universidade de Nova Iorque (2016) e no Instituto Universitário Europeu de Florença (2018), bem como professor visitante na Brown University (2018) e na Universidade de Massachusetts (2020). É o autor do programa televisivo de divulgação histórica *Memória Fotográfica* (RTP, 2018) e do podcast de história *Agora, Agora e mais Agora*, também publicado em livro, e é o director de *Portugal: Uma Retrospectiva*. Actualmente, é deputado à Assembleia da República pelo partido LIVRE.



JOSÉ PACHECO PEREIRA

Nasceu no Porto, em 1949. Participou na luta contra a ditadura antes do 25 de Abril. Foi professor de vários graus de ensino. Foi deputado na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, e dirigente do PSD. Publicou mais de uma dezena de livros sobre história e política. Colabora regularmente na imprensa escrita, na rádio e na televisão. Faz parte do painel do programa de debate político *Circulatura do Quadrado*. É autor dos blogues *Abrupto*, *Estudos sobre o Comunismo* e *Ephemera*. Dedica-se desde há muito à preservação de livros, periódicos, documentos e objectos ligados à memória da história contemporânea portuguesa. Criou e mantém o Arquivo / Biblioteca EPHEMERA, o maior arquivo privado português.

INSCREVA-SE AQUI:



130 € Curso online

90 € Preço para assinantes do Público ou membros do clube Tinta-da-china

*LUGARES LIMITADOS

Guia

leituras

publico.pt/leituras

Lançamento de clássico em Lisboa e no Porto
Notícias de Lugar Nenhum ou Uma Época de Tranquilidade — um romance utópico, escrito por William Morris em 1890 (Letras Lavadas Edições), com a tradução de António Simões do Paço, é apresentado em Lisboa, a 4 de Outubro, no El Corte Inglés, e no Porto, no dia seguinte, na UNICEP. As sessões são às 18h.

PAULO PIMENTA



Inês Matos, Lokas Cruz e Pedro Pedrosa: os ideólogos da Desmuro

Desmuro a desierarquizar o acesso à leitura

O primeiro livro da editora vai ser apresentado em Outubro em Celorico de Basto, no Porto e em Cabeceiras de Basto

Mariana Duarte

A Desmuro é uma nova editora independente que germinou a partir de uma palavra inventada, mas capaz de apontar para vários caminhos. "Vem na oposição de muro, portanto implica o acto de deitar abaixo muros e fronteiras; de pensar num mundo mais livre e antipoder", introduz Lokas Cruz, médica, trabalhadora humanitária e uma das ideólogas deste projecto com base no Porto, a par de Inês Matos, cientista e ilustradora, e de Pedro Pedrosa, co-CEO da Gaia Education, uma organização dedicada à educação em práticas regenerativas e comunitárias.

O nome da editora – e, por arrasto, os seus "valores" – relacionam-se intimamente com as vivências deste trio, ligado ao activismo decolonial e à defesa de migrantes e refugiados. Humans Before Borders e Colectivo pela Libertação da Palestina são duas das organizações das quais fazem parte. "Adoramos ler, escrever e debater questões políticas e humanitárias, portanto esta editora é baseada em ideais radicais, feministas, decoloniais, *queer* e anticarcerárias", resume Lokas Cruz.

Ancorada nesta vontade de derrubar muros, o projecto tem como missão primordial desierarquizar o acesso à leitura e à publicação. "Quem tem o direito a escrever e a publicar? Sentimos que tanto o acesso ao espaço editorial como a quem pode ler estão muito hierarquizados, elitizados e centralizados."

"Quero escrever/ sem pertencer à classe/ das pessoas que escrevem (...) quero escrever/ só/ como povo/ como pessoa que escreve", são, precisamente, versos de um dos poemas de *Flores Secas*, o livro inaugural da Desmuro, da autoria de Lokas Cruz. Lançado no início de Setembro, reúne poemas e "textos político-poéticos" escritos entre 2018 e 2024, atravessados pelas experiências da autora em missões humanitárias no mar Mediterrâneo e nos campos de refugiados de Lesbos; nos protestos contra o genocídio na Palestina; nas histórias da família; no amor e na revolução. As ilustrações são de Inês Matos.



Flores Secas
Autoria: Lokas Cruz (Ilustrações: Inês Matos Ed.: Desmuro; 210 págs; 15€. Nas livrarias em Outubro)

Flores Secas, bem como as publicações vindouras da Desmuro, podem ser encontradas no *site* oficial da editora (www.desmuro.pt), em livrarias independentes, centros comunitários e bibliotecas em vários pontos do país. Um dos objectivos, assinala Lokas Cruz, é descentralizar. "Eu nasci numa aldeia do Minho e para mim era uma tarefa sempre exigente ter acesso a livros. Sabemos que não há muitas livrarias no interior, mas ainda assim existem algumas. Mesmo que não existam, podemos fazer parcerias com bibliotecas públicas e sociais, bem como outro tipo de lugares", explica a autora. "Interessa-nos que os livros cheguem às pessoas e que sejam acolhidos e pensados de maneira comunitária."

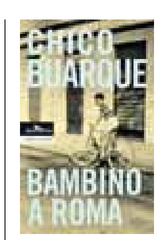
A dinâmica de actividades da editora vai também nesse sentido. No caso de *Flores Secas*, a próxima apresentação do livro realiza-se a 6 de Outubro em Celorico de Basto, terra natal de Lokas Cruz, na Pastelaria Zélina. Segue depois, no dia 11, para a Livraria Flâneur, no Porto, e dia 12 para a Livraria Inquietação, em Cabeceiras de Basto. De resto, outra das âncoras do projecto é a "remuneração justa" das autoras e dos autores, que recebem 20% da venda de cada livro.

Sugestões



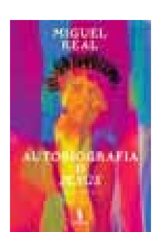
Viagem de Inverno
Autoria: Maria Filomena Mónica (Ed.: Relógio D'Água; 208 págs; 19,50€. Já nas livrarias)

"Passei o final da tarde a vasculhar, entre os livros, as últimas palavras de portugueses célebres. No seu leito de morte, Rodrigo da Fonseca lamentara-se: 'Nascer entre brutos, viver entre brutos e morrer entre brutos é triste.' Antes de morrer, no seu palacete ao Príncipe Real, Fontes Pereira de Melo, dissera à sobrinha: 'Vou fazer falta.' Do pequeno leito que, há cinco ou seis anos, eu vira em Vale de Lobos, Alexandre Herculano exprimira o que sentia pelo seu país: 'Isto dá vontade de a gente morrer.' Gosto da frase de Rodrigo, mas com a minha fama de arrogante, não me posso dar a tais luxos", escreve a socióloga que aqui reúne artigos e ensaios publicados na imprensa (alguns no PÚBLICO) e agrupados por temas: Sociedade, País, Política, Mulheres, Vida Privada, Ensaio. Com direito a uma introdução e epílogo de quem não se quer entregar ao pessimismo.



Bambino a Roma
Autoria: Chico Buarque (Editora: Companhia das Letras; 176 págs; 16,45€. Hoje nas livrarias)

O escritor brasileiro e as memórias de infância, vividas e imaginadas, num regresso a Roma e a 1953/54, quando a família do historiador e sociólogo Sergio Buarque de Holanda viveu em Itália. "Dentro da escola, meninas não podiam andar de braço dado." (pág.79) Neste romance de formação, o Prémio Camões 2019 recorda os tempos em que andou na Notre Dame International School, uma escola americana de formação católica, e este livro é dedicado a *miss* Tuttle, professora visionária que num bilhete antecipou que no futuro iria procurar "contos e romances escritos por F. B. de Hollanda". Como escreveu Laura Erber na *Folha de S. Paulo*, *Bambino a Roma* é "um texto seguro sem ser artificioso, fluente sem ser afetado, telúrico sem ser banal. Uma pequena delícia, que traz por dentro uma foto do menino que nos espia de longe, de outro tempo."



Autobiografia de Jesus
Autoria: Miguel Real (Ed.: Dom Quixote; 288 págs; 18,80€. Hoje nas livrarias)

"Para o autor do presente livro, Jesus é uma coisa e Cristo é outra. Quando em pequeno, numa aula de catequese, Miguel Real explicou ao catequista que não acreditava que ninguém que tivesse morrido pudesse voltar à vida (...). Foi desde então que o problema da Ressurreição não mais deixou de preocupar o escritor e, tantos anos volvidos, o levou a escrever esta *Autobiografia de Jesus* tomando a voz do Filho de Deus, já que nada se conhece que Jesus tenha deixado escrito pela sua mão e os Evangelhos praticamente não falam do que foi a sua vida familiar, a sua aprendizagem, as suas revelações, a sua conduta com as mulheres e, sobretudo, a sua tremenda solidão", lê-se na contracapa deste romance.



Mestre dos Batuques
Autoria: José Eduardo Agualusa (Ed.: Quetzal; 272 págs; 18,80€. Quinta-feira nas livrarias)

"Agualusa discute neste seu novo romance questões de identidade e de pertença, história e ficção, tradição e modernidade, conhecimento e poder, real e imaginário, ao mesmo tempo que expõe algumas das muitas contradições (trágicas ou irónicas) do processo colonial português. E deixa uma pergunta: pode o amor triunfar sobre a guerra e o caos?", lê-se na contracapa. "Eu tinha 12 anos, contou Dumbila. As pessoas corriam atrás de mim com pedras e paus. Homens, mulheres e crianças. Atiravam-me pedras. Queriam matar-me porque eu era filha da bruxa. A neta da bruxa. Então lembrei-me do que a minha avó me havia ensinado — e transformei-me numa porta."

Guia

Cinema

Grand Tour

Porto

Cinema Trindade
R. Dr. Ricardo Jorge. T. 223162425
Lágrimas e Suspiros 15h; **Geração Low-cost** M14. 19h30; **Motel Destino** M14. 21h45; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 19h30; **A Pedra Sonha dar Flor** 16h; **Reality** 14h30, 18h; **Grand Tour** 17h15, 21h30
Cinemas Nos Alameda Shop e Spot
R. dos Campeões Europeus 28 198. T. 16996
Gru 4 M6. 13h30, 16h (VP); **Oh Lá Lá!** M12. 13h20, 15h40; **Iris e os Homens** M14. 18h50, 21h20; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h30, 17h40, 20h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 18h40, 21h30 ; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h40, 16h20, 19h10, 21h40 ; **Não Fales do Mal** 18h20, 21h30 ; **Grand Tour** 14h, 17h, 20h30; **Transformers: O Início** 13h50, 16h30 (VP) 19h20, 21h50 (VO); **Um Ano Difícil** 13h10, 15h50
Medeia Teatro Municipal Campo Alegre
R. das Estrelas. T. 226063000
Grand Tour 21h30

Aveiro

Cinemas Nos Glicínias
C.C. Glicinias, Lj 50. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 17h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 16h30, 19h30, 22h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 14h, 16h40; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h, 18h30, 21h10, 23h50; **Não Fales do Mal** 19h15, 21h50, 00h25; **Grand Tour** 14h30, 21h20; **Transformers: O Início** 13h10, 15h40 (VP) 18h15, 20h50, 23h30 (VO); **Amarrados** 16h15, 18h50, 21h35, 00h05; **Sem Ar** 00h15

Braga

Cinemas Nos Braga Parque
Quinta dos Congregados. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h30, 16h05 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h35, 16h20, 18h45 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 14h10, 17h, 20h40, 23h20; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h, 17h15, 21h, 24h; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h05, 15h55, 18h40, 21h25, 00h10; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h05, 18h35, 21h10, 23h50; **Zona de Risco** M14. 21h45, 00h25; **Não Fales do Mal** 18h25, 21h05, 23h45; **Grand Tour** 13h10, 16h, 18h50; **Casa Sinistra** 21h20, 00h30; **Transformers: O Início** 13h40, 16h15 (VP/2D) 19h10, 21h35 (VO/2D) 13h15 (VP/3D); **Amarrados** 15h45, 18h30, 21h30, 00h15; **Sem Ar** 00h05
Cineplace Nova Arcada - Braga
C. C. Nova Arcada, Av. De Lamas.
Gru - O Maldisposto 4 M6. 15h30, 17h30 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 15h, 17h10, 19h20 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 21h40; **Iris e os Homens** M14. 21h40; **Isto Acaba Aqui** M12. 21h40; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 15h, 17h10, 19h30, 21h50; **Cão e Gato** M6. 15h (VP); **Um Gato Com Sorte** M6. 15h30, 17h20 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 15h20, 17h30, 19h40, 21h50; **100% Lobo** 15h30; **Não Fales do Mal** 17h, 19h20; **Não Fales do Mal** 21h30; **Casa Sinistra** 15h20, 17h20, 19h20, 21h20; **Transformers: O Início** 15h, 17h10, 19h20 (VP) 21h30 (VO); **Um Ano Difícil** 19h10; **Amarrados** 17h30, 19h30, 21h40; **Jogo de Assassinos** 19h40

Castelo Branco

Cinebox
C.C. Alegro Castelo Branco. T. 760789789
Beetlejuice Beetlejuice M12. 16h40, 19h; **Não Fales do Mal** 16h30, 21h40; **Grand Tour** 14h, 19h, 21h35; **Transformers: O Início** 14h, 16h30 (VP) 19h, 21h30 (VO); **Jogo de Assassinos** 14h

Estreias

Amarrados
De Alexandre Aja. Com Halle Berry, Matthew Kevin Anderson, Christin Park, Stephanie Lavigne. EUA. 2024. m. Drama, Terror.
Num mundo pós-apocalíptico, uma mãe vive com os dois filhos gémeos numa casa isolada. São protegidos por uma corda que os une uns aos outros e à casa em que vivem. Um dos miúdos começa a duvidar da existência de forças do mal, o que traz consequências desastrosas.

Casa Sinistra
De Matthias Hoene. Com Joely Richardson, Sadie Soverall, Neil Linpow, Harry Cadby. GB. 2023. 93m. Thriller.
Apanhados numa violenta tempestade, dois criminosos abrigam-se numa quinta isolada. Ao fazerem refém a família que ali vive, eles depressa se dão conta de que ali se guardam segredos terríveis.

Grand Tour
De Miguel Gomes. Com Gonçalo Waddington, Crista Alfaiate, Cláudio da Silva, Lang Khê Tran, Jorge Andrade. ITA/ ALE/China/POR/FRA/JAP. 2024. m. Drama, Histórico.
Em 1918, um funcionário público em Rangum, na Birmânia, abandona a noiva no dia do casamento para partir numa viagem pela Ásia. Ela segue atrás dele.

Iris e os Homens
De Caroline Vignal. Com Laure Calamy, Vincent Elbaz, Suzanne De Baecque, Sylvain Katan. FRA. 2023. 98m. Comédia Dramática. M14.
À beira de fazer 50 anos, Iris (Laure Calamy) é uma dentista bem-sucedida, com o seu próprio consultório, um casamento e duas filhas. Um dia, percebe que já não tem relações sexuais com o marido há anos e decide tentar o adultério.

Transformers: O Início
De Josh Cooley. Com Brian Tyree Henry (Voz), Scarlett Johansson (Voz), Keegan-Michael Key (Voz), Jon Hamm (Voz), Chris Hemsworth (Voz), Laurence Fishburne (Voz), Steve Buscemi (Voz). EUA. 2024. 104m. Animação, Aventura.
Antes de serem rivais cujas querelas se transformam em guerras de grande escala, Optimus Prime e Megatron eram amigos em Cybertron. Esta prequela da saga "Transformers" conta a história do herói e do vilão.

Um Ano Difícil
De Éric Toledano, Olivier Nakache. Com Pio Marmaï, Jonathan Cohen, Noémie Merlant, Mathieu Amalric. FRA. 2023. 120m. Animação.
Dois amigos dados à vigarice e muito endividados decidem juntar-se a um grupo de activistas ambientais. Não por acreditarem na causa, mas mais porque querem comer e beber de graça.



As estrelas P

	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
Alien — Romulus	★★☆☆☆	—	★★☆☆☆
Amarrados	—	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
Beetlejuice, Beetlejuice	★★★☆☆	★★★★☆	★★★☆☆
Breves Encontros	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Daddio, uma Noite em Nova Iorque	—	★☆☆☆☆	—
Dulcineia	—	★☆☆☆☆	—
Grand Tour	★★☆☆☆	★★★☆☆	★★★☆☆
O Longo Adeus	★★★★★	★★★★★	★★★★★
O Monge e a Espingarda	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Não Fales do Mal	—	★☆☆☆☆	—
Na Terra de Santos e Pecadores	—	★★★☆☆	★★★☆☆
A Pedra Sonha Dar Flor	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
Rei Ubu	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Verdade ou Consequência?	★★★★☆	★★★★☆	★★★☆☆

● Mau ★☆☆☆☆ Medíocre ★★☆☆☆ Razoável ★★★☆☆ Bom ★★★★☆ Muito Bom ★★★★★ Excelente

Coimbra

Casa do Cinema de Coimbra
Av. Sá da Bandeira 33. T. 239851070
Beetlejuice Beetlejuice M12. 17h; **Não Fales do Mal** 19h; **Grand Tour** 21h30
Cinemas Nos Alma Shopping
R. Gen. Humberto Delgado. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 14h30, 17h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h20, 16h, 18h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 15h, 17h50, 20h40; **Oh Lá Lá!** M12. 21h10; **Iris e os Homens** M14. 13h40, 16h20, 18h40, 21h40; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h, 17h10, 20h50; **Alien: Romulus** M16. 20h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 19h20, 22h; **Um Gato Com Sorte** M6. 13h50, 16h30 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h30, 16h10, 18h50, 21h30; **100% Lobo** 14h10, 16h40 (VP); **Grand Tour** 14h20, 18h20, 21h20; **Casa Sinistra** 19h, 21h40; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 19h10, 21h50; **Um Ano Difícil** 14h40, 17h30
Cinemas Nos Fórum Coimbra
Fórum Coimbra, Av. José Bonifácio de Andrada e Silva. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h, 16h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h15, 16h55, 19h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 22h; **Isto Acaba Aqui** M12. 15h, 18h, 21h15; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 22h15; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h, 16h30, 19h15, 21h45 ; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h, 16h30, 19h15, 21h45 ; **Não Fales do Mal** 18h30, 21h; **Transformers: O Início** 14h30, 17h10 (VP) 19h50 (VO); **Amarrados** 13h45, 16h15, 18h45, 21h30
Teatro Académico de Gil Vicente
Av. Sá da Bandeira. T. 239855630
Fanny e Alexandre M12. 21h30; **O Sétimo Selo** M12. 18h30

Matosinhos

Cinemas Nos MarShopping
Av. Dr. Óscar Lopes, Leça da Palmeira.
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h30, 16h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h, 15h30, 17h45 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h, 15h50 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 20h45; **Deadpool & Wolverine** M12. 21h40; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h10, 15h, 18h, 21h20, 00h20; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h40, 15h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h20, 15h10, 17h50, 20h50, 23h50; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h50, 15h50, 18h30, 21h20; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h10, 18h40, 21h50, 00h30; **Não Fales do Mal** 18h40, 21h10; **Não Fales do Mal** 19h, 22h; **Grand Tour** 12h30, 15h40, 18h50; **Transformers: O Início** 13h10, 15h40 (VP) 18h20, 21h (VO); **Transformers: O Início** 12h50, 15h20 (VP) 18h20, 21h30, 24h (VO); **Amarrados** 18h30, 21h10, 00h10; **Amarrados** 13h20, 16h, 18h50, 21h40; **Moloch: Sacrifício Demoníaco** 00h25; **Transformers: O Início** 12h40, 15h30, 18h10, 21h, 23h40 (VO/IMAX)
Cinemas Nos NorteShopping
C.C. Norteshopping, Lj 1117. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 10h40, 13h15, 15h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 11h, 14h20, 16h50, 19h20 (VP); **Isto Acaba Aqui** M12. 12h30, 15h30, 18h30, 21h30, 00h25; **Alien: Romulus** M16. 21h50, 00h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h25, 16h10, 18h50, 21h50, 00h30; **Um Sinal Secreto** M14. 19h50; **Um Gato Com Sorte** M6. 10h30, 12h50, 15h20; **Não Fales do Mal** 13h40, 16h20, 19h, 21h40, 00h20; **Grand Tour** 15h40, 18h20, 21h10, 24h; **Transformers: O Início** 14h, 16h30 (VP/2D) 19h, 21h45 (VO/2D) 13h10 (VO/3D); **Amarrados** 17h40, 20h50, 23h30; **Sem Ar** 00h10; **Alien: Romulus** M16. 19h40, 22h20 (SCREENX); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h, 18h40, 21h20, 23h50 (NºSXVISION)

Ovar

Castello Lopes - Vida Ovar
C.C. Dolce Vita. T. 960254838
Isto Acaba Aqui M12. 13h55; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 21h35; **Não Fales do Mal** 16h35; **Grand Tour** 18h55

Paços de Ferreira

Cinemas Nos Ferrara Plaza
Ferrara Plaza, Rua da Carvalhosa. T. 16996
Deadpool & Wolverine M12. 18h40; **Isto Acaba Aqui** M12. 15h10, 21h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h40, 16h30, 19h, 21h50; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 15h30, 18h, 21h; **100% Lobo** 13h20 (VP); **Não Fales do Mal** 18h50; **Grand Tour** 13h10, 16h10, 21h40; **Transformers: O Início** 13h30 (VP/2D) 15h50 (VP/3D) 18h20, 21h10 /VO/2D)

Viana do Castelo

Cineplace Estação Viana Shopping
C.C. Viana Shopping, Avª General Humberto Delgado. T. 258100260
Divertida-Mente 2 M6. 17h20 (VP); **Isto Acaba Aqui** M12. 21h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 19h30, 21h50; **Um Gato Com Sorte** M6. 15h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 21h40; **100% Lobo** 15h (VP); **Não Fales do Mal** 19h; **Transformers: O Início** 15h10, 17h20, 19h30 (VP); **Amarrados** 16h50

Vila Nova de Gaia

Cinemas Nos GaiaShopping
C.C. Gaiashoping, Lj 2.25. T. 16996
Divertida-Mente 2 M6. 13h30, 14h, 16h, 16h30, 18h40 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 18h20, 21h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h20, 17h30, 20h40, 23h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h20, 16h10, 19h, 21h50, 00h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h, 15h50, 18h10, 20h50, 23h40; **Não Fales do Mal** 21h30, 00h20; **Grand Tour** 12h50, 15h40, 18h30; **Casa Sinistra** 21h40, 00h10; **Transformers: O Início** 12h40, 15h10 (VP) 17h50, 20h30, 23h (VO); **Amarrados** 13h40, 16h20, 18h50, 21h20, 23h50; **Transformers:** 13h10, 15h30, 18h, 21h, 23h20 (VO/4DX)
UCI Arrábida 20
Arrábida Shopping. T. 223778800
Deadpool & Wolverine M12. 13h20, 16h05, 18h50, 21h45; **Oh Lá Lá!** M12. 14h20, 16h45, 19h05, 21h25; **Iris e os Homens** M14. 13h55, 16h20, 18h45, 21h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h15, 16h, 18h40, 21h25; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h45, 16h25, 19h10, 22h; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h35, 16h10, 18h55, 21h40; **Não Fales do Mal** 14h15, 16h50, 19h25, 22h; **Grand Tour** 13h30, 16h15, 19h0h5, 21h55; **Casa Sinistra** 14h25, 21h45; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 14h05, 16h35, 19h15, 21h30; **Transformers: O Início** 14h, 16h30, 19h (VP/2D) 21h30 (VO/2D) 16h45 (VP/3D) 19h15 (VO/3D); **Um Ano Difícil** 13h25, 16h10, 18h55, 21h40; **Amarrados** 14h10, 16h40, 19h20, 21h50

Vila Real

Cinemas Nos Nosso Shopping
Alameda de Grasse 244. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h30, 15h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h20 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 18h50; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h50, 15h30, 18h30, 21h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h20, 16h, 21h40; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h, 15h20 (VP) 18h, 20h40 (VO) 13h50 (VP/3D); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h10, 15h40, 18h20, 21h10; **Não Fales do Mal** 13h50, 16h20, 19h10, 22h; **Grand Tour** 18h10, 21h;

Lazer

MÚSICA

Orquestra da Costa Atlântica
PORTO Casa da Música.
Dia 24/9, às 21h. M/6. 6€ a 12€
Luis Miguel Clemente dirige a orquestra sediada em Esposende numa “viagem musical por três séculos de música sinfónica portuguesa”. A *Abertura Giocosa* de Sérgio Azevedo, o *Divertimento n.º 1* de Joly Braga Santos e a Sinfonia n.º 2 de João Domingos Bomtempo são as peças na pauta.

TEATRO

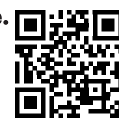
O Estrangeiro
BRAGA Theatro Circo.
De 24/9 a 28/9. Terça a sábado, às 21h30. M/12. 10€
O clássico de Albert Camus serve de base à peça, co-produzida pela Companhia de Teatro de Braga e pelo Akròama – Teatro Stabile di Innovazione e Ricerca della Sardegna (Itália). Revela o sentido “absurdo” de uma vida onde, desvenda a sinopse, “a morte e um assassinato aleatório podem conduzir a uma nova consciência do ser e do sentir”. No elenco estão Rui Madeira, Solange Sá, Eduarda Filipa, António Jorge, André Laires, Rogério Boane e Carlos Feio. A encenação vem assinada por Lelio Lecis.

EXPOSIÇÃO

Yayoi Kusama: 1945 - Hoje
PORTO Museu de Serralves.
De 27/3 a 29/9. Segunda a sexta, das 10h às 19h; sábado, domingo e feriados, das 10h às 20h.
24€ (acesso geral)
Aos 95 anos e depois de várias décadas a viver numa instituição de saúde mental (voluntariamente), Yayoi Kusama personifica um dos mais estrondosos fenómenos de popularidade na arte contemporânea. A icónica artista japonesa dá a conhecer a sua obra reunindo mais de 160 obras nesta que é a maior retrospectiva do seu trabalho, orientada por temas como o infinito, a acumulação, a conectividade radical, o biocósmico, a morte ou a força de vida. Vinda do M+ de Hong Kong, com curadoria de Doryun Chong e Mika Yoshitake, a exposição inclui as suas instalações imersivas em grande escala, a sua perdição por *polka dots*, as amadas abóboras, os jogos de espelhos ou o *Narcissus Garden*.

Jogos

Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos



EuroDreams



1.º Prémio 20.000€/mês x 30 anos

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Lotaria Clássica





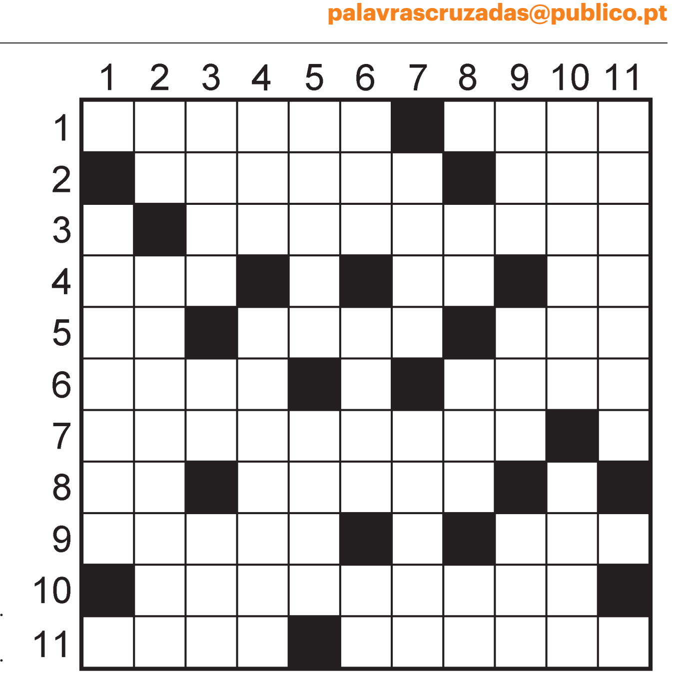
1.º Prémio 600.000€

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas 12.563

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

HORIZONTAL: 1 - É a única capital europeia sem um plano de mobilidade. Dar upas (a cavalgadura). **2 -** Tabique móvel para isolamento de áreas num espaço interior. Único. **3 -** Israel pediu-lhes que evitassem alvos do Hezbollah. **4 -** “Não digas mal do (...) até que seja passado”. Símbolo de decímetro. Sexta nota musical. **5 -** Rio chinês muito visitado por turistas. Futebol (gíria). Prestar para. **6 -** Informação nova ou pouco conhecida. Prefixo que exprime a ideia de à volta de, em redor. **7 -** Cada português gasta neles 350 euros por ano que acabam no lixo. **8 -** Graceja. Cobrir de breu. **9 -** Deste, desse ou daquele modo. Baga da videira. **10 -** Para a qual o BE propõe comparticipação de terapêuticas. **11 -** Mercadoria que não tem venda. Toada para adormecer crianças.
VERTICAL: 1 - Liquidara (contas). **2 -** International Baccalaureate. Redução ao nada. **3 -** Armazém em forma de torre para substâncias sólidas. Numeração romana (101). Símbolo de seno (Matemática). **4 -** Ruminante bovídeo. “(...) a Roma”, o novo livro de Chico Buarque. **5 -** Parte superior do braço. Deserto. **6 -** Orla. Suave. Símbolo de Pascal. **7 -** Vaga. Lançar um imposto sobre. **8 -** Preposição que indica lugar. Preposição designativa de substituição. Pátria de Abraão. **9 -** Coloquei. Prefixo (separação). Costume. **10 -** Desejar veementemente. Aprovação (fig.). **11 -** Conjunto de contas utilizado na oração.

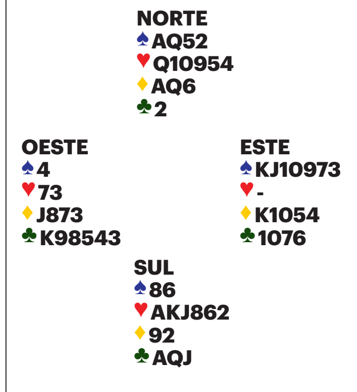


Solução do problema anterior:
HORIZONTAIS: 1 - Outono. Umas. **2 -** Viu. Estrada. **3 -** Tá. Tentem. **4 -** Porcelain. **5 -** Cardo. Lda. **6 -** Ol. Caudal. **7 -** Famoso. Re. **8 -** Oira. Rr. **9 -** Eclipse. Iam. **10 -** Pt. Rogério. **11 -** Usado. Assou.
VERTICAIS: 1 - Ovo. Cofre. **2 -** Ui. Pala. CPS. **3 -** Tutor. Multa. **4 -** Árduo. **5 -** NE. Co. Sopro. **6 -** Oste. Coiso. **7 -** Telha. Rega. **8 -** Urna. Ura. És. **9 -** Matilde. IRS. **10 -** Adenda. Raio. **11 -** Sam. Alarmou.

Bridge

João Fanha
fanhabridge.pt

Dador: Este
Vul: Todos



Oeste	Norte	Este	Sul
		2♠1	3♥
passo	4ST	passo	5♣2
passo	6♥	Todos passam	

Leilão: Equipas ou partida livre. 1 - Fraco, seis cartas e 5 a 10 pontos; 2 - Zero ou três cartas-chave – dois ases e o Rei de copas

Carteio: Saída: 4♠. Qual a melhor linha de jogo?

Solução: Tendo todos os naipes controlados, o seu parceiro não perdeu tempo: utilizou o Blackwood de 5 chaves e concluiu em 6 copas.
Depois da abertura em 2 espadas, o 4 de espadas é seguramente um *singleton*. O Rei está marcado em Este, existe uma perdente inescapável neste naipe.
Parece que o cheleme depende agora da passagem a ouros. Mas após alguma reflexão, pode concluir que um jogo de eliminação permite ganhar seja qual for a posição do Rei de ouros: Ás de espadas, Ás de copas, Ás de paus, pau cortado, Rei de copas, pau cortado e por fim o 2 de espadas do morto!
O adversário da direita faz a vaza e terá obrigatoriamente de lhe oferecer a vaza que falta para cumprir, quer jogando ouros para a forquilha de AQ, quer espadas que libertará a Dama.
A Dama e o Valete de paus estão lá apenas para iludir, substitua-os por duas cartas pequenas e a solução será a mesma.

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
			1ST
passo	2♣	passo	?

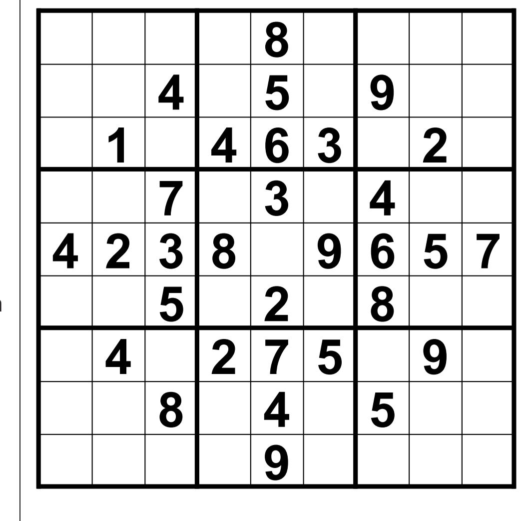
O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠K4 ♥AQ84 ♦A10763 ♣K7

Resposta: Marque 2♥. Directo ao assunto que interessa ao parceiro: mostrar o nosso rico de quatro cartas.

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

Problema 12.890 (Fácil)



Solução 12.888

8	9	5	4	3	2	6	7	1
4	3	1	6	7	5	2	8	9
6	2	7	8	9	1	4	5	3
3	5	9	2	8	6	1	4	7
2	6	4	1	5	7	9	3	8
7	1	8	3	4	9	5	2	6
9	4	2	7	1	8	3	6	5
1	8	6	5	2	3	7	9	4
5	7	3	9	6	4	8	1	2

Problema 12.891 (Difícil)

7								6
	8		5	3			2	
					4			
		6		7			1	
	3		9		1		5	
	4			5		2		
			3					
	1			2	5		6	
9								7

Solução 12.889

6	1	4	2	5	8	3	7	9
8	7	3	4	9	6	2	1	5
5	9	2	7	3	1	6	8	4
3	2	9	6	1	5	8	4	7
1	4	8	9	2	7	5	6	3
7	5	6	8	4	3	1	9	2
4	3	1	5	6	9	7	2	8
2	8	5	1	7	4	9	3	6
9	6	7	3	8	2	4	5	1

Guia

CINEMA

Destroyer: Ajuste de Contas
Nos Studios, 16h20
Acção, crime e drama com realização de Karyn Kusama, argumento de Phil Hay e Matt Manfredi, e Nicole Kidman como protagonista, numa interpretação nomeada para o Globo de Ouro de melhor actriz. Há uns anos, Erin Bell, detective da polícia de Los Angeles, aceitou participar como infiltrada numa investigação a um perigoso grupo de assaltantes. Apesar dos seus esforços, a missão foi mal-sucedida e resultou numa tragédia pessoal. Profundamente abalada, caiu na depressão e no alcoolismo. Agora, depara-se com um caso que parece estar ligado a esse momento do passado e decide perseguir os criminosos para encontrar as provas que lhe faltavam. Mas não vai ser fácil manter a imparcialidade que a investigação exige. Além de Kidman, o elenco conta com Toby Kebbell, Tatiana Maslany, Scoot McNairy e Bradley Whitford.

A Minha Semana com Marilyn
Cinemundo, 21h
Durante o Verão de 1956, Sir Laurence Olivier (Kenneth Branagh) começou, em Londres, a rodagem do filme *O Príncipe e a Corista*, com Marilyn Monroe (Michelle Williams) como protagonista. O jovem Colin Clark (Eddie Redmayne), na altura assistente de produção do filme, acaba por passar uma semana inteira na companhia da actriz. Enquanto ele lhe mostra todos os recantos da cidade e o estilo de vida britânico, ela mostra-se na sua intimidade: as inseguranças, as fraquezas, a enorme dificuldade em lidar com a fama. Escrito por Adrian Hodges (criador da série *Sobreviventes*) e dirigido por Simon Curtis, o filme tem por base dois livros autobiográficos de Clark, onde descreve essa semana que marcou a sua vida.

SÉRIE

Chicago P.D.
Star Channel, 22h15
Sejam polícias de giro ou detectives especializados, os agentes de Chicago são chamados a reentrar em acção. É o início da 11.ª temporada da série que ficciona o seu dia-a-dia enquanto se esforçam por proteger e servir a cidade norte-americana. Trata-se de um *spin-off* da original *Chicago Fire*, esta focada em bombeiros (em emissão no AXN, à segunda-feira). Esta será a última temporada de *Chicago P.D.* com Tracy Spiridakos no papel de Hailey Upton.

Televisão

Os mais vistos da TV

Domingo, 22

	%	Aud.	Share
Secret Story	TVI	9,2	18,3
Secret Story	TVI	9,1	23,0
Jornal da Noite	SIC	8,9	17,6
Isto é Gozar com Quem...	SIC	8,5	17,2
Primeiro Jornal	SIC	8,0	21,7

FONTE: CAEM

RTP1 8,2%
RTP2 0,9
SIC 13,9
TVI 14,0
Cabo 43,1

RTP1

6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.22** Amor sem Igual **15.20** A Nossa Tarde

17.30 Portugal em Directo

19.07
O Preço Certo



19.59 Telejornal

21.01 Entre o Mar e a Terra

21.35 Joker

22.27 É ou Não É? - O Grande Debate

23.58 Viagem a Portugal
0.55 Anatomia de Grey
2.23 Terra Europa
2.46 Amor sem Igual

RTP2

6.32 Repórter África **7.00** Espaço Zig Zag **10.31** As Novas Viagens Philosophicas **11.01** Espaços Incríveis de George Clarke **11.49** O Mundo em Chamas **12.50** Artes do Mar **13.21** Outra Escola **14.00** Sociedade Civil **15.01** A Fé dos Homens **15.37** 100 Anos da Minha Ilha **16.09** A Vida Secreta do Parque Safari **16.57** Espaço Zig Zag **22.34** Folha de Sala **20.39** Engenharia Antiga

21.30 Jornal 2

22.01 Descendentes

22.47 Folha de Sala

22.56 A Barreira: Marguerite Duras e a Ilusão Colonial

23.53 Eurodeputados

0.23 Sociedade Civil **1.25** Jogos de Poder **2.19** Deus Cérebro **3.12** Juro Que Aconteceu **3.57** O Canto da Casa **4.49** Os Belos Rios da Grã-Bretanha **5.38** Laboratório Talento **5.52** Folha de Sala **5.59** A Fé dos Homens

SIC

6.00 Edição da Manhã **8.15** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz **12.59** Primeiro Jornal **14.30** Querida Filha **16.10** Linha Aberta **17.00** Júlia

18.40 Terra e Paixão

19.57 Jornal da Noite

22.10 A Promessa

22.55 Senhora do Mar

0.10 Nazaré

0.50 Papel Principal
1.10 Travessia **1.35** Passadeira Vermelha **3.05** Terra Brava

TVI

6.15 Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **14.00** TVI - Em Cima da Hora **14.40** A Sentença **16.00** A Herdeira **16.30** Goucha

17.45 Secret Story

19.57 Jornal Nacional
21.20 Secret Story

22.10
Cacau



23.10 Festa É Festa

0.00 Secret Story

1.55 Autores

2.50 O Beijo do Escorpião

TVCINE TOP

18.25 Avó **20.00** Retaliação **21.30** Cold Blood Legacy **23.00** Desejo Fatal **0.45** Jeepers Creepers: Renasce **2.10** A Última Morte

STAR MOVIES

18.13 Poucos Dólares para Django **19.43** Sartana Mata Tudo **21.15** Duelo de Gigantes **22.54** Por Mais Alguns Dólares **1.33** Adeus, Sabata **2.56** Gringo

HOLLYWOOD

17.30 Assassinos **19.40** Nascer para Morrer **21.30** Homens de Honra **23.40** Submersos **1.20** There Are No Saints

AXN

17.01 S.W.A.T.: Força de Intervenção **17.51** The Rookie **21.07** Hudson & Rex **22.56** The Equalizer - Sem Misericórdia **1.16** Hudson & Rex **2.50** S.W.A.T.: Força de Intervenção

STAR CHANNEL

17.02 Investigação Criminal: Los Angeles **18.44** FBI **20.22** Hawai Força Especial **22.15** Chicago P.D. **0.43** FBI **2.11** John Wick 2

DISNEY CHANNEL

17.15 Miraculous - As Aventuras de Ladybug **18.30** Hamster & Gretel **19.15** Primos **19.40** Os Green na Cidade Grande **20.50** Os Descendentes 2 **22.45** Os Green na Cidade Grande **23.10** Pequenos Contos Chibi

DISCOVERY

17.00 Mestres do Restauro **19.00** Aventura à Flor da Pele **21.00** Mestres do Restauro **22.54** Maine Cabin Masters **0.49** Mestres do Restauro **2.22** A Febre do Ouro

HISTÓRIA

17.25 Os Maiores Mitos da História **18.18** Histórias Misteriosas da Bíblia **20.06** Mistérios na Selva **22.16** Histórias Amaldiçoadas **0.09** Mistérios na Selva **2.17** Histórias Amaldiçoadas

ODISSEIA

17.48 O Universo **20.08** Clima Extremo Viral **21.39** Clima Letal **1.10** Clima Extremo Viral **2.38** O Universo

INFORMAÇÃO

É ou Não É? — O Grande Debate
RTP1, 22h27
Directo. A discussão desta noite prende-se com o Orçamento do Estado para 2025. Incide tanto na falta de entendimento entre as forças políticas como nas notícias que dão conta da ameaça de (mais uma) dissolução do Parlamento caso falhe a aprovação e, por conseguinte, de uma eventual crise política no horizonte. Os convidados do debate moderado por Carlos Daniel são os líderes dos partidos com maior representação no hemiciclo: Hugo Soares pelo PSD, Alexandra Leitão pelo PS e Pedro Pinto pelo Chega.

DOCUMENTÁRIOS

A Barreira: Marguerite Duras e a Ilusão Colonial
RTP2, 22h56
O debate sobre colonialismo é iluminado pela releitura de uma obra que, em 1950, ousou criticá-lo e denunciar os seus abusos: *Uma Barragem Contra o Pacífico*, de Marguerite Duras. Este documentário de Nathalie Masduraud e Valérie Urrea analisa o livro em detalhe, cruzando imagens antigas e actuais, e contando com contributos de antropólogos e especialistas na obra da escritora francesa.

Deus Cérebro
RTP2, 2h19
António Damásio, Alcino Silva, Rui Costa, Alexandre Castro Caldas, Pedro Cabral e outros investigadores de referência partilham diferentes pontos de vista sobre os mistérios do cérebro humano, nesta série documental realizada por António José de Almeida. *Deus Cérebro* regressa hoje à RTP2 a ritmo diário. Arranca com a *Maquinaria das emoções* e prossegue com os temas *Em construção*, *A peça que falta* e *Inesgotável*.

COMÉDIA

Ellen DeGeneres: For Your Approval
Netflix, *streaming*
Estreia. Anunciado como o derradeiro especial de *stand-up* da apresentadora, humorista e ícone LGBTQIA+ norte-americana Ellen DeGeneres, *For Your Approval* promete abordar sem rodeios "a fama, o estacionamento em paralelo e a vida desde que foi 'corrida do *show business*'", cita a Netflix, em alusão às acusações de ambiente tóxico nos bastidores do *talk-show*.

Meteorologia

PORTUGAL

Viana do Castelo 18º 19º
Bragança 14º 15º
Braga 17º 18º
Vila Real 14º 15º
Porto 17º 18º
16º 1,0m
Viseu 17º 18º
Guarda 14º 18º
Aveiro 18º 19º
Coimbra 18º 19º
Castelo Branco 17º 21º
Leiria 19º 21º
Santarém 19º 25º
Portalegre 16º 20º
Lisboa 20º 23º
Setúbal 19º 23º
Évora 18º 24º
Sines 19º 21º
17º 0,5m
Beja 17º 25º
Sagres 19º 21º
Faro 19º 23º
21º 0,8m

Açores

Corvo
Flores 22º 26º
24º 2,5m
Graciosa
São Jorge 22º 26º
24º 1,8m
Terceira
Faial
Pico
São Miguel 22º 25º
24º 1,5m
Ponta Delgada
Sta Maria

Madeira

Porto Santo 20º 24º
Madeira 19º 24º
Funchal
24º 0,5m
24º 0,8m

MARÉS

Preia-mar / Baixa-mar *de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
Preia-mar 08h09	2,9	Preia-mar 07h46	2,9	Preia-mar 07h50	2,9
Baixa-mar 14h30	1,2	Baixa-mar 14h08	1,3	Baixa-mar 13h48	1,2
Preia-mar 20h55	2,6	Preia-mar 20h32	2,7	Preia-mar 20h31	2,6
Baixa-mar 02h52*	1,4	Baixa-mar 02h30*	1,6	Baixa-mar 02h12*	1,5

PRÓXIMOS DIAS PORTO

	Quarta-feira, 25	Quinta-feira, 26	Sexta-feira, 27
Mín./Máx.	18º / 21º	13º / 21º	8º / 19º
Índice UV	Baixo	Médio	Médio
Vento	Moderado	Fraco	Fraco
Humidade	97%	87%	69%

MEDIDOR DE CO2

Mauna Loa, Havai

Partes por milhão (ppm) na atmosfera
Valores por semana

Semana de 15 Set.	421,98
Há um ano	418,33
Há dez anos	395,24
Semana de 8 Set.	422,06
Nível de segurança	350
Nível pré-industrial	280

QUALIDADE DO AR

Portugal

- Excelente
- Razoável
- Mau
- Não é saudável
- Nada saudável
- Perigoso

Porto, Coimbra, Lisboa, Évora, Faro

SOL

Nascente 07h27
Poente 19h29

LUA

24 Set.	19h50
2 Out.	19h49
10 Out.	19h55
17 Out.	12h26

Nascente 23h57
Poente 15h57*
*de amanhã

EUROPA

Oslo, Estocolmo, Helsínquia, Talin, Riga, Copenhaga, Vílnius, Dublin, Londres, Amesterdão, Berlim, Varsóvia, Bruxelas, Praga, Paris, Viena, Budapeste, Genebra, Milão, Roma, Istambul, Lisboa, Madrid, Atenas

TEMPERATURAS ºC

	Mín.	Máx.
Amesterdão	12	17
Atenas	19	27
Berlim	13	18
Bruxelas	12	16
Bucareste	14	30
Budapeste	13	23
Copenhaga	12	18
Dublin	7	15
Estocolmo	13	20
Frankfurt	13	17
Genebra	9	20
Istambul	17	27
Kiev	15	27
Londres	12	18
Madrid	14	23
Milão	14	23
Moscovo	10	19
Oslo	12	15
Paris	13	19
Praga	11	18

	Mín.	Máx.
Roma	16	26
Viena	10	18
Bissau	25	30
Buenos Aires	14	20
Cairo	23	33
Caracas	20	30
Cid. do Cabo	12	19
Cid. do México	14	24
Díli	23	32
Hong Kong	25	28
Jerusalém	16	27
Los Angeles	17	31
Luanda	22	27
Nova Deli	27	37
Nova Iorque	15	20
Pequim	14	24
Praia	26	30
Rio de Janeiro	21	32
Riga	14	24
Singapura	25	33

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

Desporto “Encarnados” sobem ao terceiro lugar da classificação

RODRIGO ANTUNES/LUSA



Os jogadores do Benfica festejaram três vezes no Estádio do Bessa

Benfica ganha no Bessa nova dose de confiança

Com os turcos Kerem Aktürkoglu e Orkun Kökçü novamente em destaque, Bruno Lage conquistou frente ao Boavista a terceira vitória como técnico benfiquista

Crónica de jogo

David Andrade

Não foi um passeio – mérito da entrega dos jogadores do Boavista –, mas o Benfica ganhou no Estádio do Bessa mais uma dose de confiança. Na terceira partida de Bruno Lage à frente dos “encarnados”, as “águias” foram quase sempre superiores e, novamente sob decisiva influência turca, conquistaram de forma justa os três pontos: Kerem Aktürkoglu voltou a fazer uma grande exibição e, ainda na primeira parte, assistiu Vangelis Pavlidis e Orkun Kökçü que marcaram os dois primeiros golos do Benfica. Já no período de descontos, Arthur Cabral fez o 3-0 final a favor dos benfiquistas, na partida que encerrou a jornada 6 da I Liga.

Quatro dias depois de uma vitória (e exibição) sofrida em Belgrado, Bruno Lage delineou para o seu terceiro jogo à frente do Benfica uma estratégia com poucas mudanças de nomes no “onze”, mas com um plano de jogo que contemplava uma pequena novidade. Sem o lesionado Bah, o treinador “encarnado” deixou um claro sinal que Issa Kaboré está longe de ser “reforço” e, para a direita da defesa, a solução foi Tomás Araújo.

Todavia, a notícia estava no meio-campo. Titular nos dois primeiros jogos de Lage, Rollheiser sentou-se no banco e, no seu lugar, surgiu Ausners. No papel, parecia que o norueguês iria jogar em terrenos próximos de Florentino, com Kökçü mais perto de Pavlidis, mas a ideia do técnico era outra: um 4x3x3, com Ausners e Kokçu a jogarem lado a lado como médios interiores, à frente de Florentino.

A atravessar um dos momentos mais críticos dos seus 121 anos de história, o Boavista subiu ao relvado do Bessa sem pressão, sem reforços e sem uma mão cheia de jogadores que foram preponderantes para a sofrida manutenção na última época. Com cinco surpreendentes pontos conquistados nas primeiras cinco jornadas – apenas perderam pela margem mínima com Sp. Braga e Famalicão –, mas, com um plantel depauperado, o técnico italiano Cristiano Bacci teve de ser, mais uma vez, criativo para construir um “onze” que, sem os lesionados João Gonçalves, Abascal e Reisinho, fica ainda mais debilitado.

Se na baliza o mais jovem guarda-redes a jogar na I Liga (Tomé Sousa) tinha novo teste de fogo, a defesa foi remendada com a matéria-prima que havia: no centro estavam duas adaptações (os esquerdinos Bruno Onyemaechi e Filipe Ferreira), na esquerda o médio Joel Silva. Daí para a frente, havia mais experiência e jogadores nas suas posições naturais, mas também mais uma estreia a titular: João Barros, de 18 anos.

As limitações boavisteiras ficavam, porém, flagrantes olhando para quem Bacci tinha sentado ao seu lado. Excluindo Cesar e Namora, os restantes sete suplentes tinham uma média de 19 anos e, antes do início da temporada, um jogo na I Liga.

Perante este cenário, a dúvida era saber quanto valia a resistência e tenacidade “axadrezada”. A resposta, chegou ao fim de 11 minutos. Mesmo apresentando a entrega e ousadia das primeiras jornadas – Salvador Agra teve nos pés a primeira oportunidade, aos 3’ –, o Boavista cedo se viu em apuros para travar o carrossel conduzido por Dí María, Aktürkoglu e companhia, e, já depois de Tomé evitar que Aktürkoglu voltasse a marcar (7’), o extremo turco estendeu a passadeira para que Pavlidis regressasse aos golos: o ex-Galatasaray deixou para trás na área os defesas que surgiram pela frente e ofereceu ao grego um golo fácil.

Sem acusarem o golo, os portuenses mantiveram a entrega e Vukotic (17’) e Seba (26’) obrigaram Trubin a defesas atentas. O jogo, porém, mantinha-se sob controlo “encarnado” e, em cima da meia hora, Kökçü voltou a mostrar que, sem as amarras de Schmidt, pode fazer a diferença: após nova assistência de Aktürkoglu, o turco rematou de longe e, após bater no poste esquerdo, a bola voltou a entrar na baliza do Boavista.

A perderem por dois golos e sem soluções no banco que permitissem grandes alterações tácticas, os boavisteiros, revelando coragem, entraram na segunda parte com vontade de pressionar sempre o portador da bola do Benfica à saída da área de Trubin. A audácia de Bacci não teve, porém, qualquer efeito.

Com trunfos de outra qualidade, a equipa de Lage, mesmo jogando com rotações baixas, mantinha-se sempre mais perto do golo do que o adversário, mas as substituições foram quebrando o ritmo. Todavia, ainda antes do apito final, numa das primeiras vezes que tocou na bola, Arthur Cabral aproveitou um erro de Onyemaechi e fechou as contas no 3-0.



Boavista 0

Benfica 3
Pavlidis 12’,
Kokçu 31’,
Athur Cabral 90’+2’

Jogo no Estádio do Bessa, no Porto.
Assistência 16.151 espectadores

Boavista Tomé; Pedro Gomes ●78’ (Augusto Dabó, 81’), Ibrahima ●71’ (Marco Ribeiro, 76’), Filipe Ferreira, Bruno Onyemaechi, Joel Silva, Vukotic (Tomás Silva, 81’), Sebastian Perez, Salvador Agra, João Barros (Gonçalo Almeida, 58’) e Bozeník. **Treinador** C. Bacci.

Benfica Trubin; Tomás Araújo (Kaboré, 89’), Otamendi, António Silva, Carreras; Florentino, Aursnes (Leandro Barreiro, 79’) e Kokçu; Di María (Prestianni, 79’), Akturkoglu (Amdouni, 71’) e Pavlidis (Arthur Cabral, 89’). **Treinador** B. Lage.

Árbitro João Pinheiro (AF Braga)
VAR Tiago Martins (AF Lisboa)

Positivo/Negativo

➕ **Kökçü**
Sem Roger Schmidt, o médio turco ganhou nova alma e passou a ser o líder da equipa.

Aktürkoglu
O extremo contratado ao Galatasaray continua a mostrar que é mesmo reforço.

➖ **Bruno Onyemaechi**
O Boavista é uma equipa repleta de jogadores com pouca ou nenhuma experiência na I Liga, mas foi o internacional nigeriano Bruno Onyemaechi que, ao longo de todo o jogo, se mostrou mais inseguro.

I Liga

Jornada 6

Jogo	Resultado
Nacional-Sp. Braga	0-3
Santa Clara-E. Amadora	1-0
Rio Ave-Estoril	2-2
Vitória SC-FC Porto	0-3
Moreirense-Famalicão	0-0
Gil Vicente-Casa Pia	1-1
Farense-Arouca	0-1
Sporting-AVS	3-0
Boavista-Benfica	0-3

	J	V	E	D	M-S	P
1. Sporting	6	6	0	0	22-2	18
2. FC Porto	6	5	0	1	12-3	15
3. Benfica	6	4	1	1	12-4	13
4. Santa Clara	6	4	0	2	10-8	12
5. Vitória SC	6	4	0	2	6-5	12
6. Famalicão	6	3	2	1	8-3	11
7. Sp. Braga	6	3	2	1	8-4	11
8. Moreirense	6	2	2	2	8-9	8
9. Gil Vicente	6	1	4	1	6-7	7
10. AVS	6	2	1	3	6-10	7
11. Casa Pia	6	2	1	3	5-8	7
12. Rio Ave	6	2	1	3	5-8	7
13. Estoril	6	1	3	2	4-7	6
14. Arouca	6	2	0	4	3-8	6
15. Boavista	6	1	2	3	3-7	5
16. Nacional	6	1	1	4	4-12	4
17. Est. Amadora	6	0	2	4	3-9	2
18. Farense	6	0	0	6	2-13	0

Próxima jornada Estoril-Sporting, E. Amadora-Moreirense, FC Porto-Arouca, Casa Pia-Vitória SC, Benfica-Gil Vicente, Famalicão-Nacional, Santa Clara-Boavista, Sp. Braga-Rio Ave, AVS-Farense

II Liga

Jornada 6

Jogo	Data
Desp. Chaves-Torreense	28 Set, 11h
Paços Ferreira-Benfica B	28 Set, 14h
Portimonense-Penafiel	28 Set, 18h
Tondela-Ac. Viseu	28 Set, 20h30
Oliveirense-Feirense	29 Set, 11h
FC Porto B-Felgueiras	29 Set, 11h
Alverca-Leixões	29 Set, 14h
União Leiria-Marítimo	29 Set, 15h30
Vizela-Mafra	30 Set, 18h

	J	V	E	D	M-S	P
1 Penafiel	5	3	2	0	12-8	11
2 Ac. Viseu	5	3	1	1	10-4	10
3 Benfica B	5	3	1	1	9-6	10
4 Torreense	5	3	0	2	8-6	9
5 Feirense	5	2	2	1	7-5	8
6 União Leiria	5	2	2	1	6-4	8
7 Leixões	5	2	2	1	6-5	8
8 Tondela	5	1	4	0	11-7	7
9 Vizela	5	2	0	3	5-5	6
10 Alverca	5	1	3	1	5-8	6
11 Portimonense	5	1	2	2	9-9	5
12 Mafra	5	1	2	2	5-7	5
13 Desp. Chaves	5	1	2	2	4-7	5
14 Marítimo	5	1	2	2	7-11	5
15 Felgueiras	5	0	4	1	3-4	4
16 FC Porto B	5	0	4	1	5-7	4
17 Paços Ferreira	5	1	1	3	6-10	4
18 Oliveirense	5	0	2	3	5-10	2

Próxima jornada Torreense-Tondela, Felgueiras-Ac. Viseu, Marítimo-FC Porto B, Oliveirense-P. Ferreira, Feirense-Vizela, Leixões-Portimonense, Penafiel-U. Leiria, Benfica B-Desp. Chaves, Mafra-Alverca

MELHORES MARCADORES

I Liga
10 golos Viktor Gyökeres (Sporting), **4 golos** Pedro Gonçalves (Sporting), Fujimoto (Gil Vicente), Galeno (FC Porto)

II Liga
4 golos Zé Leite (Penafiel), Roberto (Tondela), Paulo Vítor (Portimonense)

Houve *match-fixing* no Mundial de futsal? Sorteio resolve o problema?

Diogo Cardoso Oliveira

França e Irão jogaram um "não-jogo". Ninguém quis ganhar e resta saber se a FIFA vai penalizar alguém pela conduta das equipas

ROBERTUS PUDYANTO/GETTY IMAGES



O França-Irão no Mundial de futsal levantou muitas suspeitas

O mundo do desporto – e do futsal em particular – está de armas apontadas ao França-Irão, partida do Mundial de futsal cujo 1-4 terá sido facilitado anteontem pelos gauleses, teoricamente interessados em perder. Mas, em rigor, ambas as equipas teriam interesse na derrota – quem perdesse teria um caminho teoricamente mais acessível para a final, evitando duelos com Marrocos, Brasil e Espanha, preferindo equipas como Tailândia, Paraguai e Portugal. Reforce-se que tudo isto assenta no plano teórico: não é fácil provar que a França queria perder, que fez de propósito para perder e não é sequer possível prever que o caminho que vão ter para a final seja mais fácil do que o caminho que terá o Irão.

Dito isto, é importante perceber que ambas as equipas se prestaram a um jogo ofensivamente inócuo, com apenas oito remates na primeira parte – num jogo de futsal, é um número absurdo de tão baixo. O problema para o Irão é que o empate deixaria a equipa na primeira posição do grupo, algo que acabou por tornar inevitável que os asiáticos atacassem na segunda parte – não iriam conseguir obrigar a França a atacar, pelo que desistiram de não jogar. O primeiro golo do Irão tornou-se viral, pela facilidade que defensores e guarda-redes gauleses deram aos adversários.

Como contrariar isto? A solução mais óbvia é confiar que todos os jogadores têm os melhores valores desportivos assimilados e que sabem que o desporto não é apenas uma competição: é entretenimento. Mas esperar isto é esperar demasiado.

Sorteio?

A alternativa à fé nos humanos é regulamentar as competições para que os jogos da fase a eliminar sejam determinados por sorteio. Isso evita que a última jornada da fase de grupos, sobretudo no último grupo a entrar em jogo, possa ser disputada com "arranjinhos", pactos de não-agressão em empates convenientes a todos e até, como no França-Irão, uma aparente predisposição para a derrota. Para a fase a eliminar seria feito um sorteio com cabeças de série, respeitando o mérito na fase de grupos. No fundo, ninguém saberia qual era o adversário mais conveniente e muito menos o lado do quadro mais acessível no caminho até à final. E nem se coloca o problema do futebol, com selecções e estádios em várias cidades, já que o Mundial de futsal se disputa numa só cidade e num só pavilhão.

Qual é, então, o problema desta solução? O calendário. Sortear as equipas faz com que não seja possível, em teoria, ter em conta as equipas que jogaram há mais tempo e as que terminaram a fase de grupos mais tarde. E isso poderia ter impacto nos dias de descanso a que uns e outros tiveram direito.

Ainda assim, não parece ser um problema inultrapassável. Primeiro, porque agendar mais jogos no mesmo dia permite equilibrar os períodos de descanso. Segundo, porque todas as selecções teriam, neste Mundial, pelo menos dois dias de descanso – mesmo que jogassem no último dia da fase de grupos e no primeiro da fase a eliminar. Se os treinadores costumam dizer que três dias são suficientes para a recuperação física, bastaria acrescentar um ou dois dias ao período de pausa no Mundial.

> O *match-fixing* é definido pela FIFA não apenas no contexto do ganho financeiro, mas também na "manipulação de jogos para obter vantagens desportivas (...) como garantir que uma equipa progride numa determinada competição ou para evitar a despromoção"

No fim de contas, podemos medir o impacto negativo de períodos de descanso discrepantes contra o impacto negativo de equipas que tentam perder um jogo. E não é difícil adivinhar qual deles prejudica mais a modalidade.

É *match-fixing*?

O dano reputacional para a modalidade não é difícil de medir, já que basta uma viagem pelas redes sociais ou pela imprensa internacional para entender a imagem que este jogo passou do futsal – até dentro da modalidade. Países como Líbia e Paraguai vão avançar com queixas à FIFA. O treinador dos africanos foi peremptório: "É uma vergonha para o nosso desporto."

Acima de tudo isto, já se fala de *match-fixing*. Se pegarmos na definição mais básica, é difícil enquadrar nesse conceito, que pressupõe um ganho financeiro para quem perder o jogo. Mas o *match-fixing* é mais do que isso. Na definição da FIFA entra também como "manipulação de jogos para obter vantagens desportivas (...) como garantir que uma equipa progride numa determinada competição ou para evitar a despromoção". No fundo, não será um caso clássico de benefício financeiro ou de crimes com casas de apostas envolvidas, mas é, ainda assim, manipulação de resultados.

Mas não deverá ser fácil. O Irão era, em teoria, a equipa mais forte das duas, pelo que o resultado, mesmo que facilitado, não foi surpreendente. Além disso, não deverá ser fácil provar que o guarda-redes francês não quis defender. Está nas mãos da FIFA.

Breves

Motores

Max Verstappen ameaça deixar a Fórmula 1

Max Verstappen ameaçou abandonar a Fórmula 1 depois de ter sido punido pela FIA por proferir um palavrão no GP de Singapura. O neerlandês, que terminou a corrida no 5.º lugar, disse na sexta-feira "o carro está f..." e acabou por ser condenado a fazer serviço comunitário. O tricampeão do mundo falhou, depois, a conferência de imprensa após a qualificação e todos os comentários que fez oficialmente no resto do fim-de-semana foram muito breves. Mais tarde, longe das obrigações da FIA, disse à imprensa o que pensa do assunto: "Este tipo de coisas decidem o meu futuro — se podes ser tu mesmo, ou se tens de lidar com coisas tontas."



Futebol

Everton tem novos donos, os mesmos da Roma

O Everton, penúltimo classificado da Liga inglesa de futebol, foi comprado pelo grupo norte-americano Friedkin, anunciou ontem o clube de Liverpool, no qual alinham os jogadores portugueses João Virgínia, Chermiti e Beto. O grupo Friedkin, dono dos italianos da Roma e dos franceses de Cannes, e que promete a construção de um novo estádio para os "*foxes*", chegou a acordo com a sociedade que detém a maioria do capital social do Everton (94%), detida pelo empresário Farhad Moshiri, mas a operação ainda está dependente do aval da Premier League, da federação inglesa e do regulador do mercado em Inglaterra.

BARTOON LUÍS AFONSO









Uma sugestão louca para Lacerda Sales: contar a verdade



O respeitinho não é bonito



João Miguel Tavares

Na passada sexta-feira, a ex-secretária do ex-secretário de Estado da Saúde foi depor à comissão de inquérito do caso das gémeas. Carla Silva não foi meiga para com o seu antigo chefe. "Não fiz nada que o senhor secretário de Estado da Saúde não soubesse ou não me tivesse pedido", garantiu. E essa garantia bastou para deitar por terra toda a argumentação de Lacerda Sales, que desde o primeiro dia quis convencer o país de que não teve nada a ver com o caso – e quando questionado oficialmente acerca dele pela Inspecção-Geral das Actividades em Saúde, não arranjou melhor estratégia do que atirar todas as culpas para cima da secretária. Não foi dos seus momentos mais graciosos.

Como o próprio António Costa lhe explicou ao depor por escrito para a comissão, os membros do Governo "são politicamente responsáveis pelos seus actos e omissões" e também pelos "actos e omissões de quem está sob a sua tutela". Se a secretária marcou uma consulta a pedido de Lacerda Sales, a culpa é dele – porque cometeu uma ilegalidade. Se a secretária marcou uma consulta por sua livre iniciativa, a culpa também é dele – porque não soube escolher a secretária.



DANIEL ROCHA

A prova de que falhou ali alguma coisa, aliás, é que Carla Silva – talvez por à época estar há apenas 15 dias no cargo – rompeu com todas as tradições protocolares de silêncio bafiento, e pôs a boca no trombone. Ela afirmou que falou com Nuno Rebelo de Sousa a pedido de Lacerda Sales e que foi este a indicar-lhe o seu número de telemóvel. Garantiu que contactou o Hospital de Santa Maria para desbloquear a consulta das gémeas. E clarificou que esse contacto foi mesmo um "pedido de marcação de consulta". Ou seja, desmentiu Lacerda Sales em toda a linha.



Esse foi sempre o grande problema neste caso: não há uma alma que se chegue à frente e conte aquilo que realmente se passou

Carla Silva afirmou ainda que "possivelmente" estava a ser usada como "bode expiatório": "Temos um ex-secretário de Estado da Saúde a negar qualquer intervenção neste caso e a levantar suspeições em relação a mim, que era secretária do gabinete, supostamente de confiança." Curiosamente, Lacerda Sales usou exactamente a mesma expressão quando foi ouvido na comissão de inquérito, no passado mês de Junho: "Não estou disponível para servir de bode expiatório. A minha conduta não é susceptível de nenhum tipo de censura."

Tal como nos documentários da BBC sobre vida selvagem, temos então dois bodes expiatórios enganchados um no outro, em plena Assembleia da República. Em nome da paz no reino animal, deixo aqui uma sugestão para Lacerda Sales: caso volte a ser ouvido na comissão de inquérito, cometa a loucura de contar a verdade. É que esse sempre foi o grande problema em todo este caso: não há uma alma que se chegue à frente e conte aquilo que realmente se passou.

Há duas hipóteses para esse silêncio. 1) Haver trafulhice assinalável por detrás do caso, e o apoio às gémeas não ter sido apenas uma acção benemérita mas uma troca de favores que é fundamental manter escondida. 2) A cultura de *omertà* que pontifica na política portuguesa, onde todos dizem cobras e lagartos uns dos outros à frente das câmaras, enquanto mantêm pactos de silêncio nos bastidores. Um dos poucos que resolveram um dia quebrar esse pacto chama-se Rui Mateus, escreveu um livro sobre o PS chamado *Contos Proibidos*, e fugiu do país. Dizem que vive na Escandinávia. Talvez Lacerda Sales tenha receio de passar a sua reforma no Círculo Polar Árctico. O Evangelho de João garante que a verdade liberta, mas não tem grandes discípulos em Portugal.

Colunista

jmtavares@outlook.com





